



# Jornada de luta

Centenas de paralisações e greves de empresa, 60 concentrações em diversos pontos do País, mais de 700 plenários de empresa (muitos deles terminando com acções de protesto público), vigílias, cordões humanos, acções de esclarecimento e agitação, e outras iniciativas (como votações públicas em Lisboa e Coimbra) marcam o dia nacional de luta contra o pacote laboral e em defesa dos direitos dos trabalhadores, que decorre hoje por iniciativa da CGTP-IN.



# Greve geral

Págs. 1, 2 e 3/Semana • Págs. 1, 2 e 3/Em Foco



Na 5.ª Assembleia foi eleita a nova Comissão Concelhia

## 5.ª Assembleia Concelhia de Almada

### MANIFESTAÇÃO DE FORÇA E VITALIDADE

- **Intervenção de Álvaro Cunhal no encerramento dos trabalhos**

Págs. 6 e 7/Semana



- **Executivo da CDU reúne e analisa situação**

Pág. 10/Semana

- **Bairros camarários do Porto - um marcante contributo dos comunistas**
- **O exemplo de S. Pedro da Cova**

Págs. 6 e 7/Em Foco

## PARLAMENTO REPUDIA INSULTOS DE CAVACO

Em declaração conjunta subscrita pelos seus líderes parlamentares, a totalidade dos partidos da oposição repudiou recentes declarações do Primeiro-Ministro pondo em causa o prestígio da Assembleia da República e esclareceu a opinião pública sobre as questões em causa, nomeadamente as imunidades parlamentares conferidas pela Constituição da República aos deputados - Págs. 8 e 9/Semana

## ***Dia nacional de luta na preparação da Greve***

O 17 de Março ficará seguramente assinalado no historial de luta da classe operária portuguesa como uma grande jornada popular de massas contra uma política governamental de classe orientada para o desenfreio e agravamento da exploração dos trabalhadores em Portugal.

O Dia Nacional de Luta convocado por iniciativa da prestigiosa central sindical unitária dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — insere-se num importante surto de greves, manifestações e acções de vários tipos e elevada expressão de unidade nos últimos 3 meses contra a política laboral do Governo cavaquista e simultaneamente na preparação da Greve Geral de 28 de Março.

A coroar cerca de 700 plenários de empresas por todo o País, eles próprios constituindo importantes iniciativas de debate e protesto contra uma nova legislação do trabalho atentatória dos direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores que se pretende impor, o Dia Nacional de Luta hoje convocado pela CGTP-IN vai seguramente mobilizar nas formas mais diversas muitas dezenas de milhares de trabalhadores das mais variadas profissões de todas as regiões do País.

Greves e paralisações, algumas de grande impacto (como as dos transportes urbanos e fluviais de Lisboa); concentrações, desfiles, vigílias, cordões de agitação, formas originais de sufrágio popular contra o pacote laboral e contra a posição do Governo e do patronato de recusa completa ao diálogo; contra as práticas de afrontamento social, de ilegalidades e de repressão estatal e patronal, a jornada de hoje desempenhará um importante papel no esclarecimento, na mobilização e consciencialização de massas no mundo do trabalho na perspectiva da Greve Geral de 28.

Regressado há poucos dias da sua insólita digressão londrina (onde, com o compromisso de pagar a meia dúzia de agrários ingleses indemnizações pelas expropriações de terras da Reforma Agrária foi oferecer à chefe do Governo conservador britânico, Margaret Thatcher, a exploração «pacífica» e rendosa da mão-de-obra portuguesa como garantia de altos lucros para os investidores ingleses) Cavaco Silva, da mesma forma que havia feito aos magnatas americanos em Washington, alardeou por lá aos círculos do capital financeiro a existência de condições políticas e paz social extremamente favoráveis ao investimento estrangeiro em Portugal. Os factos o desmentem.

De passagem foi repetindo as suas habituais

diatribes carregadas de fanfarronices contra o movimento operário português e contra a Greve Geral do dia 28.

A Jornada Nacional de Luta de hoje e a convocação pela CGTP-IN da Greve Geral para aquele dia, constituem uma resposta condigna da classe operária portuguesa às fanfarronadas do Primeiro-Ministro, à política laboral antioperária do Governo e à falsa imagem de estabilidade social e política que Cavaco pretende exhibir para o exterior.

Certamente, os trabalhadores portugueses desejariam a estabilidade política e a paz social no seu país com base no respeito pelos seus direitos e garantias expressas na Constituição e pelos seus interesses vitais e não a política de confrontação social do cavaquismo que as nega.

O iníquo pacote laboral que o Governo cavaquista a ferro e fogo pretende impor aos trabalhadores, um projecto contestado em milhares de posições de rejeição expressas e em 350 pareceres aprovados em plenários de empresas, nega o direito elementar ao trabalho, à segurança no emprego, o direito a uma vida digna para os trabalhadores e as suas famílias, o simples direito a participarem na construção de uma sociedade democrática.

A Greve Geral de 28, na sequência do Dia Nacional de Luta hoje em efectivação, corresponde a uma indelével disposição de luta, constitui a forma adequada de resposta dos trabalhadores à política social antioperária que lhes pretende impor o Governo cavaquista.

Esta intensa movimentação de massas resulta da intensificação do projecto restauracionista do poder dos monopólios em que está empenhado o Governo PSD/Cavaco Silva e da elevada consciência política dos trabalhadores e das suas organizações representativas que contra ele unem as suas forças.

Cavaco anuncia com frequência que esta metade do ano de 1988 «será o semestre das grandes mudanças em Portugal» e isto situa no tempo a necessidade de uma vigorosa resposta dos trabalhadores e dos democratas portugueses à ofensiva cavaquista.

A aceleração do processo da contra-revolução e principalmente da política antioperária do Governo cavaquista é o elemento mais desestabilizador da situação nacional e mais responsável pelo agravamento da luta de classes em Portugal nos dias actuais.

A batalha política e ideológica entronca-se nesta ofensiva desestabilizadora que configura a mais perigosa ameaça contra o regime democrático depois do 25 de Abril.

Factores contraditórios, diversos na sua expressão e na sua natureza, confluem actualmente no agravamento da conjuntura nacional e na multiplicação de situações de instabilidade e de conflito na nossa sociedade ateados pela política restauracionista do Governo PSD/Cavaco Silva.

No plano social, no plano económico, no plano político, no plano cultural o conflito entre a acção do Governo cavaquista e os interesses mais vastos do povo português e de Portugal como nação independente assume formas agudas. Em particular o que tomou vulto entre a política restauracionista do Governo Cavaco/PSD e os interesses de grande parte dos que nele votaram em 19 de Julho de 87 ganhou inegável amplitude e tornou-se insanável, como justamente foi salientado pelo Comité Central do PCP, exprime-se já abertamente no terreno social e político.

Aqueles portugueses que foram conquistados pela falsa imagem de «estabilidade» e «modernidade» do cavaquismo e por algumas benesses de intenção eleitoral, facultados pelos recursos financeiros oriundos de uma conjuntura internacional favorável, começaram já a fazer a prova real da política cavaquista, a tirar conclusões do seu mau passo político, a assumir crescentes posições de descontentamento, de desafeição e contestação da política do Governo.

Cavaco lançou-se numa declarada ofensiva contra o mundo do trabalho; tenta impor métodos totalitários e antidemocráticos no funcionamento das instituições; mostra-se incapaz de acautelar os interesses de Portugal no processo de integração na CEE, onde os benefícios estão a eclipsar-se e os prejuízos a aumentarem; submete a economia nacional de maneira crescente aos interesses das multinacionais e a segurança nacional aos interesses estratégicos do Imperialismo.

A destruição das conquistas de Abril implícita nas leis de reprivatização, nos pacotes laboral e agrário, na concertada ofensiva contra o Poder Local democrático, no agravamento geral das condições de vida do povo, nos domínios da saúde, do ensino, da habitação, da segurança social está na base de uma nova arrumação de forças a favor de uma mudança democrática de governo e de política que se aprofunda de maneira crescente.

É neste quadro que se desenvolve em formas cada vez mais insidiosas a campanha política e ideológica contra o PCP. O anticomunismo é nos momentos agudos da luta de clas-

# Resumo

9

Quarta-feira

A greve da EDP, durante 24 horas, regista a adesão de cerca de 95 por cento dos trabalhadores e é conside-



rada um êxito pela comissão coordenadora de luta ■ Delegações da Juventude Comunista Portuguesa e da Juventude Socialista reúnem-se em Lisboa, condenando o «pacote laboral» e decidindo promover iniciativas para as comemorações do 25 de Abril ■ Grupo parlamentar do PSD impede, na conferência de líderes parlamentares que a Assembleia da República responde à nota oficiosa do Governo emitida a propósito da recusa, por parte da Procuradoria, de dar andamento a processo contra deputada Roseta ■ Primeiro-Ministro Cavaco inicia visita oficial a Londres, a convite de Margaret Thatcher ■ A lista unitária apresentada na Caixa Geral de Depósitos alcança a maior votação de sempre, conseguindo 3181 votos em 8106 votantes ■ Estados Unidos e Grã-Bretanha vetam nas Nações Unidas resolução do Conselho de Segurança propondo novas sanções contra o regime do apartheid da África do Sul ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba rejeita categoricamente perante a Comissão dos Direitos do Homem da ONU acusações contra o seu país ■ Greve geral convocada na Cisjordânia e na faixa de Gaza é seguida massivamente pelos palestinianos.

10

Quinta-feira

Plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais da CGTP/Intersindical, reunido em Lisboa, prepara jornada de luta do dia 17 de Março e debate a possibilidade de greve geral ■ Grupo parlamentar do PCP anuncia a decisão de impugnar a proposta de pacote laboral do Governo ■ Tem início em Lisboa o III Congresso dos sindicatos da Função Pública ■ Muammar Gadhafi propõe no Congresso Geral do Povo a supressão da pena de morte na Líbia e a sua substituição por prisão perpétua ■ Arcebispo panamiano secunda as pressões dos Estados Unidos sobre o Panamá criticando o regime militar do país ■ O rei da Jordânia e o presidente da Síria discutem em Damasco novo plano norte-americano para a "solução" do conflito entre árabes e israelitas, proposto por Shultz ■ De novo na TV, Kurt Waldheim admite culpas de concidadãos seus nos crimes nazis e alega que a Áustria foi vítima da agressão hitleriana ■ Conversações entre o Afeganistão e o Paquistão recomeçam com a recusa por parte das autoridades de Cabul das exigências dos Estados Unidos.

11

Sexta-feira

Conselho Nacional da CGTP/Intersindical convoca greve geral para 28 de Março, divulgando que aumentam

apoios e adesões à jornada nacional de luta marcada para dia 17 ■ No plano político, o Partido Comunista Português manifesta o seu apoio à greve geral convocada pela CGTP ■ O superintendente Sousa Paz, da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, em discurso proferido por ocasião do Dia daquela corporação, queixa-se da falta de pessoal e de meios da PSP na capital ■ Termina o III Congresso da Função Pública que repudia a arrogância do Governo para com os trabalhadores ■ Secretário-geral da SWAPO denuncia em Luanda as provocações que a África do Sul tem montado em território namibiano ■ Ronald Reagan manifesta-se contrário ao estabelecimento de prazo limite para a conclusão de acordo sobre a redução de 50 por cento do material estratégico ofensivo ■ Governo italiano demite-se. É a terceira vez que o primeiro-ministro democrata-cristão Gorla apresenta a sua demissão após ter assumido o cargo em 29 de Julho passado ■ É anunciado em Hanói o falecimento do primeiro-ministro do Vietname, camarada Pham Hung.

12

Sábado

Cavaco Silva regressa a Portugal após a amistosa visita a Thatcher, da qual terá ouvido as exigências britânicas sobre pagamento de indemnizações a expropriados pelas nacionalizações de 1975 ■ Herminio Martinho acusa Cavaco Silva de liderar os destructores da Assembleia da República ■ Luís Beiroco, do CDS, manifesta-se preocupado com aquilo que chama de "cerco" do PSD às autarquias CDS ■ Reunião nacional de quadros do PCP sobre «Gestão e recuperação de núcleos urbanos de interesse patrimonial, histórico e cultural» debate trabalho feito e a realizar no sector ■ Governo nicaraguense anuncia acordo formal para o início das primeiras conversações de cessar-fogo entre as autoridades da Nicarágua e os "contras" ■ Reverendo Jesse Jackson vence eleições primárias pelo Partido Democrático no Estado da Carolina do Sul ■ Mais de metade dos polícias palestinianos dos territórios ocupados da Cisjordânia e de Gaza demitem-se, na sequência do apelo nesse sentido feito pela Direcção Nacional Unificada do Levantamento.



A FNATES promove em Lisboa o 1.º Congresso dos Trabalhadores-Estudantes

13

Domingo

Mais de uma dezena de jornalistas estrangeiros testemunha em Cuemba, Angola, a posse pelos terroristas da Unita, de mísseis norte-americanos e de outro material bélico fabricado nos EUA ■ Reunidos na 5.ª Assembleia Concelhia, os comunistas de Almada aprovam carta reivindicativa ao poder central e resolução apresentada pela



anterior Comissão Concelhia ■ Escritores portugueses, reunidos no Forum Picoas, em Lisboa participam em debate sobre a guerra colonial ■ O arcebispo Desmond Tutu apela aos países ocidentais para que cortem relações diplomáticas com a África do Sul ■ Presidente italiano anuncia o início de consultas para resolver a crise política aberta com a demissão do governo.

14

Segunda-feira

Dirigentes do MARN condenam atitude governamental para com os rendeiros, manifestando-se contra proposta sobre arrendamento rural ■ Comissão Executiva da Coligação Democrática Unitária - CDU - emite comunicado em que analisa a situação política e sublinha a importância da unidade e convergência das forças democráticas ■ Deputados do PS denunciam a proposta do PSD sobre a rádio como comprometedor da liberdade de muitas estações ■ A FEN-PROF apela à participação dos professores na greve geral de 28 de Março ■ Recomeçam em Genebra as conversações para a paz no Afeganistão ■ Supremo Tribunal da Segurança do Estado da ditadura turca pede mais de 65 anos de prisão contra dirigentes operários ■ Embaixada de Cuba em Lisboa denuncia campanha de desinformação dos Estados Unidos, a propósito das alegadas «violações dos direitos humanos» em Cuba.

15

Terça-feira

A CGTP-IN divulga um levantamento das acções previstas para quinta-feira, dia nacional de luta contra o pacote laboral; centenas de milhares de trabalhadores vão efectuar paralisações, greves, plenários, concentrações em 60 localidades e 700 empresas ■ No segundo dia da visita oficial de Mikail Gorbatchov à RSF da Jugoslávia é assinado um acordo de cooperação económica com a URSS até ao ano 2000 ■ Um avião militar sul-africano liberta no aeroporto 4 de Fevereiro doze oficiais das FAPLA, levando no regresso os cadáveres de dois cabos da África do Sul abatidos em Maio de 1985 ■ No final de uma visita de 6 dias ao Zimbabwé o presidente da RFA apela ao chefe do regime racista sul-africano, para que poupe a vida aos «seis de Sharpeville» ■ Uma delegação entrega ao PR as primeiras 500 assinaturas de uma exposição, manifestando preocupação quanto às relações de Portugal com a RP Angola e opondo-se à possibilidade de ser autorizada «a passagem ou entrada em território português de qualquer chefe terrorista, no caso vertente antiangolano, nomeadamente Jonas Savimbi» ■ Uma delegação da Reforma Agrária entrega a Mário Soares as conclusões do encontro extraordinário de Alcácer do Sal ■ A administração da INDEP suspendeu mais 5 trabalhadores, anuncia a CT; na empresa realizam-se plenários para discutir a situação e a participação na luta contra o pacote laboral.

## Geral

ses a arma de eleição para travar o ímpeto das forças mais consequentes e combativas do movimento popular e democrático, principal barreira no momento actual ao restauracionismo dos monopolios associados ao imperialismo e do latifúndio.

Dividir e debilitar o movimento operário e antes de tudo o seu destacamento mais consciente e organizado é, no caso português e na actualidade portuguesa, o objectivo principal da contra-revolução.

As comemorações do 67.º Aniversário do PCP, a força e a coesão do Partido afirmadas com grande pujança em numerosas realizações de massas, em particular nos grandes comícios de Lisboa e Porto, mostram que os comunistas portugueses estão despertados para o combate e se dispõem a enfrentar com determinação os ataques dos inimigos da democracia em Portugal.

A furiosa campanha da imprensa da direita ou convergente com os objectivos da direita ocupou de novo na última semana os «pêcêpólogos» enfeudados ao anticomunismo militante.

Não é acidental que os ataques insidiosos e as calúnias contra o PCP se manifestem com maior virulência à medida que se intensificam os trabalhos preparatórios do nosso XII Congresso.

Para a contra-revolução vale tudo e principalmente o aproveitamento das opiniões divergentes ou críticas manifestadas por camaradas de maneira irregular ou não estatutária.

O XII Congresso deve colher a contribuição de todos os comunistas que têm algo a transmitir ao seu Partido das suas reflexões e experiências.

A campanha anticomunista tem exactamente por objectivo inflacionar as práticas irregulares de alguns camaradas e impedir que o XII Congresso recolha o manancial crítico e inovador de muitos outros que têm um contributo válido a dar para o debate interno e para o melhoramento geral do trabalho do Partido.

As comemorações do 67.º Aniversário, a vigorosa acção dos comunistas, no vasto contencioso social da actualidade, a sua profunda ligação às massas mostram que no PCP não há «crise interna», que no debate interno do PCP a democracia interna se aprofunda e ganha cada vez mais a massa dos seus militantes e amigos.

A batalha ideológica é inseparável da batalha política. Uma e outra reclamam a determinação, a firmeza mas também a clarividência e o espírito aberto dos comunistas.

Na realização das tarefas imediatas, principalmente na preparação do nosso XII Congresso, ponhamos à prova a capacidade e a sagacidade do nosso grande colectivo partidário.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VÓS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcárçova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 26394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

## Hoje é dia nacional de luta

### «Um impulso para a greve geral»

#### — sublinha a CGTP-IN

Centenas de paralisações e greves de empresa, 60 concentrações em diversos pontos do País, mais de 700 plenários de empresa (muitos deles terminando com acções de protesto público), vigílias, cordões humanos, acções de esclarecimento e agitação e outras iniciativas (como votações públicas em Lisboa e Coimbra) marcam o dia nacional de luta contra o pacote laboral e em defesa dos direitos dos trabalhadores, que decorre hoje por iniciativa da CGTP-IN.

Ao divulgar um levantamento das iniciativas já contabilizadas, na terça-feira à tarde, a central sublinhou que elas «confirmam a grande disposição de luta e os sentimentos de unidade dos trabalhadores portugueses»; as movimentações previstas permitem afirmar que o dia de hoje «irá representar uma forte afirmação de repúdio pelo pacote laboral e um impulso imprescindível para a realização da greve geral», convocada pelo Conselho Nacional da CGTP para o próximo dia 28 de Março.

**São muito fortes as razões que levam os trabalhadores portugueses a recorrer à greve geral**, destaca a CGTP num manifesto aos trabalhadores e à população. Sob o lema «Não ao pacote laboral/Contra o tecto salarial/Pelo emprego, pelo progresso», a grande Central unitária reafirma que «os trabalhadores não pedem o sol e a lua».

**Reclamam apenas que lhes seja garantido um direito universal, que é o direito ao trabalho e, com ele, o direito de todos os cidadãos a terem uma vida digna e a Intervir democraticamente na construção da sociedade.**

Num comentário entretanto distribuído por um porta-voz da SIP do PCP, com data da passada sexta-feira, afirma-se que «o PCP manifesta, no plano político, o seu apoio a essa importante iniciativa contra projectos governamentais que, se não forem travados e derrotados, lançarão sobre todos os trabalhadores a ameaça permanente do despedimento, da insegurança no emprego, da precariedade do trabalho, da súbita desestabilização das suas condições de vida e de subsistência».

Alertando contra **previsíveis operações governamentais de falsificação e de confusão** e acentuando que «a greve geral se insere no legítimo exercício de inalienáveis direitos constitucionais», o mesmo porta-voz reafirma que esta forma de luta **integra-se no curso normal e natural da vida democrática do País.**

#### Greve «justificada e necessária»

A necessidade e a justificação da greve geral são acentuadas, no comentário de um porta-voz da SIP, perante a **arrogância, a intransigência e o desprezo manifestado pelo Governo** diante das preocupações e anseios dos trabalhadores.

«A greve geral deve receber o apoio e a compreensão de toda a população — conclui o comentário — e suscitará certamente a adesão massiva de todos os trabalhadores que, **independentemente das suas filiações sindicais ou opções políticas**, compreendem que a sua unidade e determinação é, na hora actual, um imperativo de primeira grandeza para assegurar a defesa dos seus interesses vitais».

Numa resolução sobre a **jornada de hoje** a CGTP afirmava, entretanto, que as lutas, incluindo a greve geral, apontam para a **rejeição completa, «global», do pacote.** Essa inteira rejeição verificou-se com grande dimensão e significado, em «diversos sectores da sociedade», pelo que «os objectivos da luta a apontar aos trabalhadores terão de corresponder a essa realidade, o que implica que eles sejam mais profundos e alargados do que aqueles que foram avançados por outras organizações».

A CGTP-IN considera que o **dia nacional de luta**, que hoje promove, é de **importância decisiva** para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores».

Sublinhe-se essa **«importância decisiva»** e recorde-se que a Inter divulgou oportunamente que não considerava «a mais oportuna» a data de 28 de Março para a greve geral que, por ser uma acção **tão responsável** — destaca — não deveria ser antecedida de um fim-de-semana, o que, entre outros inconvenientes, pode «colocar os trabalhadores isolados, no caso de uma eventual manobra de desmobilização».

No entanto, segundo o manifesto já referido, a CGTP «está consciente de que a sua decisão de convocar uma greve geral corresponde à disposição de luta dos trabalhadores e adequada-se aos fortes sentimentos de unidade e combatividade

que vêm sendo expressos.»  
Se o pacote fosse aprovado, transformando o projecto em lei, ficaria desequilibrada «em absoluto toda a legislação laboral — lê-se no manifesto —, tornando-a muito pior do que é hoje e, ao contrário do que diz o Governo, colocaria os trabalhadores portugueses numa situação profundamente mais injusta do que a que têm os trabalhadores de qualquer outro país da CEE».

#### Acções marcadas: uma amostra

A lista das acções marcadas para hoje que foi divulgada pela CGTP-IN e as informações que federações, uniões, sindicatos e outras estruturas representativas dos trabalhadores fizeram chegar à nossa redacção até ao fim da tarde de terça-feira permitiram-nos dar uma amostra, significativa pelo número e pela variedade, das muitas iniciativas previstas.

Em **Viana do Castelo** há greves marcadas das 10 às 12 horas em várias empresas e realiza-se uma concentração na Praça da República, às 11 horas. Em **Vila Real**, onde decorrem *meetings* nas empresas desde dia 14, há uma concentração junto ao Governo Civil (17.30). A União dos Sindicatos de **Braga** promove no distrito dezenas de plenários de empresa, *meetings* e distribuição de documentos; a partir das 16 horas efectua-se uma denúncia pública do pacote laboral e suas consequências junto ao coreto da avenida central, a que se segue uma deslocação ao Governo Civil para aí entregar uma moção explicando por que rejeitam os trabalhadores o projecto do Governo e apoiam a greve geral convocada pela CGTP-IN.

No **Porto** o dia nacional de luta assumirá a forma de greves e paralisações, concentrações, distribuição de documentos e desfiles. Estão marcadas acções de protesto e esclarecimento para a capital do distrito (a partir das 15 horas na Praça da Liberdade), Vila Nova de Gaia (viaduto de St.º Ovídio, 15 horas), Matosinhos (mercado, 15.00), Vila do Conde (junto à CM, 15), Trofa (Pateira, das 13 às 14 horas), Santo Tirso (Parquinho, das 17 às 19), Felgueiras (Largo Magalhães Lemos, das 16 às 19.30), Amarante (junto à Tabopan, das 13 às 15). Para os STCP está convocada um plenário de trabalha-

dores, apelando a CT e os delegados sindicais à deslocação, depois, para a *baixa*. Com vista à preparação da greve geral começaram já a ser marcados plenários em dezenas de empresas. Amanhã, a partir das 15 horas, realiza-se no cinema Júlio Dinis um plenário distrital de activistas e dirigentes sindicais e de CT's.

Em **Aveiro**, além de plenários nas principais empresas do distrito e outras acções de esclarecimento, estão marcadas concentrações em S. João da Madeira e Lourosa (18 horas). Em **Coimbra** vão ser colocadas urnas na *baixa* para a população votar a favor ou contra o pacote laboral; há ainda 4 concentrações (17.30), que vão terminar na praça 8 de Maio com desfiles em cordão humano, e um desfile-manifestação na Ponte St.ª Clara. Em **Castelo Branco**, na Covilhã, em Tortosendo e no Fundão realizam-se concentrações (18 horas).

marcam o dia de luta no distrito de **Leiria**. Os trabalhadores da Celtex e outros concentram-se frente à delegação do Ministério do Emprego em **Portalegre**. Um pouco por todo o distrito, mas com mais incidência nos concelhos de **Santarém**, Torres Novas, Alcanena, Tomar, Entroncamento, Abrantes, Benavente, Coruche, Alpiarça, Chamusca e Almeirim, a união sindical escalabitana promove plenários em grandes empresas, paralisações sectoriais contra o tecto salarial, contactos com trabalhadores à porta das fábricas, *meetings*, entrega de documentos a órgãos autárquicos.

Em **Lisboa**, realizam-se concentrações no largo das Fontainhas e no largo Batista Russo (15.30), na Venda Nova (9.30), em Torres Vedras, em Vila Franca de Xira, Loures, Sacavém, Odivelas, Cacém (todas às 16 horas), em S. Domingos de Rana (18 horas); há ainda acções dos trabalhadores da Eurofil

parou já ontem 4 horas por turno, repetindo hoje a mesma forma de luta; das 14 às 18 estão em greve a **Setenave**, Renault, Mague, Val Frio, Tecnitools, Ariston, Movauto, Sol Outão e Cometa. Na **Lisnave** está convocado um plenário de trabalhadores para as 14.30.

Em **Évora**, Arraiolos e Montemor-o-Novo realizam-se concentrações-vigília a partir das 16 horas, enquanto o STAL convocou plenários para as 14 câmaras municipais do distrito; para ontem estava marcado um comício em Estremoz. O plenário de sindicatos do distrito de **Beja**, reunido dia 11, decidiu, além da paralisação já marcada pelos sindicatos agrícolas para hoje à tarde e de plenários convocados para várias empresas, efectuar concentrações (16 horas) em Serpa (Praça da República) e Beja (frente à União dos Sindicatos) contra o pacote laboral e o pacote agrícola. No distrito de **Faro** realizam-se reuniões em empresas e são montadas bancas para distribuição de propaganda em Lagos, Portimão, Faro e Vila Real de Santo António.

A Federação da **Metalurgia, Metalomecânica e Minas (FSMMMP)** anunciou **paralisações nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Leiria e Coimbra** e acções de rua em Lisboa, Amadora, Almada, Seixal, Setúbal, Porto, Braga, Espinho, Lourosa, S. João da Madeira, Águeda, Coimbra e Viseu, entre outras localidades.

A Federação do **Comércio, Escritórios e Serviços (FEPES)** vai promover acções de esclarecimento nas zonas comerciais das principais cidades e o envio de milhares de postais ao Primeiro-Ministro exigindo o abandono liminar do pacote laboral.

Na **Rodoviária Nacional** realizam-se plenários em todos os locais de trabalho e os trabalhadores fazem greve ao trabalho extraordinário. Na **CP** efectua-se uma grande acção de esclarecimento e contactos com a população, enquanto foi já manifestada a disposição de participar activamente na greve geral.

O **MURPI** apelou à participação dos reformados e pensionistas nas iniciativas de hoje, lado a lado com os trabalhadores no activo, «para que o pacote laboral (e outros pacotes contra as conjuístas de Abril) seja definitivamente derrotado».



**Uma delegação da CGTP-IN** chefiada pelo coordenador da central, Manuel Carvalho da Silva, e integrando também Emídio Martins e Ruben Rolo, da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, foi recebida anteontem à tarde na sede da Rua Soeiro Pereira Gomes por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido

No distrito de **Viseu** foram anunciadas «24 horas de alerta contra o pacote laboral»; uma marcha de protesto parte dos Fornos Eléctricos para o Rossio de Viseu (por Mangualde) e a sua passagem é assinalada pelos trabalhadores das principais empresas ao longo do percurso; no Rossio funciona, desde ontem à noite e durante todo o dia de hoje, um «ponto de encontro contra o pacote laboral», a partir do qual são desenvolvidas acções de esclarecimento e recolha de assinaturas, tanto nas empresas, como junto da população; para as 18.30 está prevista a chegada ao Rossio da marcha de protesto.

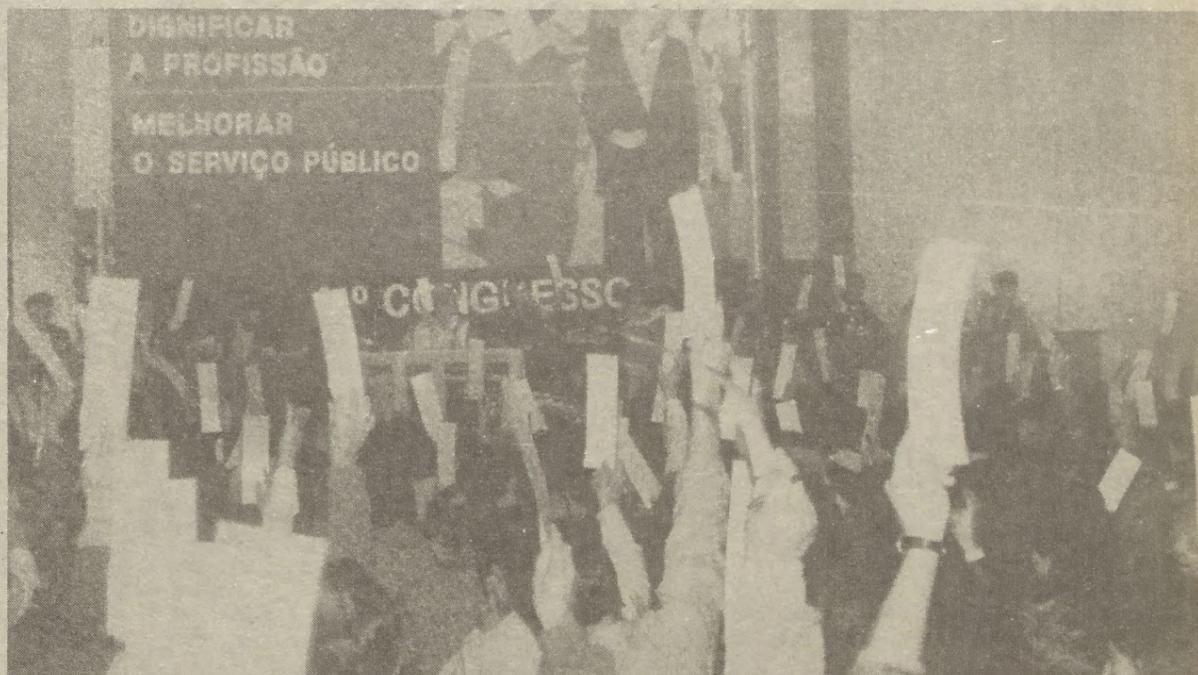
Concentrações na Marinha Grande e Caldas da Rainha

e do Município de Lisboa, da Cometa e de muitas outras empresas. Estão convocadas greves de 24 horas na Carris, no Metropolitano e na Transtejo e foi marcada uma paralisação das 8 às 18 horas nos sectores da construção civil e obras públicas, indústria e comércio de madeira e mármore.

No Largo de Jesus, em **Setúbal**, realiza-se uma concentração às 15 horas; estão igualmente marcadas concentrações para o Barreiro (Parque Catarina Eufémia, 10.30) e Cruz de Pau (15 horas). Os trabalhadores dos estabelecimentos de Tróia da Torralta paralisam das 14.30 às 18 horas; a **Sorefame** pára igualmente a partir das 14.30, enquanto a **Siderurgia**



Trabalhadores



É indispensável o dinamismo e o empenho dos sindicatos

## Doença do sono

Diz ele que não perde um minuto de sono. Ele é Cavaco Silva, o Primeiro-Ministro de um Governo que tem atrás de si um partido largamente maioritário na sequência dos resultados eleitorais de 19 de Julho.

Fez tal afirmação comentando as lutas dos trabalhadores que se acendem ao anúncio do pacote laboral.

Uma questão de firmeza, quis parecer. Uma questão de imagem, dizemos nós.

Cavaco Silva não perde o sono nunca.

Nem quando os trabalhadores se mostram dispostos — por todo o País e nas mais variadas classes profissionais — a lutar pelos seus direitos e a avançar em formas de luta cada vez mais severas e agudas.

Supomos mesmo que, anteontem, quando toda a gente esperava que Cavaco fosse dar o tal puxão de orelhas aos seus deputados — que se não fazem greve enveredaram francamente pelo absentismo, pelo amolecimento e sabe-se lá por que invias formas de não mostrarem grande acordo com o Governo — Cavaco preferiu ferrar no sono. É uma tática.

Tal como meter a cabeça na areia, tática de avestruz.

Arrisca-se, porém, Cavaco, a prolongar os seus sonos; a refastelar-se quase em permanência no divã. Mesmo a dormir em pé.

De sonhar alto já lhe conhecíamos o defeito.

Sonhos que, anunciados, aparentam verdadeiros pesadelos mas que, felizmente para quem anda acordado, têm vindo a perder a «qualidade» de se propagar a mais gente. Sonhos de Vefão que arrefeceram e de que já muita gente acordou. Sonhos que se vêm quebrando de encontro à realidade. Talvez por isso Cavaco insista em ferrar o galho. São cada vez menos as horas em que anda acordado. Para se encontrar com Carlucci, por exemplo. Ou com Margaret Thatcher.

Mas quando lhe cheira a dificuldades é um torpor imenso que se apodera do homem. Quando se lhe fala de trabalhadores ou da Intersindical vira-se para o outro lado. Mesmo a UGT lhe provoca agora uma certa dormência. Até o seu grupo parlamentar lhe desperta um bocejo.

É assim que, embora em pé — ou sentado na cadeirinha de S. Bento —, o Primeiro-Ministro vai passar este dia de hoje, quinta-feira, 17 de Março, a dormir. Já anunciou mesmo o sonho que vai ter — toda a gente caladinha e cordata, praças e ruas vazias de concentrações, um grande silêncio limpo. Para o 28 de Março também o sonho já veio nos jornais — toda a gente numa grande labuta — muitas crianças a faltar à escola para trabalhar na fabriqueta clandestina; muitos reformados aceitando mais um esforçozinho para juntar algum dinheiro à pensão; as donas de casa a arear as painelas; os desempregados a coçarem a imaginação; alguns camponeses a sachar a horta. Mesmo assim ainda vai dar muita gente a trabalhar, sonhará Cavaco.

É um sonho a cores.

Mas venhamos à realidade. Hoje é dia 17 de Março. Está marcada em todo o País uma grande jornada nacional de luta. O «Avante!» procura dar nas suas páginas uma ideia do que está preparado pelos trabalhadores correspondendo ao apelo da sua central — a CGTP-IN.

Mais de seis dezenas de concentrações.

Centenas de paralisações e greves de empresa.

Vigilias e acções de esclarecimento.

Mais de 700 plenários de empresas.

Todo um movimento que envolve já centenas de milhares de trabalhadores e que, no entanto, é ainda apenas um passo na direcção da greve geral.

Um passo acordado.

Neste país, só o Primeiro-Ministro diz que dorme.

## Na Função Pública Melhorar os serviços dignificar as funções

### • Participação nas lutas sindicais

No decorrer dos trabalhos do III Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública que, como anunciámos se efectuou em Lisboa quinta e sexta-feira da semana, passada, foi admitida a realização de uma jornada de luta, «ainda este mês, pela revalorização das carreiras profissionais da Função Pública». O Congresso, que elegeu o novo Conselho Nacional da Federação e aprovou vários documentos, contou com a presença e participação de mais de trezentos delegados. Do programa de acção aprovado para os próximos três anos destacam-se a melhoria dos serviços públicos e a dignificação da profissão.

Carlos Mamede, coordenador da Federação dos TFP, ao referir-se às relações actuais entre Estado, serviços e utentes, afirmou a dado passo que, «em vez do Estado moderno, prometido nos discursos oficiais, assiste-se cada vez mais ao Estado-caos, pois de caótico se pode classificar o estado de degradação a que chegou grande parte dos serviços».

Segundo as conclusões do Congresso dos TFP, as quatro grandes linhas de força do programa aprovado para o próximo triénio são a democratização dos serviços públicos, a defesa da estabilidade do emprego, a dignificação do exercício das funções públicas, e o reforço da organização sindical.

#### Mais de ¼ dos TFP com emprego precário

A luta pela estabilidade do emprego foi altamente valorizada pelos congressistas que sublinharam o facto de existir hoje mais de um quarto dos TFP com «vínculo precário».

Neste como em outros aspectos da luta a conduzir, o Congresso frisou ser indispensável «a unidade dos trabalhadores da Função Pública e a sua participação no movimento sindical unitário».

De acordo com números entretanto divulgados, em

quatro anos, de 1983 a 1986, o total dos trabalhadores do quadro (efectivos) diminuiu de 283 511 para 278 725, enquanto que o pessoal não efectivo, sem vínculo, aumentava de 75 818 para 105 723.

No programa de acção, aprovado pelo 3.º Congresso, quanto a quadros de pessoal, refere-se que «a situação actual é de inadequação quase permanente». De uma série de seis alíneas aprovadas sobre este assunto, de importância premente para grande parte dos TFP, destacamos a exigência da Federação sindical (FNSTFP) no sentido de serem aprovados «quadros de pessoal em todos os organismos e serviços da Administração, que correspondam às necessidades dos serviços» e que esses mesmos quadros sejam «ajustados à prossecução dos seus objectivos» — dos serviços, naturalmente.

O Congresso dos TFP, que se reuniu com o objectivo expresso de «defender e aprofundar o regime democrático», assim como de reforçar a «unidade e organização dos trabalhadores do sector», destacou que «a ofensiva governamental contra os serviços públicos conduziu ao agravamento das condições de vida e de trabalho dos TFP, nomeadamente através da precarização do emprego, da estagnação das carreiras e da redução do poder de compra dos salários».

#### Aprovada a criação de um Conselho Superior

Numa resolução aprovada na passada sexta-feira, último dia dos trabalhos, exigiu-se a criação de uma Secretaria de Estado da Administração Pública e de um Conselho Superior para as mesmas funções. Aprovada por unanimidade, a resolução pretende ver reconhecido «o direito à negociação colectiva e o imediato recomeço das negociações sobre as seguintes matérias: reestruturação global do sistema de carreiras; revisão do regime remuneratório; regulamentação do horário de trabalho para 35 e 40 horas, tal como consta da Lei do Orçamento do Estado; reformulação e uniformização da legislação sobre férias, faltas e licenças; conclusão das negociações sobre o projecto de horário e duração de trabalho; criação da Lei Quadro dos Serviços Sociais; e institucionalização de um sistema integrado de formação profissional».

Ainda sobre a precarização do emprego na FP, Carlos Mamede afirmaria no encerramento dos trabalhos, em que participou também Américo Nunes, da CGTP, que no Ministério da Saúde existem 11 mil trabalhadores com vínculo precário num total de 40 mil, sem incluir médicos e enfermeiros. Mamede adiantaria ainda que num total de 43 mil docentes do ensino básico e do ensino secundário há 8300 contratados a prazo.

Quanto às lutas imediatas, assinala-se que foram aprovadas por unanimidade e aclamação, como no caso da resolução final, a concentração dos trabalhadores no próximo dia 24, junto à Secretaria de Estado do Orçamento, a participação em todas as formas de luta contra o pacote laboral, designadamente a jornada de hoje, dia 17, e na greve geral do próximo dia 28. A participação na luta de hoje, quinta-feira, deve ser concretizada através da realização de reuniões no maior número possível de locais de trabalho.

## Apelo da Frente Comum

Sublinhe-se que a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública manifestou oportunamente a sua adesão e apoio à luta contra o pacote laboral. Recorde-se que o secretariado daquele organismo, que congrega 29 sindicatos do sector, apelou no passado dia 7 à «participação dos trabalhadores de todos os sectores e estratos profissionais da Administração Pública nas acções de luta já anunciadas pelo movimento sindical contra o pacote laboral do Governo». O secretariado da FC recordou na mesma altura que o Executivo cavaquista já obteve «uma autorização legislativa para rever o regime de vínculos da Função Pública, com o objectivo de o «aproximar da legislação privada»». Se for aprovado o pacote, está à vista um risco muito maior do que já existe para a estabilidade do emprego em todos os sectores da Administração, atingindo milhares de trabalhadores. A Frente Comum considera indispensável uma forte mobilização sindical no sector.

**Trabalhadores**

**Professores e greve geral**

**Sobejam as razões para aderir — afirma a FENPROF**

O secretariado nacional da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FENPROF), naturalmente preocupado com «a gravidade das consequências que as projectadas medidas laborais teriam sobre o ensino», fez recentemente um forte apelo à classe para que participe em todas as lutas contra o chamado pacote laboral do Governo Cavaco. Com natural relevo para a greve geral marcada para o próximo dia 28, o apelo do SN da FENPROF é válido para todos os sindicatos membros da Federação e inclui a participação na jornada de luta de hoje, dia 17. Outros sectores da Função Pública e dos quadros técnicos em geral se manifestaram também contra as leis laborais cavaquistas e aderiram às formas de luta empreendidas pelo conjunto do movimento sindical.

A decisão dos dirigentes da FENPROF foi aprovada, como ponto um da ordem de trabalhos da reunião do secretariado, efectuada no passado dia 11. Segundo Vasco Graça, do SN, «os sindicatos membros da FENPROF irão accionar os mecanismos de decisão estatutariamente adequados por forma a concretizar a posição assumida pelo secretariado nacional».

**Reflexos públicos**

Depois de lembrar que «a escola não é uma ilha isolada», pois nela se reflectem «todas as consequências da vivência social, das condições de vida das famílias, dos conflitos sociais existentes», o SN da FENPROF entende que, embora o dia anunciado para a greve geral (28 de Março) não coincida com um dia de actividades lectivas normais (calha no período em que decorrem as avaliações), esse facto «não diminui o significado da intervenção unida dos docentes».

No entanto, a adesão à greve por parte dos professores alterará os reflexos públicos da avaliação docente.

Para a Federação, ainda sobre este aspecto dos reflexos públicos em geral, a ir por diante o projecto governamental das leis laborais, o inevitável agravamento das condições de vida «traria evidentes prejuízos para a acção educativa, com pesados custos no agravamento do insucesso escolar».

Neste campo ainda, o SN dos professores, depois de analisar os projectos governamentais, frisa que «está

em curso uma tentativa de alterar radicalmente o quadro laboral e social existente, não no sentido de modernizar a economia portuguesa, mas de degradar acentuadamente as condições de segurança do emprego e da independência dos trabalhadores, à custa da hipervalorização dos poderes do patronato».

Acrescentam os dirigentes da FENPROF que se trata, «inequivocamente, da mais brutal pretensão registada desde 1974 de destruir as regras de relacionamento entre empregadores e empregados, consagradas na Constituição e na legislação portuguesa».

Recorda-nos o dirigente federativo Vasco Graça que o Governo procura «precarizar o emprego, cercear as liberdades dos trabalhadores e criar condições para uma mais rápida e acelerada transferência de riqueza do factor trabalho para o factor capital».

**Reflexos específicos**

Os reflexos dessas medidas legislativas do Governo iriam repercutir-se directamente sobre os professores e indirectamente sobre a escola.

Segundo Vasco Graça, o SN da FENPROF sublinha, com especial acuidade, «as condições de vinculação dos docentes no ensino particular e cooperativo».

Essas condições seriam logo afectadas e em breve também «as relações contratuais dos docentes do ensino oficial seriam postas em causa», refere ainda o secretariado.

Daí uma das razões principais da «inequívoca solidariedade» da negável maioria dos professores de todos os graus de ensino para com todos os demais trabalhadores e os sindicatos no seu conjunto contra o pacote laboral.

Os professores, acrescenta o secretariado da Federação, «sabem ser esta uma ocasião onde necessariamente devem intervir pela defesa de um futuro melhor no plano social e educativo».

Esta tomada de posição pública por parte dos representantes sindicais dos professores não colide com o diálogo e a negociação. Ainda na passada quinta-feira, dia 10, a FENPROF se reuniu com o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação.

No seguimento de uma reunião do mesmo tipo, efectuada no passado dia 3, a Federação obteve do Ministério, entre outras informações importantes para a classe, que «está a ser ultimada uma versão de projecto de estatuto de carreira docente do ensino não superior».

O mesmo projecto, que «ainda não contempla o capítulo referente ao estatuto remuneratório», deverá ser entregue aos sindicatos — prometeu o secretário de Estado — em 4 ou 5 de Abril próximo.

Aquele membro do Governo admitiu «a possibilidade de vir a ser aberto um debate público sobre a matéria», informa a FENPROF.

Entretanto, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) transmitia publicamente a aprovação de uma **jornada nacional de protesto no próximo dia 24** por parte dos professores do ensino particular e cooperativo e de instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

A reunião em que foi aprovada essa forma de luta efectuou-se em Lisboa no passado dia 9. Segundo Manuel André, da Direcção do SPGL, o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação recebia, entretanto, uma delegação daqueles professores.

A jornada de 24 deriva sobretudo da **aplicação do imposto profissional àqueles docentes**, «sem qualquer medida compensatória», ao contrário do que acontece com os seus colegas do ensino oficial.

Os professores que convocaram, através do SPGL, aquela jornada de protesto nacional para o dia 24, viram os seus salários reduzidos — facto perante o qual mesmo o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação se mostrou compreensivo, e prometeu «empenhar-se em encontrar uma solução que venha repor a justiça e põna fim à discriminação verificada», conforme soubemos no SPGL.



*Trabalhadores da EPAL concentraram-se na quinta-feira frente à sede da empresa, na Avenida da Liberdade, reclamando aumentos salariais justos; para hoje estão convocados plenários nos locais de trabalho. No caso de se continuarem a arrastar as negociações, a comissão negociadora sindical/SIESI pode a breve prazo propor aos trabalhadores da Empresa Pública das Águas Livres outras formas de luta contra o tecto salarial (7,4%) que o Governo e a gerência por ele nomeada pretendem impor e que contrasta com as actualizações decretadas para os funcionários políticos e para os gestores das empresas públicas.*

Os ferroviários efectuaram no mesmo dia uma concentração nacional junto às instalações do conselho de gerência da CP, em Lisboa. Esta acção insere-se na luta pela revisão do acordo de empresa, pela aplicação do protocolo assinado em 25 de Abril de 1986 sobre o regulamento de carreiras e pelo cumprimento rigoroso dos regulamentos sobre concessões, fardamentos, salubridade e higiene e segurança, entre outros objectivos.

Na resolução aprovada durante a concentração de dia 10 salienta-se que os valores apresentados pelo CG para aumento da tabela salarial (7,2%, contrastando com os aumentos de 10,64% dos gestores públicos) são resultado da luta já desenvolvida; sublinha-se que «urge no entanto dar continuidade à mesma, a fim de serem satisfeitas as reivindicações formuladas, designadamente a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas e a redução da idade de reforma».

**1.º Congresso dos trabalhadores-estudantes**

Por iniciativa da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, realizou-se no sábado, dia 12, o 1.º Congresso dos TE's, que reuniu na Junta de Freguesia de Alcântara centena e meia de delegados de três dezenas de associações.

O congresso — e o trabalho preparatório que o antecedeu — teve como objectivos reforçar o movimento associativo dos trabalhadores-estudantes e aprofundar o conhecimento dos seus problemas específicos. No congresso, que teve como lema «No trabalho, no ensino, construir o futuro», foi eleita a direcção da FNATES e foram aprovadas alterações aos seus Estatutos. Os delegados aprovaram ainda uma carta reivindicativa do trabalhador-estudante, o programa de acção da Federação (a única estrutura representativa a nível nacional das associações de TE's) e uma carta-recado ao ministro adjunto e para a juventude.

Nestes documentos chama-se a atenção para o facto de a generalidade das empresas se recusar a cumprir a Lei 26/81, que consagra o Estatuto do Trabalhador-Estudante. Também não é respeitada a lei nas escolas; um dos dirigentes da FNATES lembrou no congresso que em mais de 50 por cento das escolas não há eleições para delegados de turma e em cerca de 60 por cento não são eleitos os representantes dos TE's na comissão consultiva nocturna. Apenas 20 por cento dos 130 mil trabalhadores-estudantes estão em condições de usufruir dos direitos e regalias consignados no Estatuto.

**ACTA e Autosil estão em greve**

**Os trabalhadores da ACTA estão hoje, no segundo período de trabalho, em greve e concentram-se frente à sede da empresa em Lisboa** — informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

Estas formas de luta, decididas dia 10 numa reunião geral de trabalhadores, destinam-se a reclamar o pagamento de parte dos salários de Fevereiro em atraso e de «avultadas importâncias» relativas ao subsídio de alimentação. Os trabalhadores exigem ainda que sejam tomadas medidas para a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

A ACTA-Actividades Eléctricas Associadas dedica-se a montagens e instalações eléctricas na construção civil e obras públicas e tem cerca de 600 trabalhadores em estaleiros espalhados por diversos pontos do País; o Estado, através do IPE, é o seu principal accionista, com 96 por cento do capital. Na referida reunião foi aprovada uma moção citada no comunicado do SIESI e na qual os trabalhadores recordam

que, «como consequência da gestão desastrosa da administração, sob orientação do Governo», a ACTA tem vindo a conhecer «uma vertiginosa degradação», cujo intuito «é o desmembramento da empresa e a entrega do seu património e actividades ao capital privado».

Em 1987 foram liquidados cerca de 200 postos de trabalho na unidade fabril da ACTA em Queluz, onde os equipamentos agora se degradam por falta de utilização — denuncia-se naquele documento, em que se exige também «que cessem as pressões e as manobras tendentes ao autodespedimento», referindo o caso dos trabalhadores que a empresa coloca em sub-ocupação («inactivos»); estes «têm sido alvo de arbitrariedades patronais, como a exigência de permanecerem em Lisboa, apesar de na sua maioria serem oriundos de concelhos distantes, nomeadamente do norte do País, sem que lhes sejam asseguradas as ajudas devidas à sua condição de deslocados» — acusam os trabalhadores da ACTA e o SIESI.

**Hoje e amanhã paralisam também os trabalhadores da Autosil, em luta pela revisão do caderno reivindicativo.** Hoje a fábrica de Paço de Arcos pára das 10 horas às 11 e 30 e das 14 e 30 às 16 horas, enquanto nas filiais a greve abrange as últimas 3 horas de trabalho. Amanhã a paralisação é geral das 10 às 12 horas.

**Tecto salarial também para os jornalistas**

A «grave situação dos jornalistas portugueses no que respeita às suas condições materiais de trabalho» levou a que um membro da direcção do sindicato se deslocasse a Bruxelas e a Praga para informar a OIJ e a FIJ.

A direcção do Sindicato dos Jornalistas, no comunicado em que dá a conhecer aquela iniciativa, denuncia o arrastamento das negociações das tabelas salariais na Lusa, na RDP e na RTP, «sem que as respectivas administrações apresentem propostas minimamente aceitáveis» e «refugiando-se em directivas alegadamente traçadas pela tutela». O SJ informou que encara a possibilidade de «a breve prazo e no caso de a situação não evoluir positivamente, desencadear iniciativas a nível nacional tendentes a sensibilizar a opinião pública portuguesa para a situação gravosa em que se encontram os profissionais da informação».

Já no fim da semana passada o sindicato anunciou que foi assinado um protocolo de revisão da tabela salarial na RTP, contemplando um aumento salarial global de 9,5 por cento. «Este acordo só foi possível — salienta o SJ — porque ficou estabelecido que de imediato se dará início naquela empresa às negociações com vista à definição de carreiras», uma das reivindicações em que o sindicato tem insistido junto da administração da Radiotevisão Portuguesa desde Junho de 1987.

**Proposta dos médicos**

Os médicos incluídos nas carreiras do Serviço Nacional de Saúde (clínica geral, hospitalar e saúde pública) têm remunerações inaceitáveis, de acordo com os padrões europeus. A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos, que se refere expressamente aos países da CEE, elaborou, segundo nota da passada segunda-feira, «uma proposta conjunta de reenquadramento salarial, que foi enviada aos órgãos do poder, designadamente à Assembleia da República». Já foi entregue à Comissão Parlamentar de Saúde um abaixo-assinado, «com cerca de 1500 assinaturas só da Zona Sul», apoiando o projecto. O documento da Coordenadora circula entre os médicos de hospitais e centros de saúde.

PCP

## Cavaco e as aspirações do distrito de Leiria

### As dúvidas e o silêncio...

A recente visita de Cavaco Silva ao distrito de Leiria confirma as preocupações do PCP face ao desprezo que tem sido votada a nossa região — assinala a DORLEI do PCP em nota divulgada há dias a propósito do seu plenário, realizado na Marinha Grande. «Cada vez mais se alarga o descontentamento do povo», sublinha a Direcção Regional de Leiria do Partido, referindo as condições de vida e de trabalho na região.

Ainda sobre a visita do Primeiro-Ministro, aquele organismo de direcção comenta a dado passo:

«O povo do distrito es-

perava que a visita de Cavaco Silva e seus ministros significasse o comprometimento do Governo na concretização das aspirações regionais. O Primeiro-Ministro primou pelo silêncio. Não desfez dúvidas, seja em relação ao novo Hospital de Leiria e à ampliação do de Caldas da Rainha, seja, entre outras, à concretização do Centro de Formação Profissional de Leiria, abertura ao tráfego civil da Base de Monte Real. No que diz respeito ao Vale do Liz, apenas se mantêm as habituais promessas que há anos ouvimos.»

A DORLEI do PCP apreciou as vastíssimas movimentações e acções de luta dos trabalhadores, contra o «pacote laboral», contra o «tecto» salarial e pela garantia dos postos de trabalho, nomeadamente a grandiosa manifestação de Leiria, as lutas dos trabalhadores da Quimigal, Ivima, José Feteira, Carvalho & Catarro, da FEIS, da EDP e dos metalúrgicos.

Fez também um balanço aos problemas da «nossa agricultura regional e apreciou o vasto movimento reivindicativo dos agricultores da região, contra o encerramento das feiras, pelo paga-

mento do subsídio de gasóleo, contra o «pacote agrícola» e contra as medidas gravosas impostas pela CEE».

Analizou ainda a política de crédito do Governo, que está a criar graves dificuldades às pequenas e médias empresas do distrito.

A DORLEI do PCP apreciou as tarefas decorrentes da situação política e decidiu apelar a todas as organizações do PCP e a todos os democratas para que se empenhem nas jornadas de luta promovidas pelo MSU, contra o «pacote laboral», em especial na **Greve Geral do próximo dia 28 de Março**.



Caldas da Rainha, cidade ao sul do distrito de Leiria: para quando a ampliação e melhoramento do hospital?

## «Vicominas», o mesmo fim da «Milnorte»

# Menos uma empresa em Trás-os-Montes

• Posição da DORT do PCP

Tal como prevíamos, o Governo PSD/Cavaco Silva liquidou a Vicominas — sublinha a Direcção Regional do PCP de Trás-os-Montes (DORT) em informação chegada agora ao nosso jornal.

O BPA, principal credor da Vicominas, depois de indemnizar outros credores e pagar parcialmente os débitos aos trabalhadores (salários, retroactivos, etc.) vende os fornos e instalações industriais a uma empresa brasileira, e manda para o desemprego os 107 operários.

Põe-se assim ponto final num longo processo, que custou muito dinheiro ao Estado português, muita angústia e sofrimento aos trabalhadores. Para o concelho de Vila Real e a região significa mais um rude golpe no seu débil desenvolvimento industrial. Será bom recordar, novamente, que a Vicominas e a Milnorte (empresa irmã e também já falida na Régua)

representavam para a região meio milhar de postos de trabalho directos, mais de um milhar de postos de trabalho indirectos e induzidos, e cerca de dois milhões de contos para a economia regional de salários, quartzo, madeira, etc.

A «morte» da Vicominas (como da Milnorte e a situação nos Fornos Eléctricos) é da responsabilidade directa da política de direita, política de recuperação capitalista prosseguida por sucessivos Governos PS/PSD/CDS. Tem, no entanto, o actual e activo representante dessa política, o Governo PSD de Cavaco Silva, culpas acrescidas:

• Não subsidiou o preço da energia eléctrica de que a empresa precisava para sobreviver economicamente na concorrência com indústrias congéneres e com preços de energia mais baratos;

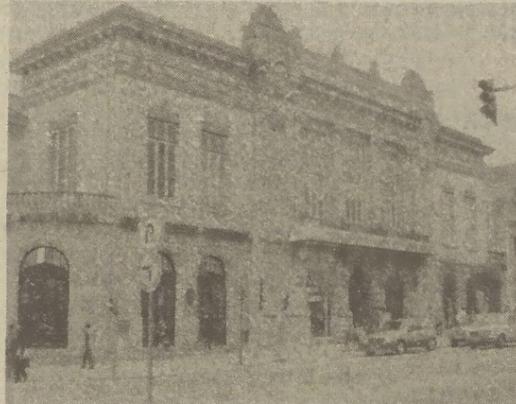
• Não requereu da CEE as condições de excepção, que permitissem apoio às indústrias de silício, dentro do espírito do Art.º 92.º do Tratado de Adesão («podem ser considerados compatíveis com o Mercado Comum: a) os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo...»).

Por ironia do destino (ou talvez não) foi sob um Governo PSD/CDS, onde Cavaco Silva era ministro das Finanças, que se deu a «inauguração» da reconversão da Vicominas, por um Ministério do Trabalho do PSD a louvar essa iniciativa empresarial e é hoje com um Governo PSD, de que Cavaco Silva é Primeiro-Ministro, que é executada a «sentença de morte» contra a Vicominas, com a venda ao desbarato daqueles que são considerados os

fornos mais modernos da Europa.

Como sempre afirmou o PCP em diversos estudos e declarações, em conferências e debates, a política de direita e de recuperação capitalista não pode desenvolver Trás-os-Montes.

A Vicominas é mais um exemplo a somar a tantos outros: Milnorte, Minas da Borralha e Vale das Gatas, Tabopan, etc. Os problemas da industrialização de Trás-os-Montes e outras questões do desenvolvimento regional não são uma fatalidade derivada da sua «interioridade», como tanto gostam de sublinhar os políticos de direita. São consequência única e exclusiva de uma política cujo principal critério de eficiência económica e social é o lucro, cujo principal objectivo é no presente a reconstituição dos grandes grupos económicos, assinala a DORT do PCP.



Braga, um concelho em que a CDU se prepara com vigor para as eleições locais que, não tarda muito, aí estão...

## Reunião concelhia da CDU em Braga

A eleição da Coordenadora local da Coligação conta-se entre os objectivos da reunião plenária da CDU marcada em Braga para o próximo domingo, a partir das 15 horas, na Escola Preparatória André Soares.

«Com vista a organizar melhor o trabalho no presente mandato e preparar a tempo as eleições autárquicas do próximo ano», esta iniciativa fará também o balanço da situação das autarquias locais do concelho (incluindo a análise e perspectivas de trabalho dos eleitos da CDU).

Consta do convite enviado a todos os democratas do concelho de Braga que se identificam com a CDU e, designadamente, os eleitos autárquicos e candidatos que integraram as listas da ex-APU nas últimas eleições:

«O poder local democrático constitui uma das maiores aquisições do 25 de Abril, foi e é determinante para a satisfação das aspirações populares e para a formação democrática e cívica dos portugueses.

«O seu reforço, a sua eficácia, a sua cada vez mais profunda ligação às populações, a sua defesa contra os ataques movidos pela direita instalada no poder central, são inseparáveis do fortalecimento da intervenção e das posições da CDU nas autarquias locais.»

## Estudantes na URSS

Realizou-se dia 6 de Março em Kharkov a 10.ª Assembleia da Organização dos Estudantes na URSS membros do PCP. Os trabalhos — que decorreram sob o lema «Aprender, estudar, reforçar o Partido, defender o regime democrático» — contaram com a participação dos camaradas Manuela Batalhá e Romeu do Rosário, suplente do CC do PCP.

A Assembleia aprovou o relatório do secretariado e as perspectivas de trabalho e elegeu o novo secretariado da organização.

Os participantes — perto de uma centena — aprovaram ainda uma moção endereçada aos diferentes grupos

parlamentares da AR na qual se manifestam pela preservação do regime democrático consagrado na actual Constituição e repudiam todas as tentativas de a subverter por completo.

Foram também expressos apoio e solidariedade à justa luta do povo palestino encabeçada pela OLP contra a política de terror de Israel nos territórios ocupados e pela concretização do direito à edificação do seu próprio Estado independente e soberano.

Os estudantes comunistas saudaram calorosamente o 67.º aniversário do PCP, assim como o próximo Congresso.



Desenvolver sim, desmantelar não — a solução dos problemas económicos da Península de Setúbal passa por aquela estratégia, sublinha a DORS do PCP

## SETÚBAL

### Seminário em Maio

«Profundamente empenhada na procura de soluções para a situação, com todas as forças e entidades honestamente interessadas, a DORS promove um Seminário sobre Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, no próximo mês de Maio. Nele, os comunistas do distrito reflectirão sobre os principais desafios que se colocam ao desenvolvimento da nossa região e tornarão públicas as suas propostas. Nessa ocasião terão oportunidade de, inclusive, aprofundarem e pormenorizarem a sua posição sobre a ODPDS.

«A ORS do PCP não deixará de continuar a lutar e a agir contra uma política que conduziu o País à grave crise que conhecemos, e que é prosseguida de forma acelerada pelo Governo PSD sob

a orientação de Cavaco Silva.

«A ORS do PCP não deixará de continuar a lutar e a agir, nomeadamente, para que na Lei Fundamental resultante de próxima revisão constitucional, sejam assegurados, em todos os campos e, em particular no económico e social, os direitos de que justamente o nosso povo se orgulha, só tornados possíveis com a Revolução de Abril.»

(Dum comentário recentemente divulgado pela Direcção Regional de Setúbal do PCP — a que nos referimos a semana passada — sobre o estudo preparatório da chamada Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, lançada pelo Governo)

PCP

Célula do PCP alerta:

# Governo boicota recuperação da Quimigal

Governo boicota recuperação da Quimigal, alerta a célula do PCP desta empresa pública/unidade do Barreiro, numa recente edição do seu boletim informativo, que dedica toda a primeira página a esse tema, sublinhando:

Entre 1980 e 1986 a Quimigal teve de suportar mais de 73 milhões de contos de encargos financeiros, pagos na sua maior parte à banca internacional, em resultado do endividamento a que a empresa foi submetida.

Apresentando-se desde a sua criação com uma insuficiência de capitais próprios, para o volume de negócios realizado, a Quimigal foi empurrada para a realização de

um conjunto de investimentos de alto risco que têm vindo a condicionar toda a actividade da empresa nos últimos anos.

As dotações de capital inicialmente comprometidas não foram realizadas tendo a Quimigal sido utilizada pelos Governos como angariadora de fundos no estrangeiro, a taxas de juro elevadíssimas, para financiamento das contas do Estado tornado-se a

empresa cada vez mais dependente dos capitais alheios.

Nos últimos 2 anos, os Governos de Cavaco Silva não efectuaram quaisquer dotações de capital à Quimigal contribuindo assim para um agravamento da situação.

A ausência de renovação do aparelho produtivo, em áreas chave da sua actividade, conjugada com a fixação de preços das suas principais produções em níveis que não foram atempadamente revistos de acordo com a evolução dos custos e com a atribuição de subsídios insuficientes e pagos com muito atraso conduziram à degradação progressiva dos resultados de exercício.

Seguindo orientações do Governo, o CG colocou em inactividade parte significativa dos investimentos realizados (Kowa-Seiko, Fibras de Vidro, Metalurgias de Metais Preciosos) sem que o Governo tenha assumido as consequências do encerramento dessas instituições que continuam a sugar importantes fundos gerados nas restantes actividades da Quimigal.

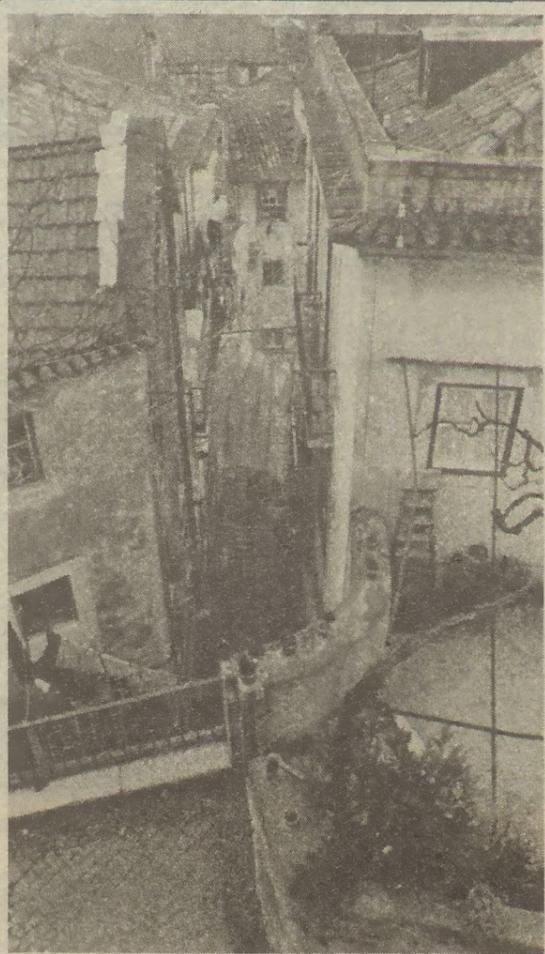
Todos estes factores acumulados originaram a presente situação enfrentando a empresa sucessivas diminuições da sua actividade e a progressiva degradação do

aparelho produtivo existente, sem que lhe seja possível libertar, internamente os meios financeiros necessários a uma adequada reestruturação.

A situação para que a Quimigal foi deliberadamente conduzida só pode entender-se inserida na ofensiva da direita contra as nacionalizações e outras importantes conquistas alcançadas pelos trabalhadores e povo português com a Revolução de Abril e visa a restauração do poder económico e político dos grandes capitalistas e agrários e a destruição do regime democrático.

A exigência ao Governo do imediato saneamento financeiro da Quimigal, condição indispensável à recuperação e revitalização da empresa, a defesa dos postos de trabalho e a melhoria das condições de remuneração, constituem algumas reivindicações que interessam a todos os trabalhadores, incluindo os reformados, pelas quais é urgente prosseguir e intensificar a luta.

Os comunistas não se pouparão a esforços para, em unidade com outros trabalhadores, partidos e forças democráticas, lutarem pela defesa e progresso da Quimigal, do regime democrático, dos direitos e regalias conquistados.



## Gestão e recuperação de núcleos urbanos de interesse cultural

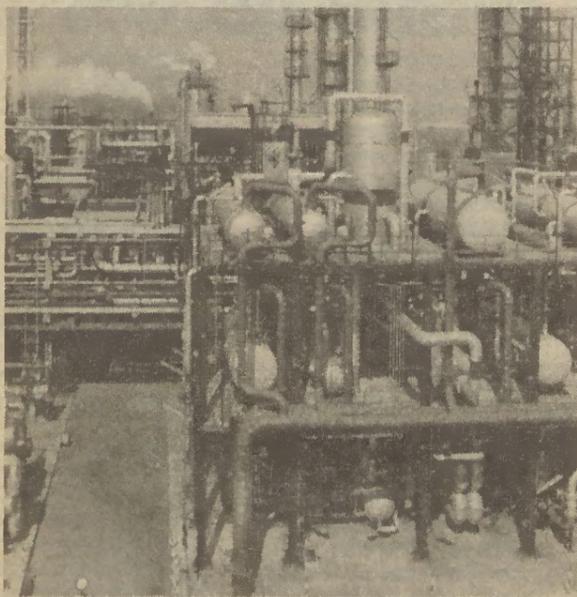
### • Reunião nacional no Vitória

Eleitos no Poder Local, técnicos e especialistas, membros de associações de defesa do património e de estruturas de moradores, oriundos de várias regiões do País, participaram no último sábado, no Vitória, em Lisboa, numa reunião nacional do PCP sobre gestão e recuperação de núcleos urbanos de interesse patrimonial, histórico e cultural.

Ao fim da tarde foram apresentadas as conclusões da iniciativa em encontro com representantes da Comunicação Social. Luís Sá, do CC, Lino Paulo, vereador da Câmara de Sintra, José Pessoa e Jorge Silva, técnicos ligados ao trabalho de recuperação do património, e Fernando Cruz, presidente do Município alentejano de Montemor-o-Novo estiveram com os jornalistas, a quem foi sublinhada «a forte ineficácia do Governo» também nesta matéria: ao seu demissionismo, a administração central acrescenta outra estratégia não menos gravosa — despejar responsabilidades para cima das autarquias sem a correspondente transferência de verbas.

Para além de uma análise rigorosa dos problemas que se colocam às autarquias neste sector e do balanço de experiências em marcha em várias localidades (com os comunistas em posições de maioria e de minoria nos executivos municipais), a reunião do Vitória preconizou um conjunto de medidas fundamentais, de que destacamos a «descentralização efectiva do planeamento territorial e da política de solos», a «revisão da legislação de apoio à recuperação de imóveis degradados, com assumpção total pela Administração Central do apoio financeiro a essa recuperação no caso de famílias insolventes», o «reforço da capacidade do Instituto Português do Património Cultural e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», a «garantia às Juntas de Freguesias, às comissões de moradores e associações culturais do direito de acompanhamento», «medidas de formação profissional de mais técnicos e especialistas» e ainda diversas medidas de protecção dos interesses dos proprietários e famílias moradoras afectadas pela intervenção em edifícios.

Devolver aos moradores e aos portugueses em geral as casas e bairros históricos, com uma nova vida, mais intensa e dinâmica, condição e estímulo do próprio processo de recuperação, é uma das questões centrais que deve nortear, segundo os comunistas, a abordagem dos problemas debatidos no Vitória, a que nos referiremos mais pormenorizadamente em futura edição.

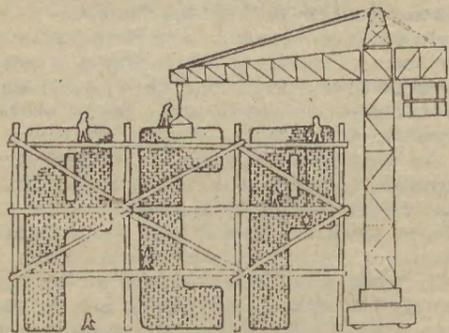


## Lisboa

### 6.ª Zona inaugura Centro de Trabalho

A organização local de Lisboa do PCP vai contar com mais um Centro de Trabalho já a partir do próximo dia 26, data marcada para a inauguração do novo CT na Rua Comandante Fontoura da Costa (lote 39, loja H), junto ao antigo cinema do Lumiar.

Esta nova casa do Partido serve a 6.ª zona da OLL. A inauguração, que incluirá um «porto de honra», está marcada para as 16 horas.



## Condeixa-a-Nova

Uma iniciativa já tradicional por esta altura do ano voltou a juntar muita gente em Condeixa-a-Nova, no distrito de Coimbra. Foi mais uma matança do porco, integrada nas comemorações do aniversário do PCP.

Entre os mais de 120 presentes contava-se o camarada Jaime Serra, membro da

Comissão Política do Partido, que interveio no decorrer desta iniciativa da Concelhia do PCP de Condeixa-a-Nova.

O torneio de malha, de que saiu vencedora a equipa do Avenal, música popular com o grupo «Rodina» e fados de Coimbra constituíram bons momentos de animação neste convívio.

## Nacional



### 20 de Março Dia Nacional do Pioneiro

#### 20 de Março é Dia Nacional do Pioneiro

«Vamos sorrir. Entrámos na Primavera, toda a Natureza cresce sorrindo, assim como nós, as crianças...», e por isso a Coordenadora Nacional dos Pioneiros de Portugal, ao mesmo tempo que promete uma comemoração plena de alegria, convida todos a participarem nas mil e uma iniciativas que estão programadas em vários pontos do País: acampamentos e actividades ao ar livre, festas, visitas, teatro e fantoches, desporto, trabalhos manuais, jornalismo, correspondência com amigos de outros países, campanhas de solidariedade e muito mais...

«Nós, miúdos como tu, fazemos muitas actividades e brincadeiras bonitas. Esperamos-te! Temos a certeza que vais gostar de andar connosco».

Já agora, lembramos que a sede nacional dos Pioneiros de Portugal se localiza na Rua Prof. Lima Bastos, 140, 1.º esq., 1000 Lisboa, telefone 726 15 75.

PCP

## 5.ª ASSEMBLEIA CONCELHIA DE ALMADA

## Manifestação de unidade na luta que continua



Reunindo um total de 405 delegados, 49 dos quais por inércia, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP debateu, durante dois dias (na tarde de sábado e todo o dia de domingo), questões referentes à organização.

Trabalho profundo, resultante de uma discussão prévia dos principais problemas que afectam os comunistas do concelho, ali foram abordadas todas as questões, desde a vida das colectividades até aos problemas da saúde, passando por problemas de transportes, questões de fundos e outros assuntos muito diversos.

Realçado o que de positivo foi feito, isso não constituiu motivo, nem impedimento, para que as críticas surgissem em relação ao que está mal, ao que não foi solucionado, às tarefas que foram proteladas ou a que não se deu a devida atenção.

Não se pense pois — e isto destina-se aos comunistas daquele concelho que não estiveram presentes na Assembleia, quer como delegados, quer como convidados — que a reunião foi um coro de elogios, que para os representantes dos militantes comunistas do concelho de Almada tudo está bem.

Aos convidados foi possível ouvir, através de diversas intervenções, questões que tinham sido levantadas nas reuniões que prepararam a 5.ª Assembleia, muitas delas, quem sabe?, por eles próprios, assim se justificaram algumas exclamações «isto é verdade!» ou os assentimentos com a cabeça, acompanhando certas partes das intervenções proferidas pelos delegados.

Mas a reunião magna dos comunistas de Almada não foi só isto, como se pode compreender. Através do que ali foi dito, como se uma radiografia tivesse sido tirada à Organização e também ao concelho, nos seus

aspectos sociais, económicos, culturais e outros.

E só conhecendo bem a realidade que nos cerca e que nós somos é que se pode avançar, progredir, desenvolver, criar, enfim, o futuro que a todos satisfaça.

Tarefa árdua, é certo, mas facilitada porque não é de um só (assim seria impossível), mas de muitos, ajudando-se mutuamente, contribuindo com as suas sugestões e ideias. E quem não acredita na vitória, sabendo que o ideal não é só seu, mas partilhado e defendido por muitos milhares?

Foi essa manifestação de força, de vitalidade, que se fez sentir na 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada. Mais do que os aplausos ou os vivas ao PCP, a determinação com que os problemas foram encarados e propostas as suas soluções revelam a unidade na luta pela conquista de um futuro melhor, que todos desejamos.



## Conhecer melhor os outros é uma forma de nos conhecermos melhor

Referimos já que uma Assembleia da Organização é como que uma radiografia. Por ali, ficamos a conhecer coisas de que habitualmente não nos apercebemos, apreendemos experiências novas, damos conta dos problemas que é preciso ter em atenção. Conhecemos melhor os outros, o que é uma forma de nos conhecermos melhor.

Pode parecer uma canseira, para quem não esteja habituado, ouvir durante dia e meio intervenções e mais intervenções falando, ora da situação da indústria e dos trabalhadores têxteis, ora de outros assuntos, os mais variados possíveis, que a vida do Partido não é, nem nunca foi, arredia de qualquer dos aspectos da realidade do povo português.

Pode pois parecer uma canseira, mas a verdade é que se transforma numa poderosa lição. Ali se compreende em toda a sua plenitude que a solução dos nossos problemas não é isolada dos problemas dos outros, que uma frente da luta requer no momento presente maior atenção, que a experiência utilizada com êxito, neste ou naquele sector, também o pode ser no nosso, com as variantes necessárias, ou talvez não.

Ficamos a saber, por exemplo, através das intervenções proferidas, que os trabalhadores da construção civil perderam, entre 1983 e 1987, cerca de 18 por cento do seu poder de compra e

os trabalhadores daquela empresa não se ficaram pelo «que mais me vai acontecer?». A sua luta continua, como o prova o reforço na Comissão de Trabalhadores na lista unitária. Desta empresa saíram 5600 trabalhadores, estando reduzida a menos de 4170 trabalhadores, o que representa menos de metade do que tinha antes. Os salários em atraso continuam, ascendendo a verba a cerca de 600 000 contos.

Mas não se pense que a saída dos trabalhadores significava falta de trabalho. A intenção era outra. A provável ao estáio, como foi referido, as 870 000 horas de su-

que têm um peso expressivo nos fundos: a quotização e as iniciativas, mas se a quotização atrasada fosse toda recebida, era sem dúvida a maior no conjunto das receitas.

Neste sentido, o apelo foi feito: «a quotização deve merecer a atenção de todos e é uma batalha a travar de imediato».

A nível de iniciativas, o destaque vai, como é natural para a «Festa da Amizade» e que já tem data marcada — 3, 4 e 5 de Junho próximo —, mas outras merecem, também, um cuidado especial, como é o caso dos mercados de Natal, o cabaz de Natal, postais de boas-festas

com as tarefas principais na acção futura, entre as quais podemos citar, a realização, em 1988, de um encontro de quadros sobre comunicação escolar, dar maior atenção à utilização de novos meios de intervenção no domínio audiovisual e particularmente no campo do vídeo, entre outras.

O trabalho autárquico Na intervenção da célula da vereação da Câmara Municipal de Almada, foi recordado que «sobre a organização concelhia de Almada e sobre a célula da vereação fizeram-se sentir, com particular incidência, os ataques contra o PCP, dirigidos ao interior do próprio Partido, na perspectiva do seu enfraquecimento. Mas neste caso, e mais uma vez, venceu a dinâmica do trabalho colectivo».

Fazendo o balanço do trabalho realizado desde a última Assembleia Concelhia e apesar das dificuldades e algumas insuficiências que ainda persistem, «podemos considerar que o saldo alcançado é francamente positivo».

Nas últimas eleições a população reafirmou — apesar de o PSD e o PS terem corrido coligados e do aparelho do PRD — a sua confiança no trabalho, honestidade e competência dos comunistas, pelo que «com a perspectiva real que hoje se desenha de cumprir e ultrapassar o programa eleitoral para o mandato, estamos certos que a população de Almada voltará a confirmar, nas próximas eleições, que não há alternativa mais favorável ao trabalho dos comunistas e dos seus aliados no exercício do Poder Local».

Muitos outros aspectos poderíamos aqui referir, desde a aquisição de máquinas e viaturas, aos grandes empreendimentos municipais, como seja o Parque da Paz, o complexo gimnodesportivo, a Casa Municipal da Juventude, a preservação do património histórico, centros de dia para idosos, etc.

O relatório De Relatório da Comissão Concelhia sobre a actividade da Organização de Almada do PCP, cujo resumo foi lido

no início da Assembleia, salientamos alguns aspectos. Nele se faz referência, por exemplo, à importância que os rádio-amadores — CB's — têm pela actividade que desenvolvem na prestação de serviços à população em situações de emergência e outras, actividade esta que se tem vindo a desenvolver naquele concelho. Fazemos propositadamente referência a isto para demonstrar como todos os aspectos da vida são considerados pelos comunistas. No relatório, que durante os trabalhos da Assembleia sofreu várias alterações introduzidas pelos delegados, os mais diversos aspectos e actividades foram considerados: desde os pescadores, ao turismo, desde o ensino, à saúde, etc.

Assistir a isto é como que um balde de água fria para quem, nas redacções dos órgãos informativos, vai construindo teorias e noticiando factos que como fonte de verdade só têm em plenitude uma coisa — o desejo de destruir o PCP.

Assistir a isto é como que um balde de água fria para quem, nas redacções dos órgãos informativos, vai construindo teorias e noticiando factos que como fonte de verdade só têm em plenitude uma coisa — o desejo de destruir o PCP.

## Carta reivindicativa ao poder central

Com quatro abstenções, foi aprovada pela 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP a «Carta Reivindicativa do Concelho de Almada ao Poder Central».

Este documento, que foi alvo de numerosas alterações introduzidas pelos delegados, abrange questões como poder local e regionalização, ensino, saúde, rede viária, transportes públicos, planos e projectos para a Costa da Caparica, Caparica e Charneca da Caparica, património cultural e histórico, zona ribeirinha, estações de tratamento de águas residuais, infância e idosos, bombeiros, policiamento, rede bancária, repartições de finanças, correios, associativismo, desporto, juventude, pescas, indústria e comércio.

De salientar que todas as alterações propostas foram consideradas. As reivindicações feitas e que reflectem bem os interesses da maioria da população do concelho são-no para que se solucionem as principais carências sentidas.

A política dos sucessivos governos nos últimos anos, o arrastar de soluções e o não cumprimento de inúmeras promessas, como se destaca no referido documento, bem como o aumento do desemprego e o encerramento de empresas, a burocracia e acção centralizadora dos governos, o corte de verbas para as autarquias, o protelamento do processo da regionalização, são questões que têm agravado a vida das populações.

Sucedo que as potencialidades e capacidades do concelho de Almada são grandes e não as aproveitar é persistir nesta situação ou, mesmo, agravá-la.

A Carta Reivindicativa é um importante instrumento de trabalho, a que nenhum habitante de Almada pode ficar indiferente, pois tudo o que possa melhorar o concelho, directa ou indirectamente, irá influenciar a sua vida.

## É preciso confiar nos jovens, dar-lhes mais iniciativa — afirma Álvaro Cunhal

A 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP encerrou com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que durante os dois dias assistiu à reunião cimeira dos comunistas daquele concelho da margem sul do Tejo.

Começando por referir que o balanço dos trabalhos mostra que a Organização está inserida, não apenas nas empresas, na luta das várias classes sociais, nas autarquias, mas praticamente em toda a vida deste concelho, manifestou a crença de que com as decisões que a Assembleia Concelhia tomou, esta está em condições de erguer bem alto a força, o prestígio e a intervenção do Partido Comunista Português.

Referindo-se, depois, à Carta Reivindicativa aprovada e que traduz os anseios, as necessidades e as aspirações fundamentais do povo do concelho, disse que esta não mais pode ser ignorada, nem pelo Governo, nem por outras entidades responsáveis.

No respeitante às conclusões e ao debate ali efectuados considerou fazer-se sentir, ao nível do concelho, dois traços essenciais da situação política portuguesa actual: os efeitos da ofensiva contra-revolucionária deste Governo, mas também a luta que os trabalhadores opõem a esta ofensiva.

E, já hoje, contrariamente aos que em 19 de Julho pensavam que tudo estava perdido, Cavaco Silva vê voltar-se contra o seu próprio Governo sectores sociais que abarcam centenas de milhares de portugueses, que entretanto votaram no PSD.

Prosseguindo, referiu-se ao avanço da ofensiva que visa a Lei Fundamental do país, para cuja alteração o PSD precisa de dois terços dos deputados da Assembleia da República, maionia que só será possível com a concordância do PS.

Recordou o que se dizia depois de 19 de Julho: o que vai fazer o Partido Comunista, o que vai fazer o movimento operário, terão força bastante para, nestas circunstâncias, osuar de defender as conquistas de Abril?

Como sublinhou, o PCP não capitula, não é um partido para desistir perante as dificuldades, é um partido de uma classe revolucionária, forjado na luta, na resistência e na capacidade de, nos momentos mais difíceis, dizer não aos adversários e organizar a resistência.

E, por isso, o PCP trava a luta em várias direcções: uma, a mais importante, é a luta de massas, porque acredita no nosso povo, acredita na força das massas populares, que têm força bastante para fazerem transformações sociais e para resisti-

rem vitoriosamente à direita. Manifestou, por conseguinte, a confiança de que as forças de direita não terão capacidade de levarem por diante a ofensiva contra o regime democrático no nosso país.

## A greve geral de 28

Recordando que a direita não está tão confiante na vitória como afirma, abordou em seguida a greve geral do próximo dia 28, ocasião que pode ser única para impedir que o Governo consiga aprovar o pacote laboral, frisando que o PCP apoiou a decisão da CGTP-IN quanto a esta forma de luta e fez um apelo a todos os militantes para que esta jornada de luta seja um grande sucesso.

Analisando as posições da UGT, realçou que não deve haver ilusões no respeitante a esta, a qual, para não perder o comboio, se viu obrigada a tomar certas posições, a manter as distâncias em relação ao Governo, mas que no respeitante ao pacote laboral, nem sequer o rejeitam, sugerindo apenas algumas alterações. A CGTP, pelo contrário, coloca a greve geral como uma recusa ao pacote laboral, o que são posições diferentes.

Considerando esta uma direcção da luta dos comunistas recordou, no entanto, que não se podem esquecer outras frentes sociais, como sejam os pequenos e médios agricultores, as mulheres, a juventude.

Recordou a particular importância de que estes movimentos se desenvolvam e que não se veja nisso, nomeadamente quanto à organização e à luta dos agricultores qualquer coisa que não interessa a uma organização operária como é a do concelho de Almada.

Citando o balanço da organização, dando destaque os trabalhos da Assembleia, referiu que o número de agricultores filiados no Partido no concelho de Almada é insuficiente, pois não sendo um concelho agrícola, é, no entanto, um concelho onde existem centenas ou milhares de pequenos agricultores. Uma organização operária tem também de olhar para os problemas dos agricultores e não só. Não pode esquecer os problemas dos quadros técnicos, dos intelectuais e nunca subestimar a sua influência, como não pode esquecer o trabalho da juventude.

Quanto a este aspecto fez notar que os nossos jovens são animosos, corajosos, estão connosco, mas é necessário dar-

-lhes mais iniciativa, confiar mais neles, na sua maneira de ser, na sua maneira de ver, na sua afirmação própria.

E em relação às mulheres que actualmente lutam ao lado dos seus companheiros, dos seus maridos, dos seus pais, dos seus filhos, que lutam na batalha em que todos estamos inseridos, mas que têm os seus deveres próprios, têm as suas aspirações próprias, o que se pergunta é se, em relação ao movimento das mulheres, na sua luta pela própria emancipação, por vezes damos o apoio necessário?

## Unidade dos democratas

Abordou a seguir uma outra direcção importante da luta, que é a unidade democrática, não apenas com aqueles que lutam connosco, mas com os democratas de outras áreas, com os quais devemos encontrar os caminhos de convergência necessários para que juntemos as forças em situações e com objectivos muito concretos.

Referindo-se concretamente aos socialistas manifestou a importância de em todos os locais, seja nas autarquias, nos sindicatos, ou nas empresas, quando possível, os comunistas se unam aos socialistas e a todos os outros trabalhadores na luta contra o Governo de direita. E acrescentou que se conseguirmos com os trabalhadores e as massas desenvolvermos o movimento popular não será fácil ao Partido Socialista novamente juntar-se ao PSD.

Por último abordou alguns aspectos fundamentais do reforço do Partido Comunista, acção que considerou fundamental. A sua organização, a sua democracia interna, a sua direcção e todos os níveis.

No que respeita a esta última considerou justo falar um pouco sobre o que é dirigir. Dirigir, disse, não pode ser compreendido como mandar ou ordenar. Dirigir é compreender, é aprender com as organizações, é aprender com os militantes, é ouvir com atenção, não com condescendência, mas porque qualquer organismo dirigente, a qualquer nível, deve ter a consciência de que é com as intervenções que pode aprender, com a sua informação, com a sua opinião, mesmo com a opinião crítica. Não deve ter os ouvidos fechados, nem a pele própria a reagir com desagrado, quando há qualquer opinião crítica desagradável para qualquer organismo dirigente. Pelo contrário — realçou — se há uma opinião crítica desagradável

deve ser motivo de reflexão para o organismo dirigente ou para o camarada que tem responsabilidades.

Considerando que isto está ligado ao que é a democracia interna do Partido, acrescentou que ela parte de uma ideia fundamental e que é: um homem, uma mulher ou um quadro isolado pouco valem. No Partido, cada um vale com os outros, sozinho pouco vale.

## O XII Congresso

Destacando, de seguida, que naquela Assembleia de pôde ouvir com agrado diversas opiniões, não porque a razão pudesse estar num ou outro lado, como frisou, mas com agrado, porque a razão se manifesta, porque a crítica se manifesta e manifesta-se livre e com pleno direito e o apelo pelo pleno direito dos militantes manifestarem a sua opinião é uma grande riqueza do Partido Comunista que se deve salvaguardar e reforçar, em toda a sua acção.

O próximo Congresso foi outro tema analisado pelo camarada Álvaro Cunhal. Considerou que este tem de fazer uma análise profunda da situação para definir, em conformidade com ela, a orientação, as linhas programáticas, o funcionamento, a resposta a dar. Mas esse caminho tem de ser encontrado por todos os comunistas, todos têm de fazer essa análise, pelo que é essencial a participação dos militantes, livre e de pleno direito, com a sua opinião, a sua crítica, a sua intervenção na definição das orientações e nas análises que haja a fazer, mas, sublinhou, no Partido e não fora dele.

Destacou que este aspecto é importante pois há camaradas que tendo opiniões diferentes as procuram levar para fora do partido e, até, para o campo daqueles que nos atacam para que se sirvam dessas opiniões, reafirmou o PCP. Considerando não ser correcta essa posição, reafirmou que cada militante tem o direito de defender as suas opiniões, fazer as suas críticas dentro do PCP, não fora dele.

Após ter abordado a campanha desencadeada contra o PCP por determinados órgãos de comunicação, Álvaro Cunhal referiu que muitas batalhas estão perante os comunistas, mas que as irão travar com confiança, e que as comemorações do 67.º aniversário do PCP revelam a força e a consciência dos militantes. E que a Assembleia que se realizou em Almada era bem a demonstração da vida e da força do Partido Comunista e da sua determinação de caminhar em frente.

## Comissão Concelhia eleita

A nova Comissão Concelhia de Almada do PCP, eleita pela Assembleia da Organização, conta com 56 membros.

Entre os eleitos contam-se dois membros do Comité Central do PCP, José Maia e José Vieira, que faziam parte da Comissão Concelhia cessante.

É a seguinte a composição social da nova Comissão Concelhia: operários — 29 (51,8 por cento); empregados — 15 (26,8); quadro técnicos e intelectuais — 9 (16,1) e outros — 3 (5,3).

A composição etária é a que se refere: entre os 20 e os 30 anos — 6 (10,7 por cento); entre 30 a 50 anos — 43 (76,8) e com mais de 50 anos — 7 (12,5). A média de idades é de 40 anos.

A participação de mulheres é de 13, o que corresponde a 23,2 por cento do total de membros.

## Os fundos

Particular atenção mereceu, por parte de diversas intervenções, a questão dos fundos. Como foi dito, «existem hoje duas componentes

de referidas as insuficiências neste sector, enumeradas fo-

## Assembleia da República

# Insultos de Cavaco condenados no Parlamento

Recentes declarações públicas do Primeiro-Ministro cuja interpretação foi classificada pela oposição como um insulto à Assembleia da República e ainda a sua solicitação ao Procurador-Geral da República para a abertura de procedimento criminal contra a deputada Helena Roseta, voltaram a estar em foco no Plenário e a animar um vivo debate no decorrer do qual foram tecidas duras críticas à actuação de Cavaco Silva perante uma maioria cuja posição — mesmo num caso de desrespeito como este em que o que está em jogo é o bom nome do órgão de soberania Assembleia da República — se continua a cingir à estrita obediência às orientações do Governo e do seu chefe.

A questão foi suscitada desta feita por uma declaração conjunta do PS, PCP, PRD, Os Verdes e Intervenção Democrática subscrita pelos respectivos líderes parlamentares, declaração produzida face à recusa liminar do PSD em subscrever uma tomada de posição conjunta da Assembleia da República quanto à nota oficiosa do Governo e às declarações à Antena-1 do Primeiro-Ministro sobre a intervenção de Helena Roseta referente à prorrogação do prazo de pagamento das prestações devidas ao Estado pela Sociedade Estoril-Sol.

### A questão das imunidades

Salienta a declaração conjunta que «as imunidades parlamentares constituem um dos traços caracterizadores da Instituição parlamentar desde os primórdios da Idade Moderna», imunidades que no caso português são conferidas pela Constituição da República e pelo Estatuto dos deputados, «não apenas como prerrogativa dos deputados mas também e sobretudo no interesse da liberdade e continuidade de funcionamento da Assembleia da República e da estabilidade da sua composição, impedindo que os parlamentares

sejam perseguidos ou coagidos no exercício do seu mandato».

Nos fundamentos da declaração assinala-se ainda estarem os «votos e opiniões» emitidos pelos deputados no exercício das suas funções «inequivocamente protegidos pelas imunidades parlamentares, desde logo e especialmente os emitidos pelos deputados no Plenário da Assembleia da República e no quadro do exercício do seu direito de fiscalização da acção do Governo».

### Interpretações inaceitáveis

Entenderam assim os parlamentares da oposição, face a este quadro, considerarem «inaceitáveis as interpretações feitas pelo Governo quanto ao âmbito da incidência das imunidades parlamentares», manifestando simultaneamente a sua reprovação pela atitude do Executivo de «pretender proceder criminalmente contra uma deputada em clara violação dos normativos constitucionais e legais aplicáveis a este tipo de situações», facto que, dizem ainda, abre «um precedente gravemente lesivo do normal e escorreito relacionamento entre o Governo e o Parlamento».

A declaração sublinha por outro lado que «não é legítimo que se considere que o normal exercício dos poderes constitucionalmente conferidos aos deputados resulta em desprestígio da Instituição parlamentar», afirmação que no entender da oposição é tanto mais grave quanto «proveniente de quem é politicamente responsável perante esta Assembleia e tem o estrito dever, pelo alto cargo que exerce, de contribuir para o regular funcionamento das instituições democráticas e para o normal relacionamento entre os órgãos de soberania».

### Pano de fundo antiparlamentar

Ponto de vista diferente foi naturalmente sustentado pela bancada do PSD que, pela voz de Correia Afonso, tentou reduzir a iniciativa conjunta da oposição a «um balão de oxigénio gasto e sem imaginação» elaborado com o único intuito, disse, «de manter artificialmente a temperatura política».

Sem êxito o fez, porém, suscitando de imediato veementes protestos da oposição. Marques Júnior, por exemplo, afirmou que Cavaco Silva ao dizer que a Assembleia não tem prestígio perante o povo português, «põe em causa a democracia e a Assembleia da República», enquanto Basílio Horta acentuava que o Primeiro-Ministro tem «entendimento deficiente do que é o funcionamento da democracia».

Jorge Sampaio, em nome do PS, sublinhou por seu turno que «as intervenções do Primeiro-Ministro inscrevem-se num pano de fundo antiparlamentar» considerando ainda que «em nenhuma circunstância se

deveria deixar passar em claro» aquilo que qualificou de «insulto à Assembleia da República e aos portugueses». «É indeclinável dever de todas as bancadas não ceder um milímetro na reafirmação da dignidade desta Casa como trave mestra da sociedade democrática», reiterou o líder parlamentar dos socialistas.

### Guerrilha

Carlos Brito, por sua vez, lembrou que a declaração dos partidos da oposição era o «mínimo» que se podia ter feito para «repudiar as graves ofensas do Primeiro-Ministro à Assembleia da República e para defender o prestígio deste órgão de soberania».

Depois de estranhar a atitude do PSD ao não ter acompanhado os restantes partidos na tomada de posição contra estes ataques dirigidos à Assembleia da República, o líder parlamentar comunista interrogou-se sobre quais as razões que levam Cavaco Silva a «perseguir a guerrilha institucional» contra a Assembleia e a não ser capaz de «funcionar dentro das instituições democráticas e respeitar as suas regras de funcionamento».

«A sua inaptidão é tão evidente que apetece perguntar: se o Primeiro-Ministro até contesta as imunidades parlamentares que não são sequer uma originalidade da nossa democracia, com que concorda afinal o senhor Primeiro-Ministro no nosso regime democrático constitucional», interrogou ainda Carlos Brito, antes de sublinhar que «ao fazer-se eco das mais graves calúnias contra a Assembleia», Cavaco Silva alinhou com «os detractores da democracia».

## Integração Europeia Portugal livre e independente não tem preço

No debate realizado na última terça-feira sobre várias questões relativas à Integração Europeia, na sequência da recente Cimeira de Bruxelas, o Governo voltou a evidenciar uma postura arrogante e antidemocrática, apresentando-se ao Plenário não para prestar esclarecimentos nem para ouvir sugestões mas para encenar mais uma peça de autopropaganda, onde não faltaram as habituais manifestações de triunfalismo. Esta uma conclusão a tirar de um debate onde foi visível a falta de informação à Assembleia da República sobre as várias matérias em apreciação nos órgãos das Comunidades Europeias, sobre a Cimeira de Bruxelas ou ainda sobre os desenvolvimentos mais recentes respeitantes à concretização do mercado interno.

Para estes aspectos chamou desde logo a atenção o deputado Carlos Carvalhas numa intervenção onde acusou o Governo de não cumprir a lei relativa à participação da Assembleia da República na definição das políticas comunitárias, nem de sequer responder aos pedidos que lhe foram formulados por escrito.

Na sua já costumeira posição de «quero, posso e mando», o Executivo «comportou-se como se fosse o dono e senhor do interesse nacional», acentuou ainda o deputado comunista para acrescentar mais adiante que o tom de triunfalismo evidenciado mais não visa do que «criar um clima de confiança e de falsa prosperidade» destinado a encobrir a crescente contestação social e política ao Governo, a redução da sua base social de apoio, bem como a nítida perda de velocidade da actividade económica.

Detendo-se sobre a Cimeira de Bruxelas, e no que respeita à CEE, Carlos Carvalhas pôs em relevo cinco questões que considerou essenciais, a primeira das quais se prende com o facto de o compromisso ter ficado aquém do próprio plano De Lors, representando um conjunto de compensações limitadas para as consequências desfavoráveis do mercado interno.

O deputado comunista sublinhou ainda que os grandes vencedores foram a RFA, a França, a Inglaterra e

as transnacionais ao «ter feito vencimento o seu projecto neo-liberal de mercado interno», enquanto que, por outro lado, não está garantida a «coesão» nem a «dimensão social», nem os pressupostos mínimos formulados pela própria comissão.

Merecedor ainda de atenção, segundo afirmou, é o facto de o compromisso estabelecer uma certa estabilização das despesas agrícolas (muito embora sem grandes garantias e sem que o montante dos novos recursos seja considerado suficiente) e das verbas destinadas às políticas não agrícolas (investigação, formação profissional, educação, meio ambiente, ordenação do território, entre outras) para fazer face ao atraso tecnológico da CEE em relação aos Estados Unidos e ao Japão ter ficado também muito aquém do previsto.

No que diz respeito a Portugal, Carlos Carvalhas expressou a sua convicção de que o «resultado positivo que se traduz em o País vir a contribuir menos e a poder receber mais — um dos objectivos por que sempre nos batemos para limitar as consequências da adesão — está longe de poder pagar a factura da entrega do nosso mercado interno».

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas enunciou ainda dez direcções de acção com vista ao desenvolvimento económico e social, propostas de que nos ocuparemos na próxima edição.

# Parlamento aprova novas cidades, vilas e freguesias

O Plenário da Assembleia da República aprovou em sessão realizada na passada semana a elevação de quatro vilas a cidade, nove povoações a vilas e a criação de 17 novas freguesias. Correspondendo aos legítimos anseios das suas populações, as promoções administrativas agora aprovadas com o voto unânime dos deputados constituem uma importante achega ao reforço do Poder Local, reforço hoje indissociável do progresso das comunidades locais.

Intervindo em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o deputado Cláudio Percheiro, numa breve declaração de voto, evocou a importância e o papel que cabem às autarquias na resolução dos problemas e no desenvolvimento do País, méritos nem sempre reconhecidos nem correspondidos pela administração central como ainda recentemente aconteceu aquando da aprovação do Orçamento Geral do Estado.

Na ocasião, recorde-se — contrariando as iniciativas de

autonomia e a descentralização de atribuições, competências e meios financeiros com vista à melhoria da qualidade de vida das populações —, o Governo não só fez pagar às autarquias o erro de cálculo em 40 milhões de contos na previsão do IVA como ainda aprovou um conjunto de medidas gravosas que, como salientou Cláudio Percheiro, «colidem com a autonomia e se traduzem na asfixia do Poder Local».

O deputado comunista chamou ainda a atenção para a necessidade urgente da criação das regiões administrativas — órgãos intermédios vocacionados para assumir um papel relevante na correcção das assimetrias regionais e na descentralização do aparelho de Estado —, veículo que considerou indispensável para pôr cobro, disse, ao «fosso institucional entre o Poder Central e o Poder Local».

As vilas elevadas para projectos de lei à categoria de cidade são o Fundão, a

Marinha Grande, Vila Real de Santo António e Montemor-o-Novo.

À categoria de vila, foram elevadas as povoações de Sagres (Vila do Bispo), Aldeia Nova de S. Bento (Serpa), Alvor (Portimão), Vila Nova de Milfontes (Odemira), São Teotónio (Odemira), Pinhal Novo (Palmela), Arazede (Montemor-o-Velho), Apúlia (Espôsende) e Couço (Coruche).

As dezassete novas freguesias criadas são as seguintes: Benafim (Loulé), Campinho (Reguengos de Monsaraz), Bicos (Odemira), Pero Pinheiro (Sintra), Vale de Amoreira (Guarda), Vale da Amoreira (Moita), Trigações (Beja), Berrosa (Benaventim), Sabugueiro (Arraiolos), Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo), Silveiras (Montemor-o-Novo), Foros de Vale Figueira (Montemor-o-Novo), Vale da Pedra (Cartaxo), Pocolão (Palmela), Casas do Soeiro (Celorico da Beira), Vila Franca da Beira (Oliveira do

Hospital) e Granho (Salvaterra de Magos).

Registe-se ainda que do total de 36 projectos de lei que criaram estas novas cidades, vilas e freguesias, 19 foram da autoria do Grupo Parlamentar do PCP.



Montemor-o-Novo: uma das quatro vilas que viu a sua categoria elevada a cidade

Assembleia da República

# Violando direitos constitucionais Governo quer transformar empresa em santuário do patrão

Proposta de Lei «grosseiramente inconstitucional», assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP em recente conferência de imprensa o chamado «pacote laboral» que o Governo após sucessivos meses de anúncio apresentou finalmente na Assembleia da República.

Objecto de impugnação por parte da bancada comunista através de recurso entrado na Mesa da Assembleia, faz amanhã oito dias, a proposta do Governo enferma, na opinião do PCP, para lá da sua inconstitucionalidade, de um outro aspecto considerado também inadmissível e que se prende com o facto de ter sido apresentada sob a forma de autorização legislativa requerida com a adopção de processo de urgência.

No que diz respeito à sua inconstitucionalidade, segundo afirmou o deputado comunista Jerónimo de Sousa, a proposta viola a garantia constitucional da segurança no emprego, subverte o conceito de justa causa, afronta a garantia do direito ao trabalho e elimina a protecção constitucional dos representantes dos trabalhadores.

para a sua iniciativa, considerando a este respeito que ela visa subtrair à Assembleia da República o «debate completo e a elaboração efectiva de legislação que é fundamental para os interesses dos trabalhadores e que envolve a própria caracterização do regime democrático-constitucional português».

### Espartilhar o debate

De acordo com as palavras de Jerónimo de Sousa a forma encontrada pelo Executivo visa também «espartilhar» o debate de tão importante matéria nas «apertadas e limitadas regras de proces-

### Simplificar o despedimento

A simples leitura da autorização legislativa do Governo permite de resto identificar com facilidade como todos



Em conferência de imprensa, os parlamentares comunistas deram a conhecer as iniciativas do PCP face ao «pacote laboral» apresentado pelo Governo na Assembleia da República

estes princípios são de facto flagrantemente violados, ressaltando com particular nitidez o alargamento do conceito de justa causa para despedimento individual a factos ou circunstâncias objectivas como por exemplo as razões económicas estruturais, tecnológicas ou de mercado, inaptidão do trabalhador às modificações tecnológicas, desaparecimento da confiança a quadros técnicos com funções de alta direcção e representação da entidade empregadora.

A simplificação quase sumária do despedimento nas empresas com menos de 21 trabalhadores, a substituição da reintegração do trabalhador por indemnização e a revogação da Lei n.º 68/79 que protege juridicamente os representantes dos trabalhadores, constituem, por outro lado, outros tantos aspectos altamente lesivos dos interesses dos trabalhadores que transformariam toda e qualquer empresa num santuário sagrado onde reinaria a vontade despótica do patrão.

Fortemente criticada pelos deputados comunista é ainda a forma de autorização legislativa com pedido de urgência escolhida pelo Governo

so de urgência» e ainda dificultar ou mesmo obstruir a efectivação do direito constitucional das organizações de trabalhadores de participarem na elaboração desta legislação de trabalho.

Para este último aspecto chamaria particularmente a atenção o deputado Jerónimo de Sousa ao referir nomeadamente que por força da Constituição e da Lei o debate público da proposta terá de ser realizado e conduzido pela Assembleia da República.

Com efeito, recorde-se, nos termos dos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 16/79, as iniciativas legislativas em matéria de trabalho têm obrigatoriamente de ser precedidas de consulta pública, sendo esta promovida por quem legisla, neste caso a Assembleia da República através da publicação do texto em separada ao Diário da Assembleia da República.

Ora acontece, conforme foi dito na conferência de imprensa, que estas disposições são obviamente aplicáveis às autorizações legislativas, já que as respectivas leis, por força da Constituição, «têm de definir o objecto e o sentido da autorização que assim vincula quem fica



Nas ruas e nas empresas tem sido generalizado o movimento de repúdio pela proposta de lei do Governo que liberaliza os despedimentos e fomenta os contratos a prazo

autorizado a legislar». Por outras palavras, o «sentido da nova legislação tem de ficar definido na própria autorização».

Para os parlamentares comunistas não pode ser assim considerado como válido e legalmente preenchido o direito de participação das organizações dos trabalhadores com a publicação em Dezembro último do Boletim de Trabalho e Emprego de um Projecto de intenções do Governo que serviu de referencial à Proposta n.º 35/V.

### Recusa dos trabalhadores

«Essa actividade preliminar não pode substituir-se à verdadeira, constitucional e legal participação das organizações dos trabalhadores», sustentou ainda Jerónimo de Sousa que a este propósito não deixou de recordar o reconhecimento manifestado em diversas ocasiões pelo Tribunal Constitucional quanto à importância desta obrigação e ainda a posição de 350 organizações de trabalhadores que nesta fase preliminar recusaram liminarmente a filosofia do projecto de intenções do Executivo, reivindicando simultanea-

mente que fosse a Assembleia da República a promover o debate público.

Na situação presente e admitindo que a impugnação não faça vencimento, segun-

do foi anunciado, o Grupo Parlamentar do PCP tomará as iniciativas adequadas por forma a que seja realizada a consulta pública nos termos da lei e que ela se efectue

pelo prazo máximo previsto (30 dias), defendendo ainda a elaboração do relatório da Comissão de Trabalho sobre a consulta pública prevista no artigo 7.º da Lei n.º 16/79.

## Em sintonia com o protesto geral PCP impugna «pacote laboral»

O Grupo Parlamentar do PCP impugnou o chamado «pacote laboral» apresentado pelo Governo — proposta de lei tendente à liberalização dos despedimentos individuais e colectivos e a fomentar os contratos a prazo — por entender que esta viola frontalmente nove artigos da Constituição da República.

Contestada pela generalidade das organizações sindicais, a Proposta de Lei n.º 35/V habilita o Executivo de Cavaco Silva a revogar legislação em vigor, autorizando-o simultaneamente a elaborar um novo regime jurídico considerado atentatório de vários direitos dos trabalhadores constitucionalmente consagrados.

Na opinião do PCP, são atingidos, designadamente, a garantia constitucional da segurança no emprego e o direito ao trabalho, sendo também reduzida e descaracterizada, a protecção constitucional dos re-

presentantes eleitos pelos trabalhadores, condicionado o exercício do direito de contratação colectiva e afectado o princípio de prevalência da decisão dos tribunais sobre quaisquer outras autoridades.

De acordo com o texto do recurso da admissibilidade apresentado pelos parlamentares comunistas acresce ainda que o sentido da autorização não se encontra precisamente definido, o que é interpretado como visando viabilizar a elaboração pelo Governo de sucessivas versões nos dispositivos propostos, ofendendo assim o disposto no artigo 168.º n.º 2 da nossa Lei Fundamental.

Para o Grupo Parlamentar do PCP esta iniciativa do Governo conduz ainda à proliferação do uso de contratos a prazo, sendo igualmente esclarecedor do seu carácter nocivo a autorização ao indiscriminado alargamento das condições de suspensão e redução de prestação de trabalho.

## Ataques à democracia reflectem-se na realidade das mulheres

Os ataques à democracia e às conquistas de Abril fazem-se sentir de modo extremamente sensível na realidade das mulheres. Com a generalização do desemprego, do trabalho precário, dos despedimentos, são as mulheres as mais atingidas. São elas as primeiras a ser despedidas e as últimas a conseguir emprego. Proferidas pela deputada comunista Luísa Amorim, no preciso dia em que se assinalou a passagem de mais um dia 8 de Março, as palavras exprimem com rigor e actualidade o quotidiano de discriminação e de marginalização que ainda marca a vida de uma larga maioria das mulheres portuguesas.

Aconteceu no decorrer do debate sobre o projecto de

lei apresentado pelas deputadas da oposição (PCP, PS, PRD e Verdes) visando garantir os direitos das associações das mulheres, iniciativa legislativa que acabaria por merecer na passada semana a aprovação da Câmara, apenas com alguns votos contra e abstenções da bancada do PSD.

Um debate que permitiu não apenas conhecer melhor alguns dos mais graves problemas com que hoje se defrontam as mulheres, como ainda contribuir para que se desse um importante passo no reconhecimento da importância da questão feminina e designadamente do estatuto das associações de mulheres como parceiros sociais.

E a partir de agora uma velha reivindicação poderá finalmente ser satisfeita: a de

serem consultadas e ouvidas na definição da política global e sectorial da condição feminina e em relação a iniciativas legislativas que digam directa ou indirectamente respeito à condição da mulher.

Esta íntima ligação das organizações de mulheres com as entidades e organismos oficiais tem sido aliás desde sempre considerada como absolutamente indispensável para que haja uma verdadeira política de desenvolvimento, de promoção dos direitos das mulheres e criação de igualdade de oportunidades.

Luísa Amorim chamou justamente a atenção para este aspecto salientando a este respeito ser essa uma das razões pela qual reivindicam o reconhecimento como parceiros sociais, defendendo

ainda a sua integração nos órgãos de fiscalização do cumprimento da legislação, nomeadamente naqueles cujas áreas se fazem incidir particularmente sobre a vida das mulheres.

Na sua intervenção a deputada comunista pôs ainda em relevo alguns dos problemas mais candentes que afectam a mulher trabalhadora, salientando nomeadamente o aumento da repressão nas empresas, o elevado número de contratadas a prazo e de despedidas, a chantagem e molestamento sexual, os ritmos violentos de trabalho e a invasão da sua vida privada sendo muitas vezes obrigadas, como exemplificou, a fazer prova de que não estão grávidas se querem ver renovados os seus contratos.

## Nacional

## Reunião do Executivo da CDU

# Bom trabalho – vamos ao trabalho!

A Comissão Executiva da Coligação Democrática Unitária (CDU), reunida no passado dia 14 de Março, analisou a situação política e as questões que se colocam nos próximos tempos com a preparação das eleições para os órgãos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como para as Autarquias Locais e Parlamento Europeu. Uma das decisões significativas saídas da reunião define que, «na continuidade do trabalho realizado, os activistas da CDU e os seus eleitos vão continuar a intervir em quaisquer circunstâncias, em minoria ou em maioria, para que o Poder Local se reforce como uma importante realidade dinâmica para a solução dos problemas locais, factor de concretização da esperança que o 25 de Abril trouxe ao povo português». Passamos a transcrever as passagens mais significativas do comunicado saído da reunião.

«Toda a situação gerada pela actuação do Governo Cavaco Silva contraria aspectos fundamentais da situação democrática nascida com o 25 de Abril e com as transformações sociais, políticas, económicas e culturais que permitiu. É expressão deste facto o projecto PSD de revisão da Constituição, subvertendo valores fundamentais da liberdade alcançada; é-o também a tentativa para privatizar, desde já, 49% do capital das Empresas Públicas; o leilão de empresas da Comunicação Social pertencentes ao Sector Público, a tentativa de asfiliar economicamente todas as estruturas produtivas da área da Reforma Agrária; é-o ainda a forma brutal como se procurou impor a insegurança total do emprego com o pacote laboral; é, ainda, o aumento em variadas áreas da carga fiscal, a alteração redutora das condições de atribuição do subsídio de doença e séria degradação dos serviços de saúde, o aumento das discriminações classistas no ensino, o forte encarecimento das custas judiciais, dificultando o acesso ao direito por parte da popu-

lação mais carente, entre outros factores.

«**Acentuam-se, entretanto, as desconflanças generalizadas sobre a evolução geral económico-social.** Avolumam-se os conflitos laborais, o mercado de capitais regista um funcionamento irregular como reflexo da falta de solidez da economia, aperta-se a política monetária, registam-se, por responsabilidade do Governo, sucessivos insucessos em matéria de diálogo, coarctam-se os direitos da oposição na Assembleia da República. Este é o quotidiano de uma acção a roçar a arrogância, a prepotência e a traduzir um espírito classista e sectário.

«Perante esta situação e a política do Governo — prossegue o comunicado — regista-se um forte crescimento das lutas populares e dos trabalhadores, e uma consciencialização crescente de vastas camadas médias e de quadros técnicos, que têm assistido, alguns com surpresa, a uma prática real profundamente contraditória com aquilo que julgavam que viria a ser a política que pensavam ter escolhido em 19 de Julho.

«Estas lutas são uma fonte de esperança e confiança de que as forças democráticas e progressistas estão e estarão à altura de defender a democracia de Abril e as suas conquistas.

«Assume um grande significado, entretanto, que o Primeiro-Ministro e o Governo, perante o crescimento da luta dos trabalhadores tenha recorrido a medidas repressivas como na INDEP e as medidas administrativas como a requisição civil dos trabalhadores da Carris e tenham produzido declarações contra as lutas em curso em termos que confirmam a sua contestação e incompatibilidade com o regime de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores consagrados na Constituição.

«A CDU, afirma-o mais uma vez, prosseguirá a luta pela unidade na acção de todos os democratas em defesa do 25 de Abril e dos interesses das populações, quer no plano nacional, quer nas autarquias e nas organizações populares», e «tem seguido atentamente a situação criada, em variadas áreas de intervenção social e política, pelas hesitações ou cedências do PS em algumas importantes questões, com destaque para as privatizações, a alienação das participações do Estado, a Reforma Agrária, e aspectos muito importantes da revisão da Constituição».

### CDU: actividade e dinamismo

«A Comissão Executiva congratula-se com a actividade e o dinamismo da intervenção dos seus

apoiantes e dos eleitos que aderiram à CDU nas autarquias, com a formação de comissões coordenadoras e com os plenários concelhios já realizados ou previstos para as próximas semanas.

«O trabalho passado e em curso dos eleitos que aderiram à CDU tem-se caracterizado, como aliás é genericamente reconhecido, pela honestidade e pela competência, pelo diálogo aberto e pelo estímulo permanente à participação das populações. Ele está na base de uma obra que se impôs publicamente, de melhoria relevante nas condições de vida das populações, no plano material e sócio-cultural.»

Após definir a determinação dos activistas da CDU e seus eleitos a continuar a lutar, em quaisquer circunstâncias, pelo reforço do Poder Local democrático, o comunicado prossegue:

«É de realçar que, sem prejuízo da luta por uma alternativa à gestão do CDS, PSD ou PS em autarquias em que estes partidos actualmente são maioritários, a participação da CDU ainda que em minoria nos órgãos autárquicos representa uma importante garantia de defesa dos interesses das populações, impedindo em muitos casos o desvirtuamento da autonomia e democraticidade do Poder Local.

«Face à ofensiva do Governo, caracterizada, nomeadamente, por cortes de verbas, imposição de encargos sem os correspondentes recursos e ingerências no exercício do Poder Local, incluindo a dissolução de órgãos autárquicos por interesses meramente partidários, a defesa do Poder Local democrático exige o prosseguimento da mobilização e da

luta das populações e dos eleitos autárquicos.

«A Comissão Executiva da CDU condena como antidemocrática a usurpação dos SMGE do Porto e solidariza-se com a população e os eleitos daquele Município no repúdio pela violência do Governo.»

### Atenção às eleições

«Apreciando e tomando posição sobre os vários actos eleitorais que se aproximam, o comunicado conclui:

«**Tendo tomado conhecimento das propostas do PSD e CDS no sentido de o PS integrar alianças contra municípios de maioria CDU, a Comissão Executiva julga que tais alianças não só seriam prejudiciais à situação democrática nesses municípios como teriam efeitos negativos para o próprio PS e seriam julgados negativamente pelas populações dos municípios em causa e pela opinião pública de esquerda.**

«A Comissão Executiva da CDU chama a atenção para, em vez de certas forças democráticas se aliarem à direita, ser necessária, pelo contrário, a unidade ou convergência para impedir que o Poder Local seja instrumentalizado pelo Governo e pelos interesses que este prossegue.

«A Comissão Executiva analisou finalmente os desenvolvimentos mais recentes da participação de Portugal na CEE, tendo concluído que o propagandeado aumento de financiamentos é insuficiente para minorar as consequências da chamada construção do "mercado úni-

co» que as multinacionais querem acelerar e não assegurará o proclamado objectivo de "coesão económica e social" entre os países membros.

«A participação das forças progressistas portuguesas, defensoras firmes dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais, nos órgãos da CEE assume entretanto grande importância para limitar as consequências gravosas da integração de Portugal na CEE e impedir que Portugal seja transformado numa espécie de "caixote do lixo" da Europa do grande capital, destinado a suportar as indústrias e actividades mais poluentes, a plantação do eucalipto em regime de monocultura, e a suportar um papel na divisão internacional do trabalho desfavorável ao desenvolvimento do País e às suas aptidões produtivas.

«Nesse sentido, a Comissão Executiva considerou de grande importância a actividade e as lutas em torno da CEE e iniciou o debate da participação da CDU nas eleições directas para o Parlamento Europeu a realizar em meados de 1989.

«A Comissão Executiva da CDU considera da maior importância para a defesa dos interesses da população das Regiões Autónomas as eleições regionais a realizar em Outubro. Apela à unidade dos democratas consequentes dos Açores e da Madeira e à solidariedade de todos os democratas portugueses.

«**Quanto às eleições autárquicas, que legalmente se deverão realizar em Dezembro de 1989, a Comissão Executiva analisou a dinamização da sua preparação que está em curso e debateu medidas com vista ao seu reforço.**»

## Abordada em nota da SIP do PCP

# A questão do Planeamento Regional e Municipal

A SIP do PCP emitiu uma nota sobre a **revisão da legislação sobre planeamento regional e municipal** que passamos a transcrever.

1. Ao longo dos últimos anos os municípios com maioria do PCP e da CDU realizaram um importante esforço de planeamento, com o objectivo de assegurar a ocupação racional do território, preservando e recuperando o património cultural e os equilíbrios ecológicos, lutando pelo desenvolvimento económico e pela melhoria das condições de vida e do bem-estar das populações.

Este reforço do planeamento, envolvendo custos elevados, e grandes investimentos, esbarrou-se com a legislação e as práticas centralistas e burocráticas da Administração Central e das Comissões de Coordenação Regional, de quem depende o acompanhamento e a aprovação dos planos elaborados pelas autarquias. Esbarrou igualmente com a ine-

xistência de planeamento central, que torna impossível saber quando e o que pretende o Governo fazer em cada região ou município.

Perante as imposições da CEE no sentido de os projectos que financiam serem integrados em planos, o Governo e as CCR's têm enveredado pela elaboração tecnocrática de documentos a que chamam planos, à margem das autarquias, dos «agentes» económicos, sociais e culturais, da Assembleia da República e da orgânica do planeamento existente.

2. A recente divulgação das intenções do Governo em legislar de novo nesta matéria, designadamente sobre os Planos Directores Municipais (PDM's), os Planos Integrados de Desenvolvimento Regional

(PIDR's) e os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's) revela não uma preocupação sincera de organizar e estimular o planeamento democrático e descentralizado mas tão somente o **objectivo de procurar impor, à margem dos municípios, opções de desenvolvimento em nome de interesses do grande capital e das multinacionais, marginalizando as autarquias e esbulhando-se das suas áreas de competência ou controlando o seu exercício.**

O PCP intervirá no sentido de prosseguir a luta pela descentralização do planeamento regional, pelo desenvolvimento do planeamento municipal, contra as ingerências e práticas centralistas do Governo, da Administração Central e em particular das CCR's.

Ao mesmo tempo, o PCP sublinha que os factos reforçam a necessidade de instituir as regiões administrati-

vas, como condição de defesa da autonomia municipal e da efectividade e democraticidade do planeamento, designadamente ao nível regional.

3. A complexidade e diversidade de problemas e a dimensão crescente que assumem coloca na ordem do dia a intervenção ao nível do planeamento na área da Grande Lisboa.

O Governo e as Comissões de Coordenação Regional não escondem, também nesta área, tentações centralizadoras. Uma intervenção mais activa a partir do Poder Local constitui condição de travagem dos objectivos do Governo e de defesa da autonomia, vontade e competências municipais.

É por isso muito positiva a operação integrada de planeamento em curso na Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa por iniciativa da Associação de Municípios do

Distrito de Setúbal. São conhecidos, igualmente, esforços ao nível da Margem Norte tendentes a idêntica intervenção coordenada dos municípios.

A intervenção associada das autarquias para abordagem de problemas comuns a um determinado nível em cada uma das margens (Norte e Sul) pode constituir um elemento de avanço neste domínio.

Impõe-se, porém, ter em consideração, que a **interdependência e relação recíproca entre as duas margens da Grande Lisboa apontam e exigem, a partir de determinado nível de abordagem dos problemas (infra-estruturas, emprego, equipamentos, transportes, ambiente, etc.) uma visão integrada e conjunta dos problemas da Grande Lisboa, sem a qual não é possível encontrar as opções mais adequadas para o desenvolvimento harmonioso desta região.**

Nesse sentido, o PCP, através dos seus eleitos, procurará contribuir para a articulação das acções de planeamento dos municípios da Margem Norte e da Margem Sul do Tejo, através de formas de contacto e de cooperação intermunicipal que possam conduzir à defesa dos interesses das populações e a um desenvolvimento mais equilibrado nesta área, com inteiro respeito pelas competências e autonomia municipais.

Simultaneamente, os eleitos do PCP procurarão contribuir para o desenvolvimento de acções de planeamento intermunicipal noutras áreas do País, dentro dos mesmos critérios, e lutarão para uma participação efectiva dos municípios e de outras entidades nas acções de planeamento desencadeadas e a desencadear pela Administração Central e pelas Comissões de Coordenação Regional, designadamente para envio à CEE.

Internacional



Mineiros da Lorraine em luta pela negociação de novas tabelas salariais. Também nas minas francesas se luta contra o encerramento de poços e os despedimentos

# Trabalhadores em luta na Grã-Bretanha e RFA

Dezenas e dezenas de milhar de trabalhadores britânicos desfilarão, no passado dia 5, pelas ruas de Londres (cem mil manifestantes), Birmingham, Leeds, Stirling, numa grande jornada de protesto contra a política de saúde que vem a ser seguida pelo governo de Thatcher, e de solidariedade com a luta das enfermeiras.

No primeiro dia de Março, os trabalhadores da IG Metal, da RFA, ratificaram o acordo concluído sobre a redução do tempo de trabalho para 36 horas e meia, fruto de uma batalha comum dos trabalhadores da RFA pelas 35 horas semanais.

Dois expoentes próximos das grandes acções de reivindicação e protesto que se desenvolvem em vários países capitalistas da Europa.

## Política de Thatcher em questão

O desfile em Londres prolongava-se por quilómetros ao longo do Tamisa, em direcção ao Hyde Park. No comício aqui realizado, como nas outras várias cidades onde se realizaram manifestações, foi exigência comum: mais dinheiro para a saúde. Um processo de luta que vem na sequência da greve de enfermeiras, dia 3 de Fevereiro — a primeira vez que as enfermeiras britânicas desceram à rua para se manifestar em defesa do serviço de saúde pública e para exigir a revalorização das suas condições de trabalho e dos seus salários (a tendência, reforçada com as privatizações, tem vindo a ser de prolongamento da jornada de trabalho, e congelamento dos salários).

Os cortes na política de saúde, promovidos na Grã-Bretanha, como nos Estados Unidos, em França e noutros países capitalistas, estão a ter severas conse-

quências não apenas para a vida dos profissionais do sector, mas para todos os trabalhadores. Concretamente, e para referir um exemplo particularmente significativo — o sector de pediatria, par-



Os sindicatos britânicos desenvolvem uma campanha de sensibilização da opinião pública contra o projecto do governo Thatcher de privatização dos transportes públicos

ticulamente em Londres, era conhecido como um dos melhores do mundo. Em 1985, foram suprimidos 1/4 dos leitos nos hospitais pediátricos da capital inglesa. Pela pri-

meira vez em 16 anos as estatísticas do Ministério da Saúde registaram, o ano passado, um aumento da mortalidade infantil.

Tais os custos das políticas de «austeridade», das políticas «europeias», no plano social.

A importante luta das enfermeiras britânicas insere-se num mais vasto processo de lutas, em que se destacam os mineiros (mais uma vez), os marinheiros, os operários da indústria automóvel.

Em fins de Fevereiro, os 32 mil operários das fábricas da Ford na Grã-Bretanha retomavam o trabalho depois de duas semanas de greve, após terem obtido aumentos salariais de pelo menos 14% em dois anos. Imediatamente a seguir entravam em greve

limitada os operários da Land Rover.

Também os 2300 marinheiros da companhia de transportes PO European Ferries em Douvres participam numa greve que se prolonga por semanas, paralisando os «ferries» britânicos. A luta desenvolve-se contra o projecto da PO de suprimir 400 postos de trabalho e alongar a jornada de trabalho, como resposta patronal à concorrência que será exercida pelo túnel sob a Mancha previsto para 1993.

Também nas minas se multiplicam os conflitos. Desde Agosto do ano passado há um generalizado boicote às horas suplementares contra o novo «código disciplinar» que dá ao patronato a possibilidade de despedir os mineiros com actividade sindical. Em Dezembro, 1100 mineiros de um poço da Escócia entraram em greve

quando a direcção tentou quebrar a oposição às horas suplementares introduzindo formas de flexibilidade de trabalho que se traduziam no estabelecimento de um quarto turno obrigatório com início às 4 horas da manhã.

Em Janeiro, os mineiros de Seafield, na Escócia, organizaram uma greve de 24 horas contra a ameaça de encerramento do poço onde trabalham. Simultaneamente, em 20 poços, 16 000 mineiros de Yorkshire, desencadearam uma greve de solidariedade com três mineiros transferidos do seu local de trabalho.

## RFA contra o desemprego

Mais de 100 mil trabalhadores oeste-alemães manifestaram-se, nos últimos dias de Fevereiro, em Stuttgart, capital de Bade-Wurtemberg, contra o desemprego e a política de regressão social do governo de Kohl. Dia 1 de Março os sindicatos dos metalúrgicos obtinham uma significativa vitória com a ratificação de um acordo reduzindo a semana de trabalho de 38 para 36 horas e meia.

Uma vitória que é também o resultado de três meses de uma luta generalizada. Em 27 de Novembro é anunciado o encerramento da fábrica de aço Krup de Rheinhausen, em Duisburg, no Ruhr. Projectava-se o reagrupamento da produção de várias empresas numa só unidade, o que levaria à liquidação de 10 500 postos de trabalho em Duisburg, uma zona que até à data era responsável por 40% da produção siderúrgica oeste-alemã. Este anúncio, que se sucedeu à divulgação do projecto de liquidação de 35 000 postos de trabalho no sector, até 1990, desencadeou na cidade, na região e mesmo no país, uma luta generalizada. A luta dos trabalhadores da siderurgia do Ruhr, somou-se um largo movimento de solidariedade.

A batalha pelas 35 horas, ligada à luta contra o desemprego que mesmo segundo as estatísticas oficiais abrangia quase um décimo da população activa, tem-se desenvolvido entre diferentes sectores de trabalhadores, nomeadamente dos caminhos-de-ferro, dos correios e dos transportes colectivos.

## URSS-EUA, debate sobre questões de defesa em Berna

O ministro soviético da Defesa, Dimitri Iazov e o secretário de Defesa norte-americano, Frank Carlucci, encontraram-se nestes dois últimos dias em Berna, um encontro que é considerado o primeiro do género na história das relações soviético-americanas.

Em entrevista dada à Tass em vésperas da sua partida para Berna, Dimitri Iazov sublinhou que se iria debater e confrontar as principais teses das doutrinas militares dos dois países, bem como questões fundamentais da redução e limitação dos armamentos.

Em causa, concretamente, «contribuir para a procura de soluções para as mais prementes e inadiáveis questões ligadas aos armamentos estratégicos ofensivos e ao Tratado de defesa antimíssil, a redução das forças armadas e armamentos convencionais na Europa, a cessação das experiências nucleares, a proibição e destruição das armas químicas».

A importância deste encontro é realçada ainda pelo momento particular em que se realiza, após a reafirmação, na recente cimeira da NATO, de perigosas concepções da sua doutrina como o admitir da possibilidade de desferir o primeiro golpe nuclear e a persistência na absurda tentativa de levar a União Soviética e os países do Tratado de Varsóvia a desarmar unilateralmente.

De salientar que hoje a doutrina militar soviética assume-se, com clareza, como uma doutrina militar defensiva, apontando para princípios fundamentais como a prevenção da guerra, tanto nuclear como convencional, e a orientação para a «suficiência mínima racional» na quantidade e carácter dos armamentos e efectivos das Forças Armadas.

O conceito de «suficiência» foi expresso nomeadamente por Gorbachov a uma delegação de senadores norte-americanos que muito recentemente visitou a URSS: «O carácter inequivocamente defensivo das doutrinas militares, a paridade e a segurança igual, a modificação da natureza da actividade militar, da estrutura das Forças Armadas e da sua colocação, a redução obrigatória dos armamentos e efectivos militares e a fiscalização rigorosa.»

Estes contactos entre Ministérios da Defesa da URSS e dos Estados Unidos vão continuar. Para este ano está prevista uma viagem a Washington do marechal da URSS Serguei Akhromeev, chefe do estado-maior general das Forças Armadas da URSS, a convite do presidente da Comissão Unificada dos chefes dos estados-maiores dos EUA.

Esta uma face da persistente acção pelo desarmamento e o desanuviamento.

Outras se lhe somam, em particular a da luta de massas pela paz. No sábado passado, no Nevada, nos EUA, realizou-se uma grande manifestação antinuclear. Pelo menos mil pessoas foram detidas.

## Gorbachov em visita oficial à Jugoslávia

O secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, regressa amanhã de uma visita oficial à Jugoslávia. Como temas e objectivos fundamentais do diálogo entre dirigentes sobre a edificação do socialismo, o aprofundamento das relações bilaterais, as tarefas da luta comum pela paz e a segurança internacional.

Neste domínio é de assinalar a participação da Jugoslávia na recente Conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da região balcânica que retomou, entre outras, a ideia da declaração dos Balcãs como zona desnuclearizada.

Também na ordem do dia — e naturalmente para além do fundamental debate e troca de informações no plano político — a necessidade de desenvolvimento de formas superiores de cooperação económica, que ultrapassem o plano da troca de mercadorias. Presentemente estão em estudo cerca de uma centena de projectos conjuntos, metade dos quais no campo da integração industrial e especialização, de criação de empresas mistas e de cooperação técnico-científica.

## Movimento contra bases dos Estados Unidos na Grécia

Um programa de luta contra a presença militar norte-americana na Grécia foi há dias anunciado em conferência de imprensa em Salónica pelo «Movimento pela retirada das bases militares estrangeiras».

Os dirigentes do movimento disseram ser tarefa desta organização explicar à população do país o perigo representado pela presença das bases norte-americanas na Grécia e informá-la sobre todas as tentativas de manter no território grego as instalações militares dos EUA.

Foi igualmente salientada a necessidade de concretizar a decisão de retirar do país as bases dos EUA com a expiração, no fim deste ano, do prazo da sua presença no país.

Enquanto isso, em Atenas, prossegue a quarta volta de conversações greco-norte-americanas, à porta-fechada, sobre as instalações militares dos EUA na Grécia. Esta presente volta de conversações termina amanhã.

## Visita à Bulgária

No quadro das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro, visitou a Bulgária, de 7 a 11 de Março, Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Albano Nunes encontrou-se com Milko Balev, membro do Bureau Político e secretário do CC, com Demitar Stanichev, secretário do CC, e ainda com Boiko Dimitrov, membro do CC e vice-chefe do Departamento de Relações Exteriores e Tzonko Gueorguiev, colaborador do Departamento de Rel. Exteriores. Nos encontros realizados foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, aspectos da situação internacional e do movimento comunista e outras questões de interesse comum. Do programa constaram ainda visitas à Empresa Têxtil Valtcho Ivanov de Sófia e ao Complexo agro-industrial George Dimitrov de Plovdiv.

«Estado Novo»,  
ano 33

Internacional

# Angola propõe plano de paz para a África Austral

As negociações para um cessar-fogo em Angola e para a implementação de um plano de paz na África Austral registaram nos últimos dias um notável incremento, mobilizando as atenções da opinião pública internacional.

Em Genebra, na segunda-feira, o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelf Botha; ontem, em Luanda, Chester Crocker iniciou uma nova ronda de negociações com representantes das autoridades angolanas e de Cuba.

Estes encontros foram antecidos por uma reunião realizada em Luanda, de 9 a 11 de Março, em que participaram representantes dos governos de Angola, Cuba e EUA. Segundo um comunicado do Ministério angolano das Relações Exteriores, as referidas delegações eram chefiadas por França Vandunem, ministro da Justiça de Angola, Rodolfo Puente Ferro, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e Larry Napper, do Departamento de Estado norte-americano.

Na ocasião, a delegação conjunta angolano-cubana apresentou um projecto de acordo quadripartido, envolvendo Angola, Cuba, África do Sul e SWAPO, que visa garantir a segurança de Angola, a independência da Namíbia e a paz para os dois países.

O projecto, refere o citado comunicado, inclui o calendário da deslocação das tropas internacionalistas cubanas situadas ao sul do Paralelo 13 para o norte de Angola, até à sua retirada total.

Este gesto, afirma o Ministério angolano das Relações Exteriores, de flexibilidade e de boa-vontade dos governos angolano e cubano continua, no entanto, condicionado à cessação do apoio dos Estados Unidos e da África do Sul à Unita, que constitui condição «sine qua non», bem como à retirada das tropas sul-africanas de Angola, ao respeito pela soberania e integridade territorial e ainda à implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Namíbia.

Desconhecem-se as reacções oficiais dos EUA e da África do Sul àquela proposta, embora sejam de registar dois dados curiosos.

Por um lado, a discrição que envolveu o encontro de Crocker com Roelf Botha, o primeiro desde que em 1986 o Congresso norte-americano adoptou algumas sanções económicas contra Pretória; por outro lado, a insistência do chefe sul-africano Pieter Botha, em entrevista ao «Washington times», de ligar a retirada das tropas sul-africanas que invadem o sul de Angola à retirada deste país das forças cubanas.

Um outro aspecto que importa referir prende-se com as declarações de Jonas Savimbi, em conferência de Imprensa na Jamba, no final da semana passada. O chefe da Unita declarou ter sido informado pelas autoridades sul-africanas do desejo de Pretória de manter negociações directas com os dirigentes

angolanos, o que não sua opinião não significa que Pretória se esteja a substituir à Unita.

Na mesma oportunidade, Savimbi voltou a anunciar novos ataques a Angola, o que a experiência já revelou ser pronúncio de próximas

actividades agressivas da África do Sul.

As declarações de Savimbi, que traduzem o reconhecimento implícito da subordinação da Unita à África do Sul, repetidamente denunciada por Angola, foram consideradas por comentadores

de diferentes quadrantes como uma tentativa do dirigente fantoche de impedir a sua ultrapassagem pelos sul-africanos, no desenrolar do processo de negociações que — embora longe de concretização — parece ter-se tornado já irreversível.

## Exposição do MPCA ao Presidente da República

Uma delegação de personalidades, incluindo o investigador Rui Grácio, o escritor José Saramago, o jurista Carlos Araújo Sequeira, a professora Helena Cidade Moura, o engenheiro Cunha Serra e o gestor Gualter Basílio, foi recebida na passada segunda-feira em audiência pelo Presidente da República, Mário Soares, a quem fez entrega das primeiras quinzentas assinaturas de uma exposição em que os subscritores exprimem a sua comum preocupação quanto à questão das relações de Portugal com a República Popular de Angola.

Na referida exposição, lançada no aniversário do 4 de Fevereiro último (data do início da luta armada de libertação de Angola), os signatários lamentam constatar que não estão a ter a sequência desejada, em Portugal, as rasgadas perspectivas abertas pela histórica visita do Presidente José Eduardo dos Santos.

A iniciativa, que tem recebido muito significativas adesões, de cidadãos e orga-

nizações não-governamentais portuguesas, exprime de forma clara o desejo de que de modo nenhum e a nenhum título possa vir a ser eventualmente autorizada a passagem ou entrada em território português de qualquer chefe terrorista, no caso vertente angolano, nomeadamente Jonas Savimbi.

Entre as primeiras quinzentas assinaturas, agora entregues ao Chefe de Estado, contam-se a de inúmeros deputados de diversos quadrantes políticos, magistrados e juristas, professores universitários, escritores, jornalistas, artistas plásticos, gestores e empresários, dirigentes sindicais, presidentes de Câmaras, oficiais das Forças Armadas na reserva e organizações não-governamentais.

Na sede do Movimento Português Contra o Apartheid continuam a ser recebidas todos os dias novas adesões, que serão oportunamente também remetidas à Presidência da República.

## A cruzada antipalestina de Washington

O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Shamir, encontra-se desde segunda-feira em Washington para debater com as autoridades norte-americanas a dita proposta de paz para o Médio Oriente da administração Reagan. Ignoram-se ainda os resultados das conversações previstas para ontem entre Shamir e Ronald Reagan, mas o facto do primeiro-ministro israelita ter impedido o debate, no executivo israelita, das propostas apresentadas anteriormente pelo secretário de Estado George Shultz, deixam prever um novo impasse nos esforços que a ní-

vel internacional vêm sendo desenvolvidos para a concretização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

As perspectivas de solução pacífica da questão palestina sofreram entretanto mais um retrocesso com a decisão norte-americana de mandar encerrar a missão da Organização de Libertação da Palestina (OLP) junto das Nações Unidas, em Nova York, considerada pelo secretário-geral da ONU como uma violação dos acordos entre os EUA e aquela Organização.

Recorda-se que a decisão norte-americana de encerrar a representação da OLP junto da ONU foi criticada pelos

Países Não-Alinhados, pela organização da «Conferência Islâmica», pela comissão da ONU para a materialização dos direitos inalienáveis do povo palestino e pelo próprio secretário-geral da ONU, tendo o caso sido remetido ao Tribunal Internacional de Haia, que o deverá analisar em Abril.

Para a maioria dos observadores, a «cruzada antipalestina de Washington» é parte integrante da sua «guerra contra a ONU» e da política dos EUA em relação ao Médio Oriente, o que dificulta as possibilidades de alcançar uma regularização global na região, através da convocação de uma conferência internacional com a

participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP.

Enquanto isso, a situação voltou a agravar-se nos territórios árabes ocupados por Israel. Na Faixa de Gaza foi de novo imposto o recolher obrigatório, tendo o comando israelita decidido fechar o acesso àquele sector por alegados «motivos de segurança».

De acordo com declarações recentes de Yasser Arafat, dirigente da OLP, ao jornal norte-americano «Boston Globe», nos últimos três meses os soldados israelitas mataram 169 palestinos, feriram mais de cinco mil e detiveram mais de nove mil pessoas.

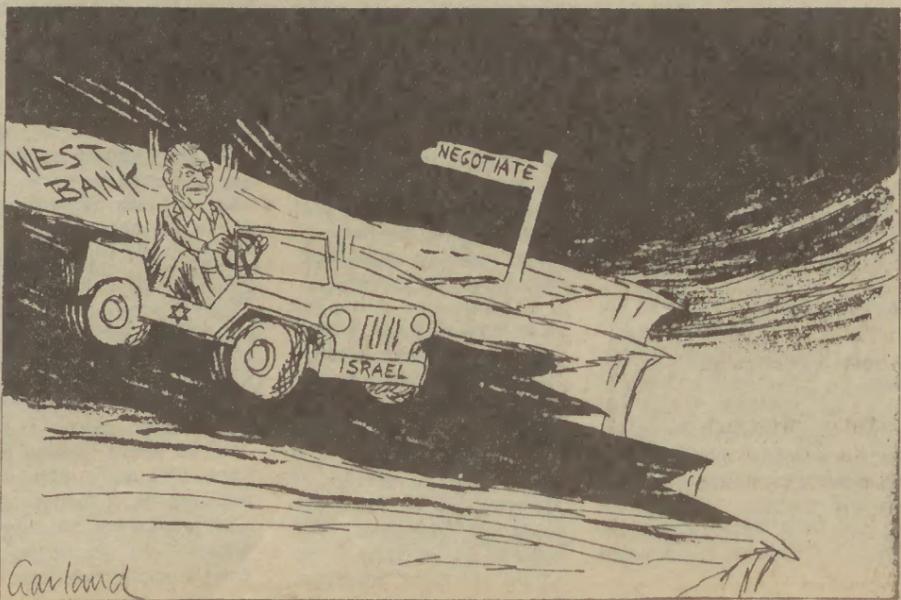
## Delegação do PCP visitou a Argélia

A convite do Partido da Frente de Libertação Nacional da Argélia, uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, visitou a República Argelina Democrática e Popular de 11 a 14 de Março.

A delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do Partido FLN conduzida por Abderrezak Bouhara, membro do Secretariado Permanente do CC e responsável das Relações Exteriores, e foi recebida por

Tayeb Belakdar, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores Argelinos e membro do CC, por Djelloul Nemliche, vice-presidente da Assembleia Popular Nacional e membro do CC, e Mohamed Cherif, ministro do Comércio Externo.

Durante as conversações realizadas foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e expressa a vontade comum de reforçar as relações de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido da Frente de Libertação Nacional da Argélia.



(«Tribuna do Leitor» — «Avante!», VI Série, n.º 288, Março-Abril, 1960)

**Avante!**  
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES — UNI-VOS!

«Portugal é o país da Europa de maior morbilidade e mortalidade por tuberculose, encontrando-se mesmo em pior situação que alguns países subdesenvolvidos. Nos últimos anos este estado de coisas tem vindo a agravar-se. A deficiente alimentação do povo, que cada vez tem um nível de vida mais baixo, as péssimas condições de higiene e de alojamento e as más condições de trabalho, são as causas predominantes deste estado de coisas.

O Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos dispõe de centros de diagnóstico e de vacinação pelo BCG, de dispensários, de enfermarias-abrigo, de sanatórios e de centros de cirurgia torácica. Mas, pergunta-se: são estes organismos em número suficiente? O seu funcionamento é satisfatório? Ambas as respostas são negativas. (...)

O Governo, pela boca do director do IANT, manifesta publicamente o seu optimismo quanto aos resultados e ao futuro da luta antituberculosa em Portugal. (...) O deputado Dr. Santos Bessa não goza, porém, do mesmo optimismo. Na sessão da Assembleia Nacional de 11.12.57 fez, entre outras, a seguinte afirmação: «Como no passado, a taxa de mortalidade subiu ligeiramente em 1956; o número de novos inscritos nos dispensários subiu também — de 1950 a 1956 passou de 6599 para 15 000; o número de pedidos de internamento nos sanatórios segue a mesma orientação». (...) A tuberculose causa actualmente 7000 mortes por ano e mantém na invalidez muito mais de uma centena de milhar de indivíduos».

(«Tuberculose: 7000 mortos!» — «Avante!», VI Série, n.º 251, 2.ª Quinzena Março 1959)

## Governo e patronato cozinham como podem manobras anti-trabalhadores

# Com raspas de calúnia a mentira é o prato do dia

**C**avaco Silva e os seus ministros andam nervosos. Têm, compreende-se, razões para isso: os ventos-promessas fartas semeados durante a campanha eleitoral deram uma boa colheita de votos em 19 de Julho; mas agora rebentam as tempestades do descontentamento real provocado por uma política de classe que contradiz os interesses de muitos dos eleitores. Vai daí, dá o nervoso naqueles senhores. Por tradições e maus hábitos que lhes estão no sangue, não gostam que os contradigam; e começa

logo pelo chefe, que manda calar os ministros, que por sua vez mandam calar os demais subordinados por aí abaixo, não vá alguém falar verdade...

Para mais eficiência, mandam - a quem se deixa mandar e a quem gosta de fazer uns jeitos - que apregoem por toda a parte os benefícios todos desta política (doutra forma arriscavam-se a que só a meia-dúzia de grandes beneficiados desse por isso).

Mesmo assim, a realidade impõe-se. É muita a água, mas o azeite vem à tona. E a realidade é que a política

de Cavaco Silva e do PSD está a levantar uma onda de protestos por todo o País como há muito não se via, abrangendo um número muito elevado e um leque muito variado de portugueses das mais diversas profissões. E ao cavacal nervoso das contestações, juntam-se assim as insónias das reuniões, assembleias, concentrações, manifestações, greves... Já mandaram calar, já se mandaram apregoar... Como é que ninguém percebe que eles são tão bonzinhos?... Pensando talvez que o mal está nas

cabeças - que, erradamente, imaginam como sacos que aceitam tudo o que para lá se deita - deste zé povinho que teima em lutar, passam à receita seguinte. Foram ao manual de bem governar à direita e decidiram cozinhar o que podem contra o ascenso das lutas dos trabalhadores; arrebanhando o que ainda podem, foram para as manobras antigreves: escolheram a mentira para prato do dia permanente, servida com raspas de calúnias contra quem trabalha, e querem impingir

a mistela à opinião pública. Vieram com ordenados de 98 contos na Carris. Enfim, uma média já mais próxima do que se recebe por idêntico trabalho na CEE que querem imitar noutros aspectos... mas que não corresponde ao que ali ganha a maioria dos trabalhadores. Agora, decidiram insuflar os ordenados na EDP... mas o balão também estourou. Diz o português médio por essas esquinas que já faltou mais para tais senhores serem obrigados a fechar a loja...

# MENTIRA



Governo e o patronato procuram aproveitar-se dos transtornos causados pelas greves para levar a água ao moinho dos lucros e da política que defendem. Isso tem-se verificado com as greves dos transportes e repetiu-se agora, com a greve da EDP. Lançam mentiras e calúnias contra os trabalhadores, espalham a confusão na opinião pública, manobram a torto e a direito.

## — o prato do dia de Cavaco contra os trabalhadores em luta

Por ser recente, mas também por ser exemplar, vale a pena registar o que se passou em torno da greve de dia 9 na Electricidade de Portugal, EP, e das suas possíveis consequências.

### Confusão e alarmismo

Uma nota de imprensa da comissão coordenadora da greve alertava, na véspera da paralisação, para o facto de o conselho de gerência da empresa, através de comunicados a propósito da paralisação, estar a «alarmar a população», refe-

rindo «hipóteses de situações que nunca ocorreram nas greves já efectuadas».

E pormenorizava: «O CG, utilizando a baixa demagogia e a manipulação de conceitos técnicos, procura com infundados e escusados alarmismos provocar na população um grave estado de ansiedade e desequilíbrio, com o objectivo único de responsabilizar os trabalhadores até por qualquer ocorrência normal da exploração de uma rede tão complexa como a da EDP, caindo na provocação».

Depois de definir como serviços mínimos indispensáveis toda a área da saúde, os serviços de sanea-

mento e as corporações de bombeiros, a coordenadora da greve garantia que «actuará sempre que se encontrem em perigo pessoas, bens e equipamentos».

Alertava-se no comunicado para que «as garantias dadas pela comissão coordenadora da greve só poderão ser postas em causa se (e infelizmente as posições do CG para isso apontam) a sua actuação for posta em causa com o impedimento do controlo de todas as situações eventualmente surgidas».

Por tudo isto, a coordenadora e os sindicatos afirmavam naquele documento que «não abdicarão das suas posições justas, responsabili-

zarão o conselho de gerência por quaisquer consequências que resultem de dificuldades por ele colocadas e respeitarão os interesses da população, da EDP e do País», mostrando-se «certos da solidariedade e compreensão de todos quantos têm sentido profundamente as gravosas medidas do Governo».

### Grandes ordenados!

Mas, fartos de imaginação, o Governo e os gestores por ele nomea-



«Não é o legítimo exercício pelos trabalhadores dos seus direitos constitucionais que é um factor de instabilidade social, mas sim uma política governativa baseada em medidas repressivas e administrativas e apostada em agravar as condições de vida e atingir os direitos e regalias de quem trabalha» — afirmava-se numa nota emitida pela SIP do PCP no dia em que foi anunciada a requisição civil na Carris (foto da manifestação de 6 de Fevereiro, em Lisboa)



Há 28 meses que não é revista a tabela salarial na Setenave. Numa assembleia geral de trabalhadores realizada no dia 10 de Março foi salientada a necessidade de alterar esta situação e proceder a uma actualização dos salários que permita a reposição do poder de compra perdido nestes dois anos

dos inventaram ainda mais um pretexto para tentarem dividir os trabalhadores em luta e a população.

Oliveira Martins foi em Fevereiro à televisão dizer que o salário médio na Carris seria de 98 contos; prontamente a Federação dos Rodoviários o desmentiu («o salário não chega a metade dessa verba») e lançou um desafio a que o ministro dos Transportes ainda não respondeu: «se o Governo quiser assinar esse salário de 98 contos, a luta acaba amanhã».

Desta vez, com a EDP, a via foi

outra: anúncios à última hora, publicados na imprensa vespertina de dia 8, em que a gerência da EDP brandia com vencimentos médios superiores a 100 contos...

Para repor a verdade, a FSTIEP esclareceu que a retribuição média de um contínuo na EDP é de 41 700 escudos e a de um electricista é de 59 200 escudos, menos 40 a 50 contos que o propalado pela gerência; a retribuição média mensal do conjunto de todos os trabalhadores da empresa (incluindo, portanto, quadros e até administradores) é de 69 mil escudos, cerca

de 40 contos abaixo do anunciado pelo CG.

Criticando a falsa lógica do nivelamento das condições de trabalho «por baixo», a Federação comenta o comportamento do CG como uma demonstração de «desespero» do patronato e do Governo face à firmeza e à luta dos trabalhadores; considera a participação na greve «a melhor resposta que os trabalhadores da EDP podem dar a este tipo de provocações» e afirma a sua convicção de que «a população não se deixará enganar por manobras baixas deste tipo».

## Greve na EDP

### «O alarmismo era despropositado»

A forma como decorreu a greve do dia 9 na Electricidade de Portugal, EP, provou «que era despropositado o alarmismo dos comunicados do conselho de gerência quanto às possíveis consequências» – afirma a Federação das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) num comunicado em que revela que esta, com uma adesão de cerca de 95 por cento a nível nacional, foi a paralisação mais participada que se efectuou naquela empresa e a primeira que ocorreu por motivos salariais.

O alarmismo, tal como os comunicados brandindo com ordenados 40 ou 50 contos mais elevados que os realmente auferidos pelos trabalhadores da EDP, tinha, para a Federação, objectivos bem definidos «de desmobilização e de criação de um clima desfavorável aos trabalhadores em luta». Mas não surtiram os desejados efeitos e, salienta a FSTIEP, «a grande adesão à greve e o comportamento da população constituíram respostas adequadas e significativas a tais manobras».

Ao aperceber-se disso durante o dia 9, a gerência fez o que se chama uma fuga para a frente, ou seja, para pior: «manteve um comportamento ilegal ao longo da greve, substituindo grevistas por alguns quadros da empresa e obstruindo a acção dos piquetes» – denuncia-se no comunicado.

O conselho de gerência da EDP chegou mesmo – refere a Federação – «em muitos casos, a impedir a entrada dos piquetes nas instalações da empresa, retirando aos grevistas os meios indispensáveis para ocorrer à reparação de avarias e afectando serviços indispensáveis, incluindo hospitais». Foi esta a razão – esclarece a FSTIEP – por que a reposição do fornecimento de energia não teve «a prontidão que os piquetes de greve estariam em condições de assegurar, caso não tivessem sido ilegalmente impedidos de agir».

Depois de destacar que «a unidade na acção patenteada pelos trabalhadores nos locais de trabalho antes e durante a greve é garantia de que os justos objectivos sindicais nas negociações em curso serão alcançados», a FSTIEP declara que «assumirá as suas responsabilidades, dando expressão à unidade e combatividade demonstradas», designadamente «na marcação de novas formas de luta, caso estas se mostrem necessárias».



Por responsabilidade do CG da EDP, os hospitais de Santa Maria (foto) e dos Capuchos, em Lisboa, estiveram cerca de hora e meia sem energia eléctrica no dia 9; o conselho de gerência impediu os piquetes de greve de utilizar os carros da empresa para reparar avarias e repor o funcionamento de energia a serviços essenciais – denunciou a FSTIEP



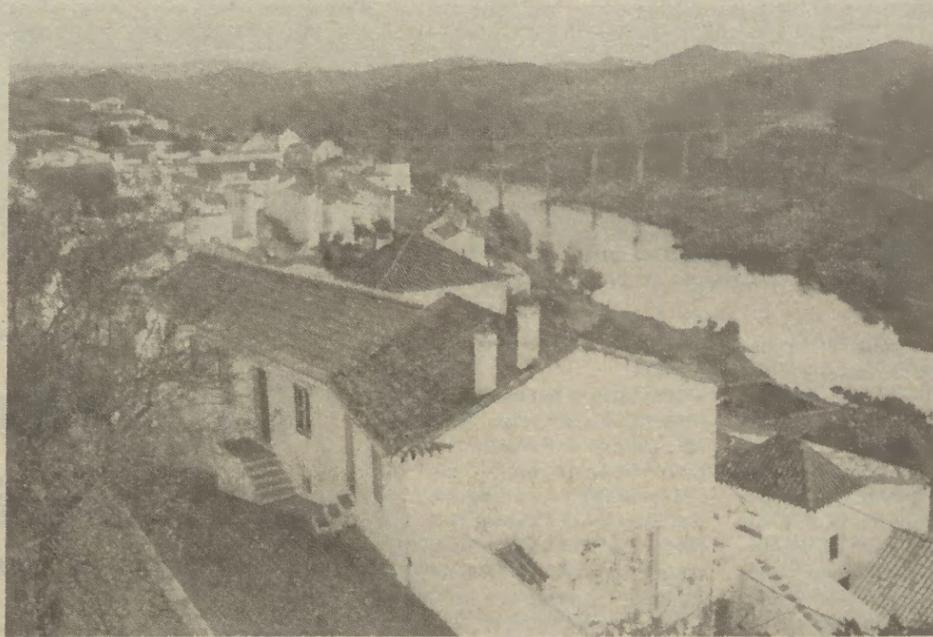
Seria caso para rir, se o assunto não fosse tão sério e se a mentira não fosse uma coisa muito feia. Passada a campanha eleitoral e as belas promessas para usar e deitar fora, aí está a realidade nua e crua a mostrar o verdadeiro carácter da política de Cavaco Silva e do PSD: aumentar os lucros de uns quantos à custa do trabalho de muitos. Em vez da tão apregoada justiça social e das melhores condições de vida – ideais belos feltos Isco eleitoral – o Governo promove as injustiças, aumentando mais quem já mais ganha e tentando limitar os salários dos que são mais explorados; à luta crescente dos trabalhadores Cavaco e os seus ministros respondem com a mentira e a provocação (fotos da manifestação de 6 de Fevereiro em Lisboa)

# BEJA

## Em Maio, um Encontro

**A** pontar um conjunto de medidas que possibilitem estancar e inverter a tendência de desertificação económica e social no distrito (tendência essa que parece ser confirmada por todos os indicadores disponíveis) constitui um dos objectivos centrais de uma iniciativa que está a ser preparada pela Comissão Distrital de Beja do PCP com data de realização marcada para 14 de Maio próximo, na Casa da Cultura. Trata-se de um **Encontro sobre o desenvolvimento económico e social no distrito de Beja**, aberto à participação não só de militantes comunistas, mas também de outras forças políticas democráticas e organizações e entidades distritais: movimento sindical unitário, autarquias, movimento camponês, reforma agrária, ensino, saúde, etc.

A Distrital do PCP, ao anunciar os objectivos desta iniciativa, na qual está a trabalhar uma comissão executiva de 27 elementos, refere, por um lado, a análise dos traços caracterizadores da situação económica e social no distrito e os resultados originados pelas políticas de direita e, por outro lado, a vontade de avançar um contributo para a unidade de esforços e propostas entre todos aqueles que desejem, com os seus conhecimentos e vontade, participar num processo que ajude a desbloquear caminhos possíveis que arranquem o Baixo Alentejo do marasmo actual. Finalmente, é objectivo fundamental do Encontro de Maio elaborar uma plataforma de «Carta de Intenções e Reivindicativa» para o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja, aberta a novas sugestões e inovações, que constitua um instrumento de acção e de formação de uma forte corrente de opinião públi-



ca, sobretudo no Baixo Alentejo, que actue no sentido de reivindicar a definição de medidas e projectos concretos e urgentes para o distrito.

O Encontro funcionará em plenário (abertura e encerramento) e em debate nos seguintes painéis/secções:

### Painel 1 Actividades económicas

- Traços caracterizadores da estrutura económica, social, movimentos demográficos no distrito e tendências evolutivas — os resultados de uma política de direita.

- Potencialidades

- Actividades económicas estratégicas/políticas possíveis

**Agricultura** (As principais formações económicas e classes. A questão da Reforma Agrária democrática e nacional. O Plano de Rega do Alentejo/Alqueva/os pequenos regadios/o projecto de drenagem dos solos/perímetros de rega/produções estratégicas/a floresta e a silvo-pastorícia).

**Indústria** (Extractivas — Minas/transformadora — alimentar, corticeira, florestal, etc./Matadouro Industrial de Beja/Parque Industrial/A pequena e média indústria — perspectivas).

- Outras actividades económicas

**Pescas** (Portos de V. N. Milfontes, Azenha do Mar e Zambujeira)

**Caça**

**Turismo** (A Região — Turismo; Património; Artesanato; Agro-Turismo — estruturas/Potencialidades).

**Comércio e Serviços**

**Artesanato.**

- PIDRs (Entre Mira e Guadiana; Futuro do Ordenamento do litoral; em Alqueva; outros).

- Infra-Estruturas Transportes/Vias — vias rápidas IP2/Construção; Ligação rápida Sines-Beja; Abertura da Base de Beja (BA 11) ao tráfego civil; Renovação da linha do sul e ramais; caminhos agrícolas.

- Formação Profissional

- O Poder Local, o Associativismo Inter-Municipal, a Regionalização, seu papel no desenvolvimento económico e social, numa perspectiva de alternativa democrática.

- CEE e desenvolvimento regional.

### Painel 2 Para uma política de justiça social

- Trabalho e distribuição do rendimento

- «Pacote» laboral/Emprego/Desemprego/Subsídio de Desemprego (ATD; OTJ; trabalho precário; contratos a prazo; despedimentos, etc.)

- Segurança Social

- Acção Social (Equipamentos, etc.)

- Impostos (Política Fiscal)

### Painel 3 Para uma política de qualidade de vida

- Ensino (Analfabetismo e formação profissional/Lei de Bases do Sistema Educativo e a necessidade de uma política que tenha em conta as necessidades e realidades presentes e futuras; O Ensino Superior no Distrito; Equipamento Escolar — questão da extinção das escolas primárias isoladas; o bloqueamento da construção de escolas preparatórias e

secundárias; o Instituto Politécnico, sua construção; etc.)

- Saúde/Sanidade/Alimentação (Hospital Distrital; Centros de Saúde; Urgências; articulação de cuidados primários e diferenciais, etc.)

- Urbanismo/Habitação

- Cultura/Desporto/Vida Associativa (Grupos Desportivos; Colectividades; Museu Regional; Património Cultural; Infra-Estruturas e actividades.)

- Ambiente (Parque Natural do Vale do Guadiana; Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano, etc.)

- Órgãos de Comunicação Social. ■

■ Henrique Custódio

# Couço és, Centro de Trabalho serás!

Junto ao local onde se forma o rio Sorraia — o principal afluente da margem esquerda do Tejo — nasceu há séculos uma pequena povoação chamada **Couço**; hoje é a mais importante freguesia rural do concelho de Coruche, no distrito de Santarém, e quem lá entra e lhe observa a arquitectura — agora aparentemente indecisa entre a sobriedade caíada do Alentejo e alacridades excessivas das novas construções — suspeitará encontrar-se em mais uma terra a cujo rosto a emigração assomou com linhas urbanísticas forasteiras, embora sem força para lhe apagar o contorno original. Mas não são estas singularidades que lhe explicam o perfil quase lendário construído nas últimas décadas, outorgando-lhe prestígio que chegaram a ter impacto nacional; esse perfil foi desenhado pelo traço forte da luta político-social, que ali sempre se acendeu, fulgurante, no rastilho dos embates democráticos que, nacionalmente, foram abalando o regime fascista. As campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado e as greves pela jornada de trabalho das oito horas são apenas alguns pontos altos das vigorosas acções de massas que celebrizaram o Couço, a ponto de o salazarismo ordenar a sua ocupação militar, a imposição do estado de sítio e, na sequência, a proibição de qualquer festividade durante vários anos, enquanto encarcerava centenas dos seus habitantes.

Ali, o ser-se comunista ou suspeito disso sempre foi motivo de clandestino e público orgulho — assim como a forma certa de se estar na vida, pesasse embora a brutal incerteza que tal provocava. Com o derrube do fascismo ficou tudo em pratos limpos, nesta freguesia onde imperava o latifúndio: o PCP surgiu, fulgurante, à luz do dia, mobilizando a maioria esmagadora dos habitantes para as novas lutas que se avizinhavam na construção do Portugal de Abril e na defesa do regime democrático e obtendo vitórias maciças em todos os actos eleitorais até agora realizados — mesmo os que, noutros pontos de forte implantação comunista, registaram oscilações conjunturais.

É neste quadro que ganha relevo a construção do novo Centro de Trabalho do Couço do PCP, que substituirá o que, já há anos, se tornou insuficiente e resulta do empenhado esforço colectivo das suas populações.

Assim sendo, pegámos na trouxa e fomos lá, para uns apontamentos de reportagem. Certos de que sendo o Couço o que é, o novo Centro de Trabalho do PCP será, em breve, uma realidade.

Quando chegámos, numa manhã ensolarada de domingo, tínhamos à espera três dos seis membros da «comissão de obras»: **João Camilo, Joaquim Filipe Prates e José Vicente Henriques**. Os restantes — **Manuel Oliveira (Lecha), Virgílio Rosado e Narcisa da Silva Aleixo**, andavam a cuidar da vida, que aquilo é gente de trabalho e parece que é capaz de tudo menos de estar quieto. Por trás de um longo pano que, a todo o comprimento da «frente» do terreno, anunciava a construção do novo Centro de Trabalho, erguia-se um respeitável monte de tijolos e, logo a seguir, mais de um metro de começo de paredes quadriculando todas as divisões térreas do futuro edifício. Surpreendendo-nos a apreciar a obra, os nossos anfitriões não resistiram:

**Se tivesses podido vir ontem, tinhas visto aqui mais de 20 pessoas a levantar essas paredes! Tudo trabalho voluntário!**

Pois não, não tinha podido ir e eles sabiam porquê, mas o desabafo soube-lhes bem. Quando avançamos para os improvisados estaleiros e o pomar que, ao fundo da propriedade, refrescava surpreendentemente tudo aquilo, já as animadas descrições dos três repovoavam o terreno de actividade. E de sonho:

**O edifício val ter dois pisos, como há-de ver na planta daqui a bocadinho, e aqui no rés-do-chão já podes imaginar a sala dos reformados, a da juventude, o bar e o convívio, as casas de banho, o «hall» de entrada e de acesso ao primeiro piso, onde ficará um grande salão para reuniões e outras salas necessárias...**

E o edifício crescia nos olhos bri-



Com mais de um metro de parede levantada, o novo Centro de Trabalho do Couço do PCP já tem «quadricula» no terreno; em Abril esperam pôr-lhe a primeira placa; quanto a nós, esperamos voltar lá um dia destes para a... inauguração!

## Coisas que valem

Foi «roendo uma laranja» — não na falésia mas, em compensação, colhida directamente da árvore — que a conversa prosseguiu. Pelo caminho tinha ficado um diálogo entre eles, discutindo a necessidade de preservar a velha nora do poço, o tanque e algumas instalações de rega espalhadas pela quinta, com o

que a nossa. O custo total do terreno foi de 2020 contos e, como podes ver, vale bem o dinheiro!

Não era preciso ser avaliador de terrenos para se aperceber que, aquele, valia bem o dinheiro que custou: 3073m<sup>2</sup> organizados num imenso rectângulo, com frentes de 20 e tal metros para duas ruas, inserido numa zona urbanizadas e possuindo, ainda por cima, água própria e pomar, constituía, evidentemente um bom negócio. E dado os fins a que se destina, não foi tanto um bom negócio, mas sobretudo uma transacção prestigiante. Quer para o antigo, quer para os novos proprietários.

## «Tínhamos razão»

Terminada a visita, chegara o momento de assentar um pouco a conversa. Instalámo-nos à mesa numa casa próxima (o Couço é uma terra de porta aberta) e João Camilo começou por historiar a decisão da construção do novo Centro de Trabalho:

**A degradação do prédio e a insuficiência de espaço no Centro de Trabalho velho levou-nos à decisão de comprar um terreno e avançar para a criação de novas instalações. Formou-se uma comissão para ver vários terrenos e optou-se por este, que foi adquirido em Outubro/Novembro de 1985, através do contrato de compra e venda, dando-se nessa altura 1020 contos; passado um ano fez-se a escritura e pagaram-se os 1000 contos que faltavam.**

Joaquim Filipe Prates, o homem que está a superintender aos trabalhos de construção, desdobrou-nos à frente a planta do futuro Centro e esclareceu:

**Há dois anos começou-se a comprar materiais, sob a necessidade de acertar a «extrema» com os vizinhos; comprámos blocos, mármore e redes e fizemos a primeira vedação. Depois tirámos algumas árvores velhas para montar os estaleiros, seguindo-se o abastecimento de todos os materiais necessários praticamente para toda a construção. A comi-**

são pró-centro, em colaboração com um técnico, produziu o projecto de construção, tendo em conta vários outros Centros de Trabalho do Partido já construídos e, entretanto, visitados. No princípio deste ano começou a construção, exclusivamente feita até agora com trabalho voluntário, todos os fins-de-semana, havendo já mais de um metro de parede levantada. Estamos a pensar que em Abril próximo se meterá a primeira placa (o edifício terá dois pisos, recorde-se) e depois se verá.

João Camilo veio de novo à conversa:

**Nós tínhamos consciência das dificuldades que tal empreendimento acarretaria, mas estávamos também confiantes na boa vontade do povo da freguesia — e não só dos comunistas. Provou-se que tínhamos razão.**

Era a vez de José Vicente Henriques, o homem «das contas». Puxando dos papéis, onde as parcelas estavam minuciosamente assentes, esclareceu-nos:

**Para arranjar fundos, desencadeámos diversas iniciativas: campanhas, vendas de cupões, entregas de cartas, rifas, bailes, festas (a «Festa da 1.ª Pedra», por exemplo), etc. E as coisas estão actualmente no seguinte pé: o total dos materiais adquiridos (807 185\$00), de trabalho voluntário (avaliado em 340 960\$00) e ofertas para comida dos trabalhadores (9107\$00) ascende a 1 148 145\$00; isto somado aos 2020 contos que custou o terreno e aos 183 contos do registo, siza e escrituras, dá um investimento total de 3351 contos.**

Nota final: os nossos interlocutores pertencem não apenas à «comissão de obras» (que integra mais três pessoas, como já dissemos) como a mais dois outros organismos que importa referir: a «comissão pró-centro» (40 pessoas) e o «executivo» (15 pessoas).

Mas há muitas mais, a trabalhar para o novo Centro de Trabalho do Couço. Vão ver como é verdade, quando um dia destes lá formos à inauguração! ■



Da esquerda para a direita, Joaquim Filipe Prates, João Camilo e José Vicente Henriques

lhantes, no gesto irresistivelmente puxado ao alto, no esforço quase alado da descrição. Abrindo ainda (e sempre) caminho à imaginação:

**Como vês, temos aqui espaço que nunca mais acaba. Quando terminarmos isto, será altura de pensarmos noutras coisas...**

Que coisas? Ideias não faltam e, em confiança, também elas começaram a habitar o terreno. Mas manda a prudência que não se fale ainda disso. No Couço, as coisas são para se fazer — mas uma de cada vez. Agora o objectivo é terminar o Centro de Trabalho, pretensão perfeitamente caucionada quer pelo empenho com que a população está a responder, quer pelo valor patrimonial do terreno adquirido, que é suficientemente vasto para, em última análise, se lhe vender um bocadinho e pagar o que for preciso. «Mas só em última análise!», sublinharam-nos ainda, quando já nos encontrávamos no fundo da quinta, onde há outra «frente» para uma rua.

«faro» de velhos camponeses que, sem pieguices, sentem a nostálgica urgência de preservar patrimónios. «Um dia destes os miúdos ouvem falar da rega à nora e não sabem o que é!». Agora era o momento de testemunhar para a reportagem «verdades que devem ser ditas»:

**Até agora só fizemos despesas com a aquisição de materiais e mesmo esses, alguns, foram-nos oferecidos, como a madeira para o tecto que tu vistes lá atrás. E oferecem ao novo Centro outras coisas mais — trabalho voluntário e até géneros para as refeições que a malta aqui come, quando faz as jornadas. De notar que as contribuições vêm também de gente que não é do Partido, mas que faz questão em contribuir. E também é justo referir a atitude do antigo proprietário do terreno, que esperou um ano até que pudéssemos arranjar a primeira parte do dinheiro e nos facilitou o pagamento do resto — isto apesar de ter tido ofertas mais vantajo-**

# BAIRROS CAMARÁRIOS DO PORTO

## Um marcante contributo dos comunistas

A promoção da qualidade de vida e do bem-estar da população do Porto passa, necessariamente, pela atenção a dar aos Bairros Camarários e do Estado existentes na cidade — neles moram um quinto dos seus habitantes —, aos seus problemas específicos, às enormes carências dos seus mais de setenta mil moradores. No próximo sábado vai realizar-se, no Porto, o 2.º Encontro das Organizações do Partido nos Bairros Camarários e do Estado. Ali serão analisadas as dificuldades com que se debatem os moradores e a forma de os comunistas melhor contribuírem, organizando-se, para lhes dar solução.

Um exemplo marcante do contributo dos comunistas para a melhoria das condições de vida nos Bairros é o trabalho desenvolvido pelo Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos, Culturais e das Zonas Verdes dos Bairros Camarários da Câmara Municipal do Porto, de que é responsável o camarada Macedo Varela. Actividade profundamente ligada às forças vivas existentes nos Bairros, no âmbito das suas competências veio em poucos anos repor no seu devido lugar a dignidade de milhares de moradores cujos problemas foram ignorados por sucessivos executivos camarários. É nesta experiência de trabalho que nos vamos deter, procurando referir alguns dos seus principais aspectos.

### Graves carências e assimetrias

Na sua grande maioria construídos a partir da década de cinquenta, com materiais de fraca qualidade e sem quaisquer preocupações de conforto, os Bairros Camarários do Porto lutam, hoje, com inúmeros



As populações interessam-se pelas actividades do pelouro dirigido por Macedo Varela. E são chamadas a participar

contam com largas dezenas de anos de desgaste, outros são de construção mais recente. Em muitas das casas dos bairros o tanque de lavar a roupa é o local que foi destinado para a higiene dos moradores e a maioria das dependências não respeitam as exigências legais quando a dimensões mínimas.

Construídos na consequência de uma política de especulação imobili-

de, os Bairros Camarários estão, em muitos casos, localizados em zonas consideradas privilegiadas, de grande incremento da construção privada e, por isso, são de novo objecto da gula dos especuladores. É neste contexto que assume particular importância a acção desenvolvida nos últimos três anos pelo Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos, Culturais e das Zonas Verdes dos Bairros Camarários. Do contacto estabelecido

### 2.º Encontro das Organizações do Partido nos Bairros

É já no dia 19 de Março, no próximo sábado, que se realiza, no Porto, o 2.º Encontro das Organizações do Partido nos Bairros Camarários e do Estado, na Escola Primária do Bairro do Bom Pastor (junto ao Cinema Vale Formoso), das 9.30 às 19 horas.

Discutir os problemas que afectam os moradores, particularmente o aumento das rendas, a venda das casas e as condições de vida e de habitação nos bairros, são os objectivos deste 2.º Encontro, que incluirá, ainda, a abordagem do trabalho realizado pelo Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos, Culturais e das Zonas Verdes dos Bairros Camarários da CMP, os problemas da limpeza e a actividade das estruturas populares e da organização do Partido.

Preparado num conjunto de reuniões nas várias freguesias, o 2.º Encontro das Organizações do Partido nos Bairros reveste-se de grande importância pelo contributo positivo que dará, com certeza, para o abrir de perspectivas no caminho da solução dos problemas dos seus mais de 70 000 moradores, para a dinamização da actividade e para o alargamento da influência dos comunistas nos bairros da cidade do Porto. ■

recreativa e cultural dos Bairros Camarários o trabalho desenvolveu-se em dois sentidos: por um lado, o incentivo da capacidade de acção e de intervenção dos moradores em geral e das suas organizações em particular; por outro, as iniciativas próprias do Pelouro, em ligação com as organizações dos bairros e os organismos culturais e desportivos da cidade, um contributo decisivo para levar a cultura e o desporto aos milhares de moradores dos bairros.

É os resultados estão também à vista: uma mudança radical no relacionamento da Câmara com as organizações de moradores, com os grupos desportivos e culturais dos bairros; a realização regular de reuniões com os representantes das diferentes estruturas, para auscultar problemas, discutir acções, atribuir subsídios, promover iniciativas; o

surgimento de organizações onde não existiam e o reforço da actividade de outras; a formação da Coordenadora das Organizações dos Bairros Camarários que, para além do papel de relevo que tem tido nas acções empreendidas pelo Pelouro, tomou posição e lutado contra as medidas lesivas dos interesses dos moradores.

Das iniciativas promovidas pelo Pelouro referimos aqui apenas duas: o acontecimento festivo denominado «Dia dos Bairros Camarários», que vai já na sua terceira edição, e que envolveu, em três anos sucessivos, a participação de milhares de moradores em actividades recreativas, culturais e desportivas; e a ida ao Teatro de cerca de cinco mil crianças dos Bairros, durante 30 sessões numa sala da cidade, onde estiveram em cena duas peças infantis.

Tornou-se comum para os moradores receberem em casa «convites» para irem a sessões de cinema ou de teatro, pondo o Pelouro ao seu dispor o transporte. Realizou-se, pela primeira vez, uma Festa de Natal para as crianças dos Bairros — 25 espectáculos em que participaram 3500 «miúdos».

Para este ano, e nesta linha de acção o Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais dos Bairros tem mais iniciativas previstas. Manter a ajuda às organizações existentes e fomentar o aparecimento de novas; incentivar a diversificação, no seu campo de acção, de iniciativas; procurar ganhar os mais jovens para a acção cultural e desportiva; promover a acção de animadores culturais e desportivos e a realização de cursos de sensibilização destinados aos moradores, em particular os que estão ligados à actividade das organizações populares, são alguns projectos que o Pelouro pretende levar à prática.

A intensificação da actividade desportiva, cultural e recreativa nos Bairros Camarários, a construção de infra-estruturas e apoio dado, neste campo, aos moradores veio modificar para melhor a sua vida e o seu bem-estar. Esse é um dado adquirido e unanimemente considerado como fruto do trabalho dos comunistas no âmbito das responsabilidades que detêm na Câmara Municipal do Porto.

No entanto, não pode o Pelouro — embora exerça um papel decisivo na sua denúncia — dar resposta a todos os problemas dos bairros, por pertencerem a outras áreas da actividade municipal. A conservação dos bairros é um deles, e o mais sentido. Mas outros subsistem. Destes e de outros problemas se tratará aprofundadamente no 2.º Encontro das Organizações do Partido nos Bairros, que se realiza no dia 19 de Março. ■

# Resolver os problemas desenvolver Gondomar

## — o exemplo de S. Pedro da Cova

Realizou-se no passado sábado, durante a tarde, um Encontro da CDU de S. Pedro da Cova, que fez balanço do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia — uma Junta CDU — e analisou os principais problemas com que se debate a população daquela freguesia mineira do concelho de Gondomar, com vista ao encontro colectivo de soluções, para uma melhor intervenção e acção na autarquia.

Foram igualmente analisadas no Encontro questões relacionadas com a situação criada pela dissolução, pelo Governo PSD, DA Câmara Municipal de Gondomar — numa acção antidemocrática, ao serviço de interesses partidários e de grandes capitalistas no concelho — manobra já denunciada largamente pela CDU que anunciou que recorrerá para os tribunais, caso tal acto se concretize. Embora aguarde ainda o parecer do Presidente da República, é com alta probabilidade que irão ter lugar a curto prazo eleições para a Câmara de Gondomar.

E a CDU está pronta para a realização do acto eleitoral. Disso foi dado conhecimento no Encontro, em S. Pedro da Cova. Das principais conclusões do Encontro Concelhio recentemente realizado, dos Encontros que estão marcados na freguesia de Valbom — no dia 23 de Março — e em Rio Tinto — no dia 8 de Abril —, dos contactos realizados para ultimar a lista de candidatura, do imenso trabalho que há que desenvolver e no qual é imprescindível a participação de todos os activistas da CDU — na constituição de comissões CDU em todas as freguesias, na recolha de abaixo-assinados de apoio, na realização de iniciativas de massas, no contacto com todos os moradores.

Intervenções de Joaquim Viana,

Municipalizados, nos quais a CDU detém responsabilidades de gestão.

### O apito soou na terra mineira

«Em Fevereiro de 1983 — o apito soou na terra mineira — S. Pedro da Cova», foram as primeiras palavras de Constantino Loureiro, presi-



Joaquim Viana é hoje candidato da CDU à presidência da Câmara de Gondomar

dente da Junta de Freguesia, recordando o título do primeiro boletim «O Mineiro» da, então recentemente eleita, Junta de Freguesia.

Passados cinco anos a prestação de contas do trabalho realizado: uma obra que não é fácil resumir em poucas linhas. Começou-se por limpar a freguesia. Alojaram-se 40 famílias dos Bairros Mineiros e criaram-se melhores condições a outras. Os mais idosos passaram a ir à praia, no Verão, levados pela Junta. A Associação de Reformados passou a ter local para reunir. Uma nova carreira de autocarros foi inaugurada, primeiro até ao lugar da Mó e depois, fruto da luta da população, até Belói. Cresceu a actividade das Colectividades e a Junta apoiou decididamente o seu 1.º Encontro. Concretizaram-se exposições de Artes Plásticas e de Artesanato, concursos de Fotografia e de Quadras Populares. Comemorou-se o Dia 25 de Abril, o Dia da Criança, organizou-se festas de Natal e passeios. Construiu-se a Escadaria e o Pontão da Serra. Saneamento. Banheiros. Parque Infantil. Um balcão dos CTT. Deu-se atenção particular aos arruamentos, à Feira, aos problemas do cemitério. Foi recuperada a canalização de água nos fontanários. A Casa da Malta foi adquirida para Museu Mineiro e Centro de Dia para a 3.ª Idade.

As populações de S. Pedro da Cova, mobilizadas pela Junta, ajudam à concretização de obras

## A CDU reclamou intervenção da Alta Autoridade contra a Corrupção nos Serviços Municipalizados

A Coligação Democrática Unitária, que detém há poucas semanas, e pela primeira vez, a maioria no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar, tornou público, numa nota enviada à comunicação social, «que tem vindo a debruçar-se sobre os vários aspectos do funcionamento dos Serviços e sobre os processos de obras, com vista a garantir uma maior eficácia e rentabilidade dos Serviços e a garantir que os dinheiros públicos estão de facto a ser utilizados em benefício do povo do concelho e não de meia dúzia de senhores e entidades privadas.»

«A CDU informa desde já a população do concelho de Gondomar que é altamente preocupante o que apurou neste curto espaço de tempo, e é indiciador da existência de graves irregularidades e eventuais actos de corrupção.»

«Sem prejuízo do apuramento em curso em relação a outros processos», prossegue o comunicado, «a CDU propôs e foi aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de Março, a reclamação de intervenção da Alta Autoridade contra a Corrupção, para

averiguar o que se tem passado em relação à obra «saneamento de Rio Tinto».

Pormenorizando as razões da reclamação, a CDU de Gondomar afirma mais adiante que «a primeira fase da obra referida foi adjudicada por 75 000 contos, mas até fins de 1987 já foram pagos ao empreiteiro 380 000 contos, e sem que se tenham sequer efectuado contratos escritos com visto do Tribunal de Contas, conforme estabelece a lei, e sem que os «trabalhos a mais»

tenham sequer sido autorizados pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar».

A finalizar, a CDU/Gondomar considera que «doa a quem doer, é necessário limpar Gondomar da corrupção, do compadrio, do gasto indevido dos dinheiros públicos para satisfazer interesses particulares e clientelas políticas. A CDU afirma que «não poupará esforços, dentro dos meios e responsabilidades autárquicas que lhe foram confiadas pelo povo do concelho, para apurar, com rigor, problemas e intervir, combatendo sem tréguas todos aqueles que — nos Serviços Municipalizados, na Câmara ou noutras autarquias do concelho — se aproveitam dos cargos políticos e funções administrativas para obter benefícios pessoais, ou benefícios para a sua família ou amigos partidários». ■



Manhã cultural. Antes, qual era a atenção prestada às crianças? O pelouro tem-se esforçado por que a cultura, o desporto e o recreio cheguem também a elas

problemas, que vão desde a degradação das habitações — tetos a ruírem, caldeiras rotas, paredes rachadas, canalizações e instalações eléctricas envelhecidas —, à falta de arruamentos e zonas verdes, até à ausência de infra-estruturas adequadas e equipamentos sociais.

Profundas assimetrias marcam os Bairros do Porto. Uns têm mais de 900 fogos, outros apenas 19. Uns

lária que marginalizou para zonas periféricas da cidade milhares de moradores das «ilhas» do centro da cidade, muitos bairros são pouco mais que autênticas «ilhas» ao alto, onde durante décadas e décadas foram literalmente amontoadas as famílias de mais fracos recursos, com o consequente isolamento e degradação sócio-cultural. Hoje, com o crescimento da cida-

### Intervenção dos moradores, trabalho de massas

Da experiência que nos foi transmitida pelo camarada Macedo Varela, vamos ainda deter-nos num aspecto que aparece como uma das linhas de orientação do Pelouro e que a prática mostrou ser acertada. No âmbito da acção desportiva,



Dias dos Bairros — Iniciativas promovidas pelo pelouro dirigido pelo camarada Macedo Varela, que traz ao convívio muitos jovens

■ Anabela Fino

# TIMOR-LESTE

## A libertação adiada ou sacrificada à Indonésia?

(...) Oprimidos, assassinados por um agressor tantas vezes mais poderoso, como é a Indonésia, este povo (de Timor-Leste) continua a dizer ao mundo que está presente. Di-lo em Timor-Leste com uma resistência cultural e social, além da sua mais elevada – a luta armada, como a exprime em todos os núcleos dos diversos países por onde está disseminado, em especial a Austrália e Portugal. Compreender hoje a realidade da vivência externa dos exilados, dá-nos a certeza da sua vontade inquebrantável de fazer de Timor-Leste o seu país.

Todas as manifestações das colónias de refugiados, independentemente do país onde se situam, têm os mesmos valores. Procuram e organizam a informação sobre a sua terra e os seus familiares. Procuram preservar a sua identidade, mantendo-se nalguns casos fora, de forma consciente, das vicissitudes das sociedades em que residem. Preservam e divulgam a sua cultura apesar das enormes dificuldades que encontram no dia-a-dia. Lutam pelo reconhecimento dos seus direitos com a verticalidade de quem sabe que «quem não deve não teme».

Assim, quando em Portugal se conhece que o Programa do Governo omite a autodeterminação de Timor-Leste, quando insistentemente se fala da ida de parlamentares portugueses a Dili, apesar dos desmentidos à Comissão dos Direitos do Povo Maubere dos grupos parlamentares, urge interrogar-nos: Por onde passará a solidariedade do Governo português com Timor-Leste e o seu povo?

Em período de revisão constitucional, qualquer alteração aos termos em que Timor-Leste se encontra consignado na Constituição representa a capitulação de quem, por força de um passado, mais responsabilidades tem e mais obrigações deve assumir (...)



Esta longa citação do editorial de um dos últimos números do Boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere explica-se pela actualidade e importância do tema, que nos últimos dias voltou a ocupar as atenções da generalidade da imprensa e da opinião pública internacional.

Na Assembleia da República, no Conselho de Estado, no Parlamento Europeu, no relatório do secretário-geral das Nações Unidas, no relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre os direitos humanos, a questão de Timor-Leste tem estado na ordem do dia. Analisada sob diferentes perspectivas, a questão está longe de ser pacífica e muito menos de reunir os consensos que seriam desejáveis para levar à sua resolução, inseparável do reconhecimento do direito do povo maubere à autodeterminação e independência.

Se por um lado é positiva a preocupação com a denúncia do genocídio perpetrado pela Indonésia contra a população de Timor-Leste, por outro lado não pode deixar de causar sérias apreensões as manobras que se desenham com o claro objectivo de levar as autoridades portuguesas a uma posição conciliatória com os interesses colonialistas da Indonésia, que desde Dezembro de 1975 ocupa pela força o território de Timor-Leste.

Concretamente, é de salientar a recente carta enviada pelo presidente do Parlamento indonésio ao presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, referida pela imprensa como um convite informal para a visita de deputados portugueses à ex-colónia. Esta versão inicial veio posteriormente a ser alterada, já que segundo outras fontes de informação se trataria de facto de um convite a Vítor Crespo para uma visita à Indonésia, acompanhado de uma delegação de deputados, ficando em aberto uma eventual deslocação a Timor, desde logo condicionada ao resultado de negociações prévias com Portugal.

Quer num caso quer noutra ninguém duvida que os objectivos das



autoridades de Jacarta visam criar condições para uma aproximação com os governantes portugueses. A concretizar-se tal visita, ela seria apresentada como o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, interrompidas desde a invasão de Timor-Leste, e o reconhecimento implícito da irreversibilidade do domínio daquele território da Indonésia.

Cabe salientar a ausência de informação sobre o convite, muito oportunamente considerado «matéria reservada», o que permite suspeitar que o Governo estará receptível à proposta, com todas as suas implicações.

### A responsabilidade do Governo PSD

Segundo a imprensa, no debate deste assunto no Conselho de Estado a maioria dos conselheiros manifestou-se contra a eventual visita à Indonésia. Cabe no entanto à Assembleia da República a última palavra. O que deixa nas mãos dos deputados do PSD a tomada de posição.

Se se tiver em conta as recentes intervenções de deputados portugueses no Parlamento Europeu, incluindo representantes do PSD,

compreender-se-á melhor a delicadeza de todo este processo e a profunda contradição e duplicidade que a eventual deslocação de uma representação de deputados do partido do Governo à Indonésia significaria. Santana Lopes, por exemplo, fez uma firme denúncia das atrocidades cometidas pelas autoridades de Jacarta contra o povo maubere, enquanto o deputado José Gama classificou de «crime continuado de ocupação ilegal» a presença indonésia em Timor-Leste.

Posteriormente, em declarações à RTP, Santana Lopes reafirmou a posição assumida em Estrasburgo, remetendo a posição a assumir pelo Governo ao consagrado na Constituição da República sobre o assunto: «Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste. Compete ao Presidente da República e ao Governo praticar todos os actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior (pontos 1 e 2 do artigo 297 da Constituição da República Portuguesa)».

Acresce ainda o facto de o papel de Portugal como «potência administrante» de Timor-Leste ser reconhecido pelas Nações Unidas, que repetidamente tem exortado a Indonésia a desocupar aquele território, denunciando e condenando as atrocidades cometidas contra o povo maubere.

Mas se as autoridades portuguesas têm, em várias instâncias internacionais, levantado a questão de Timor-Leste e captado apoios para a condenação da ocupação indonésia, em boa verdade é preciso reconhecer que quase tudo fica no domínio das boas intenções, pecando amiúde por falta de firmeza e frontalidade, indispensáveis para congregar vontades políticas susceptíveis de se traduzirem em acções práticas que obriguem a Indonésia a rever as suas posições.

Ainda há dias o relatório do Departamento de Estado norte-ameri-

cano sobre os direitos humanos se referia a Timor-Leste como uma **provincia** indonésia onde, apesar dos atropelos daqueles direitos, se registariam «esforços de melhoria de vida».

Acreditar que se trata de uma «gaffe» dos norte-americanos é de uma ingenuidade inaceitável, em particular tendo em conta as excelentes relações da administração Reagan com o regime de Jacarta.

Mas quer tomando a classificação de Timor-Leste como «provincia» por «gaffe» quer pelo significado real de aceitação de uma situação irreversível, ao Governo português cabia de imediato uma reacção de protesto a nível diplomático. Não consta que tal tenha sido feito. O que é significativo, em particular num momento em que as autoridades indonésias desenvolvem junto das suas homólogas portuguesas esforços diplomáticos para uma aproximação.

Como se tudo isto não fosse bastante, há ainda a salientar casos pontuais de comportamentos inadmissíveis de representantes portugueses, como o recentemente denunciado pela União Democrática Timorense, do cônsul honorário de Portugal na Austrália. Segundo a UDT, o cônsul Costa Alves participou numa reunião com o cônsul da Indonésia e um elemento da Intel (Serviços Secretos), no final da qual se fizeram brindes a «Timor-Luso-Indonésio». O caso foi testemunhado por várias pessoas.

Esta denúncia, feita no início do corrente mês, não mereceu igualmente das autoridades governativas qualquer tomada de posição pública.

A aparente audição que a Convergência Democrática (integrada pela FRETILIN e a UDT) tem em Portugal, junto dos órgãos de soberania, se por um lado traduz a força crescente dos representantes do povo de Timor-Leste, por outro não deve fazer abrandar a solidariedade dos que verdadeiramente apoiam a justa causa do povo maubere por um país livre e independente. ■

# Nicarágua

## O boicote sistemático

### aos planos de paz

**A** aplicação dos Acordos de Esquipulas para a paz na América Central tem deparado, no que se refere à Nicarágua, com toda a espécie de boicotes e manobras de diversão.

Num verdadeiro «casa/descasa» que as análises mais tendenciosas não conseguem iludir, os «contras» inventam pretextos para inviabilizar as negociações com o governo de Manágua, enquanto nos Estados Unidos prossegue a corrida do aprova/não aprova a concessão oficial de fundos aos ditos «combatentes da liberdade» de Reagan.

Duas notícias recentes ilustram esta realidade: a recusa dos «contras» em participar em negociações directas com as autoridades nicaraguenses e a rejeição, pela Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, de novo pedido de «ajuda» humanitária aos anti-sandinistas.

No primeiro caso há a salientar o facto, assaz curioso, da recusa em negociações directas surgir da parte dos que tanto as têm reclamado. Quem não tiver memória curta lembrar-se-á da «exigência» dos «contras» em sentar-se à mesa com responsáveis do governo nicaraguense, de preferência com interlocutores de alto nível. Uma altura houve mesmo que recusaram intermediários, argumentando que um entendimento para o cessar-fogo não seria possível a não ser através do diálogo directo. Mais tarde, quando foi questionada a necessidade da presença do mediano Obando Bravo, foram os «contras» quem se insurgiu com o facto, argumentando desta feita que Manágua estava a inviabilizar as negociações.

A semana passada, face à proposta sandinista da realização de 3 dias de negociações directas em Sapoá, uma localidade nicaraguense junto à fronteira da Costa Rica, os «contras» voltam a recuar, pretextando desta vez ser necessário conversações prévias para preparar os detalhes das negociações directas.

Adolfo Calero, dirigente dos anti-sandinistas, tentou ainda justificar a recusa declarando, em entrevista à agência noticiosa UPI, em Miami, que a proposta do governo de Manágua era «espectacular e propagandística».

Não é necessária muita clareza para entender o objectivo de todas estas manobras: impedir os passos concretos para a aplicação do plano de paz, ganhar tempo e vir depois clamar contra as autoridades sandinistas por não respeitarem os Acordos de Esquipulas que subscreveram, dando assim força aos que defendem a continuação e reforço das medidas de força, ou seja, a agressão armada.

Por seu turno, em Washington, a administração Reagan não desarma, apesar da moção para conceder 30 milhões de «ajuda humanitária» ter sido recusada tanto como votos de democratas como de conservadores (276 contra 208). O conhecido Tony Coelho, que ainda recentemente esteve em Portugal a preparar terreno para uma mais estreita colaboração entre os interesses capitalistas de ambos os países, não podia ser mais claro no comentário que fez sobre a questão. Segundo disse, a recusa foi apenas como o fim de um capítulo. **Amanhã iniciaremos outro. Teremos ainda umas dez votações sobre a ajuda aos «contras» este ano. O caso não está encerrado.**

O significado prático daquela afirmação não se presta a qualquer dúvida. Logo no dia seguinte à votação na Câmara dos Representantes os «contras», que segundo os seus humanitários defensores norte-americanos, já deviam estar agonizantes

uma vez que oficialmente a ajuda dos EUA terminou em 29 de Fevereiro último, os «contras», dizíamos, mataram 18 pessoas em Quilali, incluindo várias crianças, num ataque a um camião. E dois dias depois, mão criminosa lançou uma granada contra uma manifestação de protesto contra o atentado anterior, provocando a morte de mais 6 pessoas e ferindo muitas outras.

Os esforços das autoridades nicaraguenses para pôr termo à agressão fomentada pelos EUA têm enfrentado, por outro lado, a campanha de desinformação orquestrada pelos grandes meios de comunicação. Uma campanha que recorre tanto à deturpação da realidade como ao silenciamento de tudo o que pode de algum modo beneficiar



o regime sandinista. É o caso, por exemplo, do silêncio a que foi remetido o relatório da Comissão Internacional de Verificação e Controlo do cumprimento dos acordos de paz assinados na Guatemala.

Um documento, como acabou por vir a saber-se, considerado explosivo e particularmente desagradável para os EUA e os seus mais fiéis seguidores na América Central.

A razão é simples: nas 120 páginas que compõem o relatório faz-se a análise detalhada da situação centro-americana e conclui-se, sem margem para dúvidas, que os Estados Unidos continuam a ser o principal obstáculo à paz na região e que o território de países centro-americanos continua a ser usado para ataques a países vizinhos.

Vejamos alguns exemplos:

Na página 6 do anexo «Informe sobre o progresso no cumprimento dos acordos sobre as vias para alcançar uma paz sólida e duradoura na América Central» (de 14 de Janeiro último), é exposta uma lista das violações do espaço aéreo da Nicarágua a partir do território das Honduras. Desde o dia 7 de Agosto de 1987 (data da assinatura dos Acordos de Esquipulas) e até 31 de Dezembro, foram registados 314 voos, 185 dos quais tiveram como objectivo lançar cargas de pára-quadras, sendo os restantes de reconhecimento.

Nas páginas 4 e 5 dos referidos anexos publica-se uma lista das estações de rádio e dos centros secretos de comunicação que os «contras» possuem nas Honduras, indo mesmo ao ponto de se precisar as suas coordenadas.

O relatório inclui ainda testemunhos da violação dos direitos humanos por serviços de segurança das Honduras e pelos «contras», cuja presença no país nem sequer é negada pelo próprio governo hondurenho.

Na página 1 dos anexos, por outro lado, dá-se conta das coordena-

das, frequência e horas de transmissão das emissões da chamada «Rádio Libertación», dos anti-sandinistas, instalada em El Salvador. Cabe assinalar, quanto aos desrespeito dos acordos pelo governo salvadorenho, que o relatório refere a «continuação da violação dos direitos humanos» naquele país. Como a Comissão de Verificação apurou, a revogação de Lei n.º 50 que permitia a violação das garantias constitucionais, invocada pelo presidente Napoleón Duarte como prova da sua «boa vontade», não teve qualquer significado prático uma vez que foi substituída por outra «quase idêntica à abolida» (alínea 142 do relatório).

Também na Costa Rica continuam em funcionamento duas importantes emissoras dos «contras»: Radio Liberación e Radio Impacto, esta última situada na capital e emitindo 24 horas por dia. Ali estão radicados ainda centros de comunicação táctico-operativos que enviam instruções aos grupos armados que actuam na Nicarágua. As suas coordenadas e horas de transmissão são igualmente referidas no documento da Comissão de Verificação.

Em relação aos EUA, o relatório não podia ser mais claro: «Ao contrário do apelo dos presidentes centro-americanos — diz o ponto 21 das conclusões — os Estados Unidos continuam a sua política e prática destinada a prestar ajuda, particularmente militar, às forças não regulares que actuam contra o governo da Nicarágua. O termo dessa ajuda continua a ser uma condição indispensável para o êxito dos esforços pacifistas e do cumprimento de todos os acordos de Guatemala.»

Percebe-se o silêncio a que foi votado este importante documento. Na óptica dos seguidores de Washington, peca por «excesso de zelo».

Afinal, quem é que está interessado na paz na América Central? ■

# GENEBRA

## Debate foge a esquema dos EUA

44.º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que agora encerra os seus trabalhos, em Genebra, foi palco de uma – mais uma – abortada manobra provocatória por parte dos Estados Unidos contra Cuba.

Tratou-se antes do mais de pressionar no sentido de incluir na agenda da ordem de trabalhos, pretensas violações dos direitos humanos em Cuba. De acréscimo, o governo norte-americano nomeia chefe da sua delegação, Armando Valladares, ex-polícia do ditador Batista, e que cumpriu pena em Cuba por participação em actividades terroristas num momento em que a revolução se afirmava no país, e a opção socialista do povo cubano tão pouco havia ainda sido definida.

Voltaremos à sinistra figura de Valladares.

Entretanto, para os participantes dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, outras questões se impuseram como bem mais prementes. Já não se está em tempos de Washington definir a seu bel-prazer o quê e como importa pôr sobre a mesa de negociações.

O destaque foi dado a problemas tão candentes como a situação dos direitos humanos nos territórios árabes ocupados, o direito dos povos a decidirem do seu próprio destino, a criminosa política de «apartheid» na África do Sul, a repressão, as prisões, a prática sistemática de tortura no Chile e no Paraguai.



Soweto. A polícia racista massacra os jovens estudantes negros, muitos ainda crianças. Uma imagem do tipo de «direitos humanos» que servem o imperialismo



Entre outras múltiplas questões.

Em cada 24 horas morrem 35 mil seres humanos no mundo, como resultado indirecto ou directo da fome e da inanição, 18 mil dos quais são crianças menores de cinco anos. 35 mil mortes evitáveis, em cada dia – trágicos números divulgados em relatório do relator especial da ONU.

Estas e outras realidades que se prendem aos agudos problemas de desenvolvimento, objectivamente ligados à exploração do «terceiro mundo» pelo capitalismo desenvolvido, foram também abordadas em Genebra (com particular destaque para a dívida). Significativa foi, neste domínio, a reacção dos Estados Unidos. Kyl Scott, da delegação dos EUA, face ao debate sobre desenvolvimento, replicou que este não tem nada a ver com os direitos humanos e defendeu que o fundamental é o direito à propriedade privada, dando como exemplo a política económica do presidente Reagan (!), ao dizer que a «aplicação de um programa baseado nestas liberdades trouxe como consequência o melhor resultado económico das últimas três décadas».

Estranha posição, quando nos EUA, e face à evidência dos números e das realidades da crise, até mesmo economistas do capital põem em causa tal política.

Para além das dificuldades com que o imperialismo se está a debater no âmbito da promoção dos seus próprios valores, a provocação dos EUA contra Cuba reflecte o esforço de dar nova vida à «imagem do inimigo», que um processo de desarmamento e desanuviamento necessariamente põe em causa.

Numa referência à actividade provocatória por parte do imperialismo, Gorbachov, na sua intervenção, em Fevereiro, sobre «Uma ideologia de renovação para transformações revolucionárias», denunciava: «Intensificaram-se as tentativas de transferir a luta ideológica em torno da «perestroika» e do desarmamento para o nosso próprio território e o nosso ambiente». E sublinhou: «Temos plena consciência de que os centros de provocação anti-socialista não actuam apenas em relação à União Soviética. São rapidamente criadas novas técnicas de subversão também contra os outros países socialistas, onde decorrem igualmente processos dinâmicos de aperfeiçoamento do socialismo».

Hoje – e uma vez mais – Cuba é um dos alvos do imperialismo.

## O «caso» Valladares De terrorista a representante dos EUA

«Estávamos sentados diante um do outro, na parte do escritório de Fidel onde se encontra a sua sóbria secretária. Tínhamos trabalhado já seis ou sete horas(...) Eu tinha tido a possibilidade de visitar e filmar o Combinado del Este em Havana, a maior prisão do país, com capacidade para dez mil presos, onde existe um hospital, um campo desportivo, até casas onde os detidos podem ser visitados pelas esposas e noivas. Eu sei que também no nosso país, se viesse um jornalista estrangeiro, o levaríamos a visitar uma prisão-modelo e não uma das que nos envergonham. Mas acontece que o Combinado del Este é a maior prisão da ilha onde esteve detido na segunda parte da sua pena Armando Valladares, acusado em 1960 de terrorismo, transformado depois em poeta e até num «caso» internacional, quando, para acabar com a sua detenção se fez passar por inválido e foi posto em liberdade pelo governo cubano em resposta a uma petição do presidente francês Mitterrand».

Este um extracto da introdução da entrevista a Fidel Castro, conduzida pelo jornalista italiano Gianni Miná, que aqui reproduzimos porque sintetiza em poucas palavras o «caso» Valladares.

Da longa conversa com Fidel, registada por Miná, transcrevemos alguns parágrafos – neste momento, e face à campanha desencadeada contra Cuba, com a utilização de Valladares – particularmente esclarecedores.

**GM – Em Cuba, onde se deu a revolução armada menos sangrenta da era moderna, há ainda, 28 anos depois, adversários políticos que se encontram encarcerados em condições idênticas às dos terroristas pagos pela CIA. Porquê?**

**Fidel Castro** – Não aceito a ideia de que alguém esteja preso por ser adversário político, porque realmente há pessoas presas por actividades contra o Estado socialista, contra a Revolução, em consequência de actos condenados pela lei. Não há ninguém preso simplesmente por ser adversário político da Revolução; isso não se pode afirmar. Temos e teremos presos contra-revolucionários, porque enquanto o nosso país estiver cercado pelos Estados Unidos, bloqueado pelos Esta-

dos Unidos, e enquanto os Estados Unidos estimularem por todos os meios os actos de sabotagem, as actividades contra a Revolução, enquanto não renunciarem aos seus planos de liquidar os dirigentes da Revolução, enquanto derem alento a essa actividade, haverá pessoas que realizem actividades contra a Revolução e nós teremos de defender-nos».

**GM – Falemos de Valladares. Como poeta inválido, tentou explicar as suas razões tanto na televisão francesa como na italiana, mas não foi muito convincente. Parecia mais um homem manipulado por alguém que o escolheu como exemplo de algo que precisava de demonstrar. Mas na Europa não se compreende por que é que alguém como Valladares tem de estar preso 25 anos.**

**Fidel Castro** – Se Valladares merece a importância que lhe estamos a dar é, simplesmente, porque se transformou num dos instrumentos-chave das campanhas contra Cuba por parte do governo dos Es-

tados Unidos. Porque se trata de um indivíduo manipulado, e manipulado pela CIA. Não é manipulado só agora; é manipulado desde o momento em que foi condenado (...) Vou remontar à época em que Valladares foi julgado e condenado e vais ver algumas coisas interessantes acerca disto.

Este é um exemplar do jornal «Revolucion» de 30 de Dezembro de 1960, e há um título que diz: «Apanhada fábrica de bombas, detidos 17 terroristas. Apreendida grande quantidade de explosivo plástico de fabrico norte-americano e também armas e numerosos apetrechos. Actuavam em vários grupos da nossa capital» (...) «O alto poder explosivo utilizado permitiu aos terroristas usar caixinhas de charutos, atiravam-no para uma loja, para um teatro, provocavam mortes, incêndios e problemas graves».

E o «Revolucion» dizia ainda: «Seguam instruções da embaixada ianque. Grande quantidade de explosivo plástico de procedência norte-americana, assim como outros apetrechos de guerra, foram apreendidos por agentes do Departamento de Informações do MINFAR».

E continua: «Foram descobertas três fábricas, havia um plano terrorista para a passagem do ano».

E Fidel sublinha: «Repara que são capturados em 30 de Dezembro de 1960, uns meses antes da invasão mercenária». Depois vem a lista de detidos: «Os detidos destes acontecimentos chamam-se – aparece em primeiro lugar – Armando Valladares, Eduardo Miranda Ostiz, Raul Sosa... e outros».

Armando Valladares prossegue hoje a sua carreira. Já não recebe indicações da embaixada dos EUA. Naturalizou-se norte-americano. E com tal experiência, entre o terrorismo e a provocação, representa os EUA numa Comissão de Direitos Humanos! ■

■ Odeto Santos



# A revisão constitucional e a vida

**H**á dias, numa sessão sobre a Revisão Constitucional, alguém transportou para a mesa que presidia o queixume de um trabalhador, que em desabafo questionava:

— Que interessa a Constituição se eles (a direita) fazem sempre o que querem atropelando as normas constitucionais? De facto, têm sido muitas as afrontas à lei fundamental. Sucedem-se, nestes últimos tempos a um ritmo assustador.

O PSD procura agora aprovar o pacote laboral, o pacote agrário, o pacote das privatizações, numa tentativa desesperada de uma revisão constitucional antecipada.

Mas o facto é que ao longo dos anos se é verdade que a vida revelou a necessidade de aperfeiçoamento da Constituição (e aí se radica o Projecto de Revisão do PCP), também não é menos verdade que os mecanismos constitucionais conduziram à derrota das ofensivas contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A Constituição garantiu a liberdade de propaganda sindical sonora, contra regulamentos administrativos que a tentavam limitar e condicionar.

A Constituição garantiu a liberdade de expressão contra posturas camarárias que instituíram, de certa forma, a lei da rolha.

A Constituição garantiu o direito de reunião e de manifestação contra ordens policiais manifestamente violadoras daqueles direitos.

A Constituição garantiu os direitos dos trabalhadores contra as tentativas goradas de pacotes laborais.

A Constituição permitiu que a luta popular irrompesse, pulando viva e interveniente num processo político que lhe pertence.

A Constituição foi durante estes anos o próprio 25 de Abril resistindo.

## A revisão constitucional como aperfeiçoamento

O pulsar da Constituição, no nosso dia-a-dia, revelou a força dessa fronteira que demarca o 24 de Abril e a democracia.

Mas foi ficando patente a possibilidade de aperfeiçoamentos à medida que os afrontamentos às liberdades se repetiam.

O Projecto de Lei de Revisão do PCP na área dos direitos, liberdades e garantias e da justiça, traduz uma reflexão sobre a realidade, adoptando os mecanismos necessários para o reforço das liberdades dos cidadãos.

A análise do Projecto do PCP nesta área passa, pois, pela reflexão feita em redor dos seguintes enunciados:

- As liberdades e o quadro jurídico existente;
- A negação de justiça;
- A tentativa de governamentalização da justiça.

Vejamos então o que quanto a isto se vem passando e quais as medidas propostas pelo PCP.

### As liberdades e o quadro jurídico existente

Recentemente, os órgãos de comunicação social, fizeram-se eco da proclamação do Governo, que afirmava ser o novo Código do Processo Penal a Carta das Liberdades dos cidadãos. Supõe-se que por nele se prever a obrigação de informar o suspeito de um crime, dos seus direitos.

Mas a verdade é que o Código do Processo Penal permite largamente:

- Interrogatório não judicial de arguido-detido sem a assistência de defensor;
- Revistas e buscas, incluindo buscas domiciliárias e apreensões sem prévia autorização do juiz;
- Identificação pelas polícias, de cidadãos, os quais podem ser sujeitos a provas dactiloscópicas, fotográficas, podendo mesmo ser obrigados a passar seis horas na esquadra. Basta à autoridade policial alegar (sem sequer provar) que se trata de suspeitos.

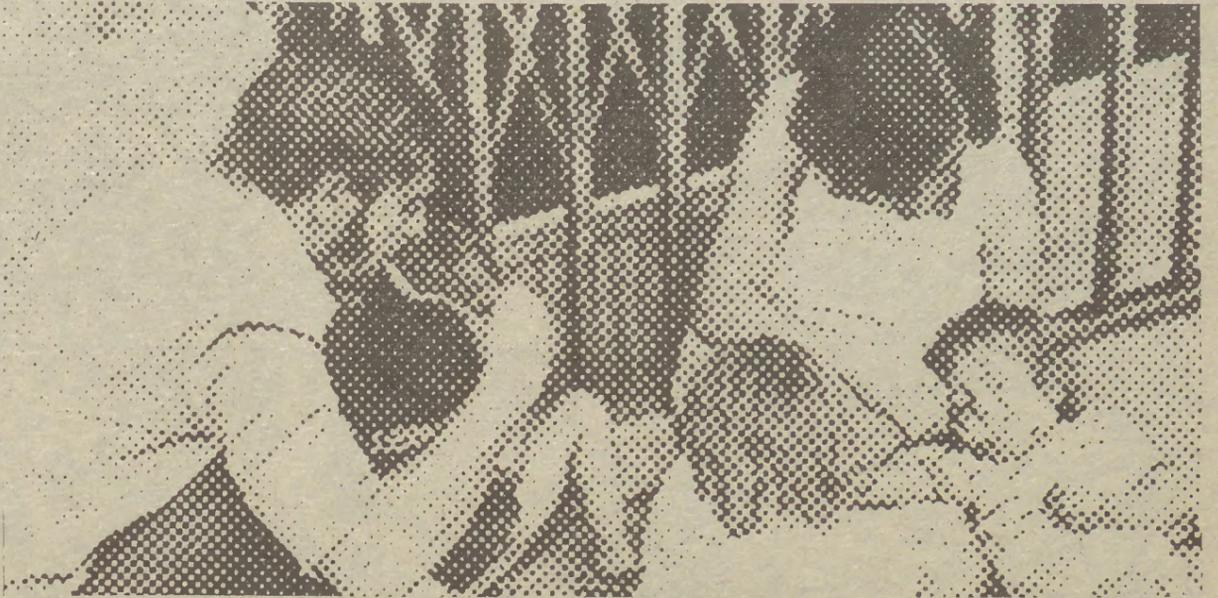
Esta amostra revela bem a brutalidade da ameaça às liberdades dos cidadãos contida no novo Código do Processo Penal.

São também conhecidas as violações diárias, através da utilização dos computadores, do direito dos cidadãos à sua privacidade. Os serviços de informações dispõem dos mecanismos necessários para manter um cidadão sob vigilância permanente.

É perante esta realidade que o PCP entende propor:

- A acção constitucional de defesa junto do Tribunal Constitucional contra actos ou omissões de poderes públicos lesivos de direitos, liberdades e garantias;
- Recurso constitucional de defesa para o Tribunal Constitucional de actos ou omissões de Tribunais, de natureza processual, lesivos de direitos, liberdades e garantias;
- A responsabilização do Estado pelas acções ou omissões no exercício das funções legislativa e jurisdicional, quando do exercício resulte violação particularmente grave dos direitos, liberdades e garantias;
- A responsabilização do Estado pelos crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, dos quais tenha resultado violação de direitos, liberdades e garantias ou de interesses legalmente protegidos.

Estas propostas são, como se vê, a resposta necessária àquelas situações em que direitos dos cidadãos ficaram por realizar, por falta de soluções constitucionais.



Ainda nesta área, propõe o PCP o reforço dos direitos dos cidadãos perante o uso abusivo da informática. Destaca-se:

- A consagração do direito do cidadão a obter mandato judicial de acesso aos dados informáticos;
- A criação do Conselho Nacional da Informática e Liberdades, composto por membros eleitos pela Assembleia da República, com a função de garantir a protecção dos cidadãos contra todas as formas de utilização abusiva da informática.

Tendo ainda em conta o Pacote da Justiça do Governo, lesivo dos direitos dos cidadãos e a actualização do Ministério da Justiça, destacam-se como relevantes, as seguintes propostas do PCP:

- A consagração constitucional dos direitos das vítimas de crimes, direitos que a morosidade da justiça e o encarceramento da justiça praticamente anulam;
- A consagração constitucional da reinserção social como fim primordial das penas e da garantia de respeito dos direitos fundamentais dos reclusos;
- O reforço das garantias do arguido no processo criminal.

## A negação de justiça e a resposta no projecto de revisão do PCP

Temos em Portugal uma Justiça de sovela.

Diariamente centenas de funcionários judiciais, munidos de sovela de sapateiro, cosem e descosem milhares de processos, na tarefa de nos mesmos introduzirem os requerimentos apresentados.

Isto não é uma imagem de retórica. É o que se passa.

Mas a justiça portuguesa é uma justiça de sovela, também, porque crucifica os cidadãos. Crucifica-os com a burocracia, com a morosidade, com a complicação processual, com o afastamento dos tribunais dos utentes.

A recente Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, obrigando à deslocação dos cidadãos, às muitas vezes longínquas sedes dos Tribunais de Círculo, é bem um exemplo de que este Governo pretende que a Justiça esteja cada vez mais longe.

Toma-se, pois, necessário, consagrar na Constituição, como pretende o projecto do PCP, que a Administração da Justiça evite a burocratização, efective a simplificação e acelere as decisões, assegure a proximidade da Justiça relativamente aos cidadãos.

Mas a Justiça torna-se também de sovela, contra os que os Magistrados Judiciais defendem quando as decisões dos tribunais não são cumpridas.

Que o digam os trabalhadores da Reforma Agrária, debatendo-se com o incumprimento das decisões do Supremo Tribunal Administrativo, por parte dos governos.

É por isso que o PCP reforça as garantias do cumprimento das decisões dos tribunais, nomeadamente através:

- Da obrigação de inscrição no orçamento das pessoas colectivas de direito público, de dotação destinada ao pagamento de encargos resultantes de sentenças;
- Da previsão de que constitui crime de responsabilidade, o incumprimento ou oposição à execução de uma sentença por parte de qualquer autoridade.

Mas a Justiça Portuguesa é também uma espécie de sapato feito à medida de quem mais pode. Não por culpa dos Magistrados Judiciais que apenas se podem limitar a cumprir a lei. A justiça à medida de quem mais pode, resulta de mecanismos abstrusos da própria lei processual. Mecanismos reforçados, agora, com o escandaloso aumento das custas judiciais que transforma a justiça numa justiça de luxo.

Pode, assim, perspectivar-se que o cidadão desprotegido recorra onde nada paga, onde pode encontrar uma reflexão humana sobre a sua carência insatisfeita de justiça. **Ao Provedor de Justiça.**

Neste contexto, assinalam-se como relevantes, as propostas do PCP relativamente ao Provedor de Justiça:

Consagrando-se a sua eleição pela Assembleia da República, pelo período de 6 anos, e a proibição da sua destituição.

Consagrando-se ainda, nas suas funções, a possibilidade de accionar mecanismos que conduzam à apreciação de inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer norma, ou à verificação de inconstitucionalidade por omissão.

Atribuindo-se constitucionalmente a competência para impugnar contentiosamente a validade de qualquer regulamento ou acto administrativo que afecte interesses gerais ou difusos.

## A tentativa de governamentalização da justiça e as respostas do PCP

Governamentalizar a Justiça! Suprema aspiração do PSD. É que são incómodas certas posições do Ministério Público.

É incómodo que em julgamento de trabalhadores da Reforma Agrária, o Ministério Público, representante dos interesses públicos do Estado, peça a sua absolvição!

É perturbador que em julgamento de dirigente de um Movimento Feminino, acusada de reunião ilegal, toda a actuação do Ministério Público carregue para o processo-prova de que a ré está inocente.

É irritante (para o PSD) que nos recursos de decisões absolutórias, impostos pela hierarquia ao delegado do Procurador da República, este assinale que recorre apenas por obediência a ordens de serviço.

É incómodo que o Ministério Público pretenda fiscalizar e dirigir a actuação das polícias (aliás como a lei determina).

É afrontoso para o PSD que a lei consagre a autonomia do Ministério Público perante o poder político.

É afrontoso para o PSD, porque tudo isto se contém na própria essência da democracia.

E porque assim é, o PCP pretende que se consagre constitucionalmente:

- A autonomia do Ministério Público e a sua actuação como defensor da legalidade democrática;
- A dependência funcional das polícias, nas suas funções de investigação perante os Magistrados Judiciais e o Ministério Público;
- A actuação das polícias, nas suas funções de investigação sob a direcção dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

A tentativa de governamentalização da Justiça por parte do PSD passa também pela afronta aos Juizes Portugueses.

Inúmeras sentenças constituem a condenação frontal do Poder Político.

Por isso, o PSD, na recente Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, instituiu um estatuto verdadeiramente discriminatório para os Juizes. Chegando ao ponto de consagrar a nomeação de Juizes em Comissão de Serviço. No projecto de revisão constitucional, o PSD vai mesmo mais longe. Aumenta o número de representantes do Governo no Conselho Superior de Magistratura, o órgão que governa os Juizes.

Perante tudo isto, assinala-se no Projecto do PCP, a consagração constitucional de que o Estatuto dos Magistrados Judiciais, constante de lei, deve garantir a independência, isenção e imparcialidade dos Juizes, e o tratamento não discriminatório dos magistrados das várias categorias dos tribunais.

### Conclusão:

O Projecto de Lei de Revisão do PCP, decorre, como se vê, da própria vida.

E da necessidade de reforçar as garantias dos cidadãos perante as ameaças na área dos Direitos, Liberdades e Garantias.

À tentativa de ruptura do regime democrático consagrada no projecto do PSD, responde o PCP com o reforço da Constituição que, na sua essência, ainda representa o próprio 25 de Abril. ■

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Carlucci manda...

*O incrível folhetim  
das Lajes continua.  
Pós de perlimpimpim  
eis a paga que Reagan insinua...*

*Carlucci quer negociar  
e nesta base está:  
nada pagar  
e continuarem lá...*

*Ei-lo a sorrir no negócio de monta  
e a recordar tempos passados.  
Claro, apresenta a conta  
dos serviços prestados...*

*Cavaco então descobre  
a grande solução:  
o país de Carlucci é um país pobre  
e ajudá-lo é a nossa obrigação...*

*E como é que o ajuda este rapaz?  
Carlucci manda, ele faz...*

## Sondagem, silêncio

*Sondagens. Outra faixa  
de especial sentido.  
Cavaco baixa  
de popularidade. Garantido.*

*Eu cá, sou franco, eu cá nem precisava  
de nenhuma sondagem.  
Para chegar à conclusão bastava  
ver os tombos que sofre na viagem...*

*E Cavaco, o que pensa ele? Bem,  
faz um gesto melífluo de abandono  
diz que essa perda não lhe tira nem  
uma hora de sono...*

*Aqui a puridade.  
Nem uma hora de sono? Estou a vê-lo.  
Pois com sono ou sem sono esta é a verdade:  
para Cavaco aumenta o pesadelo...*

*E-se a Televisão, pelo Telejornal,  
sempre as sondagens disse ao povo português,  
porque ela afinal  
se cala desta vez?*

## Um Governo sem remédio

*Transformou-se o Governo numa fera  
que mil chacinhas faz.  
Quando Cavaco fala, a gente fica à espera  
só de notícias más...*

*A última a avançar  
nas vaga dos assédios:  
mandará aumentar  
o preço dos remédios...*

*O que é que este Governo desafora  
com tantos arremessos?  
Dia a dia, hora a hora  
só aumentam os preços...*

*Penso eu: se calhar  
com tal afrontamento  
o que ele quer provar  
é que a inflação não vai a mais de seis por cento...*

*Grandes interesses estão, gordos e nédios,  
voando aos quatro ventos:  
o Governo, com o aumento dos remédios,  
mostra não ter remédio para os aumentos...*

*Estão a encher o saco.  
Não há nada pa ninguém.  
Aumento tem Cavaco  
remédio é que não tem...*

# Pontos Cardeais

## Salários de médicos

Segundo o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, era habitual e constituía quase um direito adquirido que os médicos dos SMS tivessem o seu vencimento actualizado anualmente, com a mesma percentagem decretada para os trabalhadores da Função Pública. Este sistema funcionou pacificamente até ao ano de 1981, e nos anos de 1984 e seguintes. Porém esses médicos viram, com

perplexidade, que os seus vencimentos não foram actualizados nos anos de 1982 e 1983. Curiosamente, a actualização processada em 1984 foi calculada sobre o vencimento que os agora médicos dos ex-SMS teriam, se lhes tivessem sido efectuadas as actualizações referentes aos anos de 1982 e 1983...

Instada a pronunciar-se, a Procuradoria-Geral da República já oficiou uma recomendação para que o Ministério da Saúde providenciase o pagamento das importâncias em dívida,

só que, até agora, a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, a quem o Sindicato dos Médicos enviou o referido ofício, não deu novas nem mandados. Era só o que faltava — o próprio Governo impor salários em atraso!

## Contradição

Sob o elegante título «Tutu passa das marcas» o «Diabo» produziu mais a seguinte boçalidade: «Na República da África do Sul o arcebispo anglicano Desmond Tutu dá-se a esse luxo (o pedido de sanções contra os racistas) e continua a pavonear-se livremente. A tolerância com que é tratado pelas autoridades sul-africanas está em flagrante contradição com as acusações de que o regime

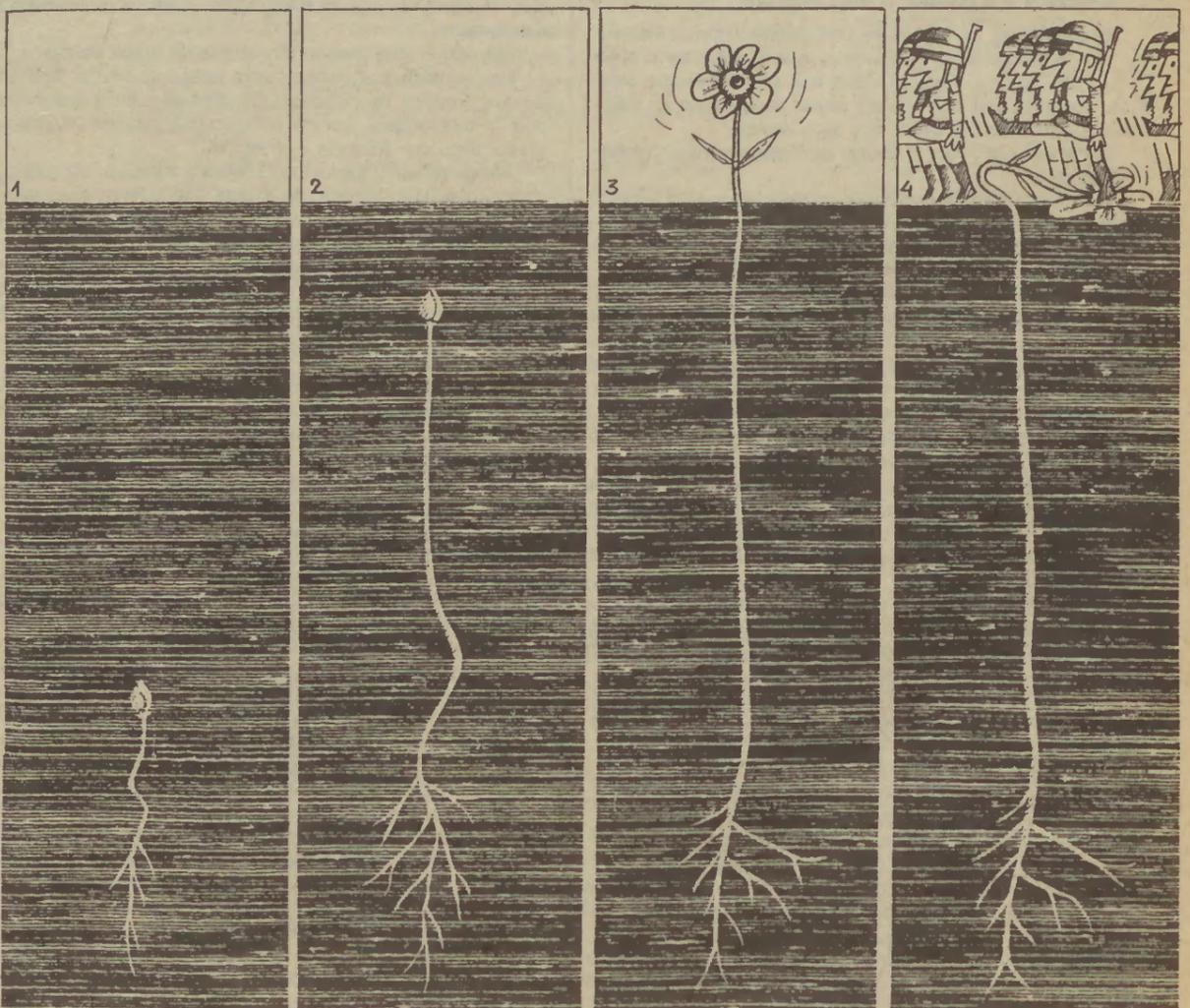
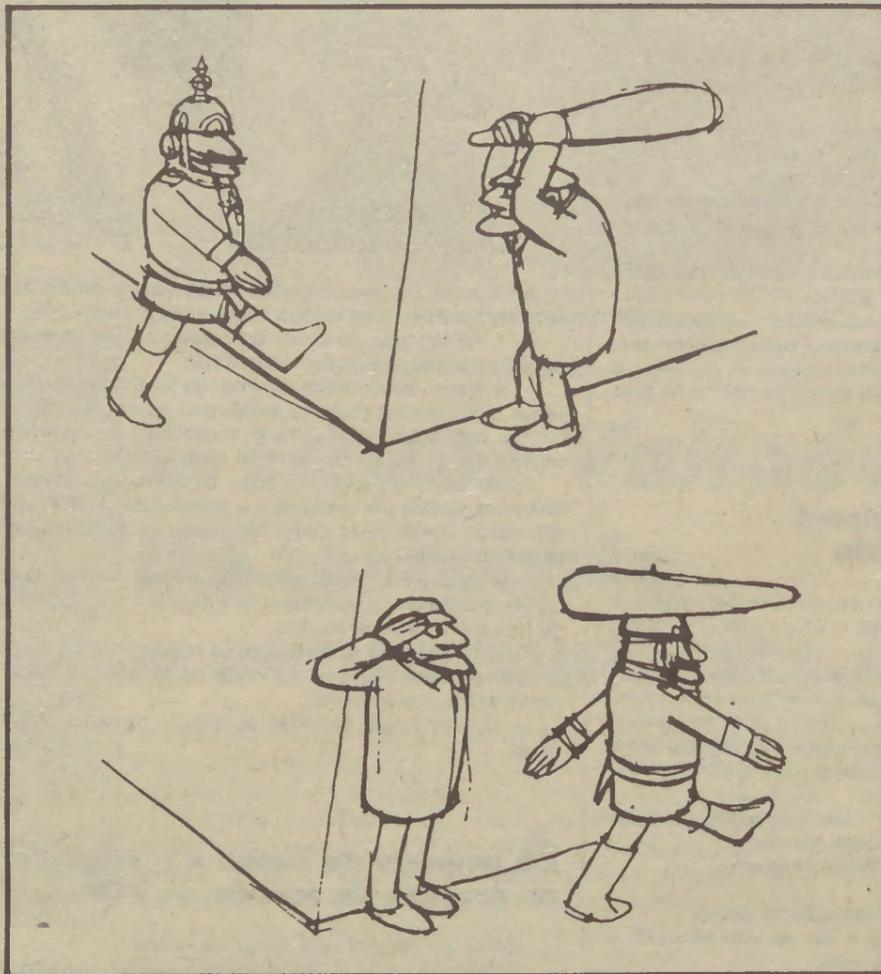
de Pretória é alvo por parte dos seus inimigos». Flagrante contradição — mas mesmo flagrante contradição — é um regime democrático como o nosso consentir obscenidades destas.

## Limpezas

A «Climex» é uma empresa de limpezas que vende assistência da especialidade a muitas outras, nomeadamente à TAP. Há dias a «Climex» suspendeu duas suas trabalhadoras que operavam, precisamente, nos edifícios da transportadora aérea nacional, devido ao facto de estas, no uso das suas competências sindicais, haverem interrogado as chefias sobre o pagamento dos salários de Janeiro, em atraso. Não contentes com isto, moveram ainda processos disciplinares contra as duas trabalhadoras. Não há dúvida que, estimulado pela filosofia «laboral» do primeiro-ministro Cavaco Silva, o patronato está convencido que isto agora é uma «limpeza». O pior vai ser quando os trabalhadores — como já anunciou o Sindicato do sector — decidirem entrar em greve para... limpar tanta borraça. Na Climex e não só...

## Machismos

A direcção regional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) acusou o vereador substituto do presidente da Câmara de Oeiras de ter proibido a distribuição às mulheres trabalhadoras da autarquia de um postal e de uma saudação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, no passado dia 8, em violação flagrante dos direitos constitucionalmente consignados e das regras da democracia. Se tal decisão do senhor vereador não configura um irreversível caso de imbecilidade congénita, urge oferecer-lhe um par de botas marialvas e um garrafão. Cheio.



# Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII  
N.º 742

17 de Março de 1988  
4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



Lisboa  
Sábado,  
a partir das 09.30

## «Tribunal: A Mulher e a Violência»

no Centro de Estudos  
Judiciários

— Largo do Limoeiro

promovido pelo

Movimento  
Democrático  
de Mulheres

### Quinta 17

#### • CACÉM

Concentração às 18.30, na estação, contra o Pacote Laboral.

#### • ALMARGEM DO BISPO

Plenário, às 21.30, em Almornos.

#### • BELAS

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • SANTA MARINHA E SÃO MARTINHO/SINTRA

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

### Sexta 18

#### • COIMBRA

Reunião plenária, às 18.30, do sector cerâmico, no Centro de Trabalho.

#### • TERCENA

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Manuel Pedro, membro do CC.

#### • S. PEDRO DO SUL

Reunião, às 21.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Carlos Fraião.

#### • ARRONQUELAS/ RIO MAIOR

Reunião de Jovens Comunistas, às 21.00, no Centro de Trabalho.

#### • PALMELA

Debate, às 21.00, sobre revisão constitucional, na Sociedade os «Loureiros».

#### • AVEIRO

Colóquio/debate, às 21.30, sobre «Co-

### Sábado 19

#### • COIMBRA

Encontro de eleitos CDU nas Autarquias e debate sobre o Plano Director Municipal, às 15.00, no Auditório das Piscinas, com a participação do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

#### • QUELUZ

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • CACÉM

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • MONTELAVAR

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • FAÇÃO

Plenário, às 18.30, no Centro de Trabalho.

#### • TERRUGEM

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • MUCIFAL

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

#### • ALGUEIRÃO

Almoço/convívio, às 13.00, seguido da passagem do filme «A Missão», no Centro de Trabalho.

#### • CAMARATE

Plenário, a partir das 13.00, no Centro de Trabalho.

#### • BENAVENTE

Encontro Regional de Quadros das Autarquias, a partir das 10.00, no Centro de Cultura.

#### • SANTIAGO

Reunião da Comissão Coordenadora de Autarquias, às 14.30, no Centro de Trabalho.

#### • VALE DE AMOREIRA/MOITA

Plenário, às 16.00, na ex-sede da CDU.

#### • RIO DE MOURO

Plenário, às 15.00, no Centro de Trabalho.

#### • S. JOÃO DAS LAMPAS

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho.

### Domingo 20

#### • PAIOL

Sessão/convívio, às 14.30, no Centro de Trabalho de Sines.

#### • BRAGA

Reunião Plenária Concelhia da CDU, às 15.00, na Escola Preparatória André Soares.

#### • CARTAXO

Almoço/convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho.

#### • PAILVO/TOMAR

Almoço/convívio, às 13.00, na Sociedade Recreativa de Vila Nova.

### Porto

#### Domingo

## Jornada/Debate Lei do Arrendamento Rural

na Faculdade de Engenharia, a partir das 10.00 promovida pelo

Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte

#### • VISEU

Encontro de Quadros do Distrito, às 10.00, no Solar dos Peixotos, com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

#### • SACAVÉM

Almoço, seguido de plenário, a partir das 13.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

#### • CARAMULO/TONDELA

Almoço/convívio, às 13.00, no Clube os «Modestos», com a presença do camarada Vidal Pinto.

#### • PÓVOA DA ISENTA

Almoço comemorativo do aniversário do PCP, às 13.00, no

Centro Social, com a presença do camarada Carlos Pinhão, membro do CC.

#### • TAVAREDE/FIGUEIRA DA FOZ

Almoço/convívio, no restaurante «A Cubata», com a presença do camarada Vítor Costa, membro do CC.

### Segunda 21

#### • S. PEDRO DE SINTRA

Reunião de camaradas da Abrunheira, às 18.30, na garagem do camarada Joaquim Félix.

#### • MONTIJO

Plenário concelhio, de reformados, às 16.00, no Centro de Trabalho.

### Terça 22

#### • SETÚBAL

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

#### • ALPIARÇA

Reunião de Quadros do Concelho, às 21.00, no Centro de Trabalho.

### Quarta 23

#### • SETÚBAL

Sessão na freguesia do Faralhão, às 21.30, na Junta de Freguesia.

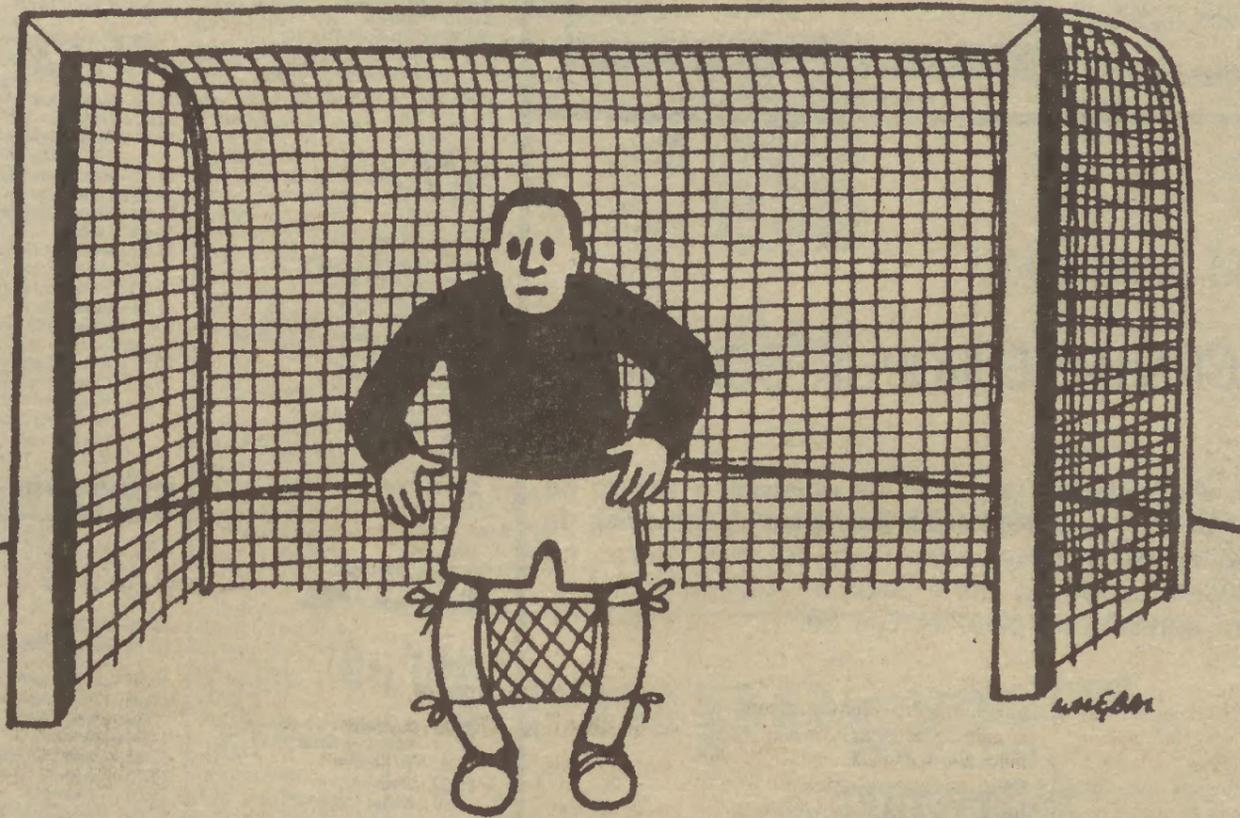


Lisboa  
Sábado

A JCP leva a efeito na sala de Conferências do Hotel Embaixador um seminário sobre a «Juventude e o Pacote Laboral».

O Seminário que decorrerá entre as 11.00 e as 18.00 terá a participação de jovens dirigentes sindicais e activistas em organizações de trabalhadores e associações juvenis, bem como jovens juristas, economistas e sociólogos.

Serão também convidados a participar no Seminário representantes da Juventude Socialista, da Juventude do PRD e da Juventude Operária Católica.



ZIEBA, Wieslaw, Polónia

# Teatro

Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria. Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**,

de Alves Redol, enc. de João Mota. **Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balle**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca. **Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados,

às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana. **Teatro da Graça**, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.

**Teatro Nacional**, Sala Garrett. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca. **Sala Gil Vicente**. De 3.ª a sáb., às 22.00, sáb. e dom às 16.30. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

**Teatro Vasco Santana**, Av. da República, As Duas Cartas, de Júlio Dinis, enc. Luíza Maria Martins.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

**Teatro dos Modestos**, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. «O

**Pássaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos Comediantes (estreia amanhã).

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

**Teatro de Bolso**, Rua Baileário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

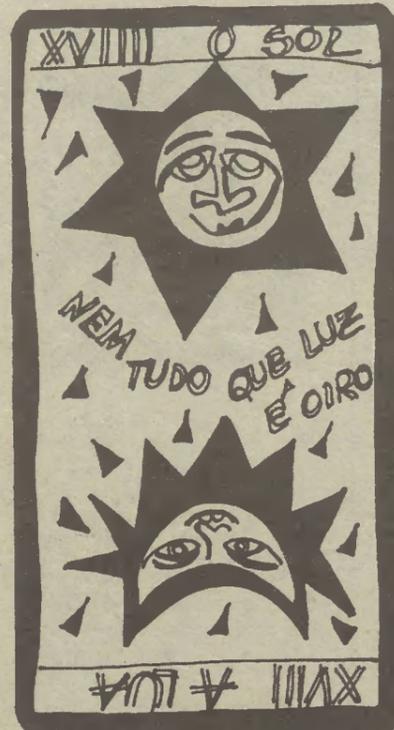
Para Crianças

• LISBOA

**Junta de Freguesia de Carnide**, Largo das Pimenteiras, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papalégua.

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

**Teatro Ibérico**, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Branco Gil.



# TV

Programa

## Quinta

### RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
- 12.15 - **Telenovela: «Tudo ou Nada»** (138.º epis.)
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.35 - **Ciclo Preparatório TV**
- 17.35 - **Sumário**
- 17.40 - **Brinca Brincando**
- 18.25 - **Você Sabia Que...**
- 18.50 - **Série: «Guilherme Tell»** (9.º epis.)
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Telenovela: «Roque Santeiro»**
- 21.05 - **Primeiro Andamento: «Concerto de Macau»**
- 21.55 - **Todemundo**
- 22.30 - **Série: «A Clínica da Floresta Negra»**
- 23.30 - **24 Horas**
- 24.00 - **Remate.**

### RTP2

- 13.16 - **Totally Live**
- 14.10 - **Pano Para Mangas**
- 15.40 - **Série: «Santa Tereza d'Ávila»**
- 16.40 - **Trinta Minutos Com...**
- 17.10 - **Telenovela: «Imigrantes»** (208.º epis.)
- 18.00 - **Ponto Por Ponto**
- 19.10 - **Formula One**
- 20.05 - **Série: «Cidade Nua»**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.35 - **Já Está!**
- 22.45 - **Série: «As Teias da Lei».**

## Sexta

### RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
- 12.15 - **Telenovela: «Tudo ou Nada»**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 17.35 - **Sumário**
- 17.40 - **Brinca Brincando**
- 18.25 - **Os Anos Não Contam**



- 18.50 - **Série: «Guilherme Tell»**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Telenovela: «Roque Santeiro»**
- 21.10 - **Série: «Sonhos de Ontem»**
- 22.15 - **O Programa das Festas**
- 22.50 - **24 Horas**
- 23.25 - **Remate**
- 23.40 - **Pela Noite Dentro: «Causa Célebre».** Real. John Rosenberg (Grã-Bretanha/1987).

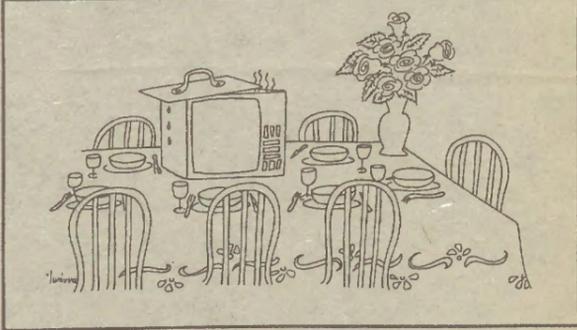
### RTP2

- 13.15 - **Totally Live**
- 14.10 - **Agora, Escolha!**
- 15.40 - **Série: «Século Americano»**
- 16.40 - **Trinta Minutos Com...**
- 17.10 - **Telenovela: «Imigrantes»**
- 18.00 - **Ponto Por Ponto**
- 19.10 - **Formula One**
- 20.05 - **Série: «Cidade Nua»**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.35 - **Clube de Jornalistas**
- 22.10 - **Série: «Cartas de Itália - A Sardenha»**
- 23.10 - **Troféu.**

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - **Juventude e Família**
- 12.05 - **Série: «A Água e a Vida»**
- 12.30 - **TV Mulher**
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **Série: «Nas Asas do Vento»**
- 14.00 - **Parlamento**
- 14.25 - **Rãguebi**
- 16.00 - **Petzi**
- 16.10 - **Concurso: «Sobe e Desce»**
- 17.20 - **Desenhos Animados**



- 17.30 - **Quem Cala Consente**
- 18.00 - **Vivá Música**
- 19.10 - **Sete Folhas**
- 19.45 - **Totoloto**
- 20.00 - **Jornal de Sábado**
- 21.05 - **Boletim Meteorológico**
- 21.20 - **Série: «Cobardias»**
- 22.20 - **Deixem Passar a Música**



23.20 - **Cinema da Meia-Noite: «Yanks».** Real. John Schlesinger.

### RTP2

- 09.00 - **Compacto Totally Live**
- 13.15 - **Compacto «Tudo ou Nada»**
- 16.00 - **Troféu**
- 20.00 - **Música n'América**
- 21.00 - **Uma Boa Ideia**
- 21.25 - **Série: «Meiba»**
- 22.25 - **Concordo ou Talvez Não: «Pais Modernos».**

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - **Juventude e Família**
- 11.15 - **Missa**
- 12.05 - **70 x 7**
- 12.30 - **TV Rural**
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **PME - Uma Aposta no Futuro**
- 13.40 - **Série: «Casa de Irene»**
- 14.00 - **Série: «Aves de Todas as Estações»**
- 15.00 - **Primeira Matinée: «Vagabundos Selvagens».** Real. Blake Edwards (EUA/1971)
- 16.45 - **Clube Amigos Disney**
- 19.00 - **Série: «Um Anjo na Terra»**
- 20.00 - **Jornal de Domingo**
- 20.30 - **Boletim Meteorológico**
- 20.40 - **Mosaïque**
- 22.00 - **Série: «Pais e Filhos»**
- 23.00 - **Domingo Desportivo.**

### RTP2

- 09.00 - **Music Box**
- 10.00 - **Troféu**
- 12.30 - **Série: «O Meu Carro Tem 100 Anos»**
- 13.00 - **Music Box Especial**
- 14.00 - **Caminhos**
- 14.30 - **Novos Horizontes**
- 15.00 - **Troféu**
- 17.00 - **Série: «A Cura em Causa»**
- 18.00 - **Série: «5.ª Dimensão»**
- 18.55 - **Plano Bar**
- 20.00 - **Série: «Quem Sai aos Seus...»**
- 20.30 - **Artes e Letras**
- 21.30 - **CineClube: «Estradas do Inferno».** Real. Josef von Sternberg (EUA/1957).

## Segunda

### RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
- 12.15 - **Telenovela - «Tudo ou Nada»**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Ciclo Preparatório TV**
- 17.35 - **Sumário**
- 17.40 - **Taotao**
- 17.55 - **Coisas do Mundo**
- 18.55 - **Série: «Guilherme Tell»**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Telenovela - «Roque Santeiro»**
- 21.15 - **Concurso - «Com Pés e Cabeça»**
- 22.55 - **24 Horas**
- 23.25 - **Remate.**

### RTP2

- 13.15 - **Totally Live**
- 14.10 - **Agora, Escolha!**
- 15.40 - **Concerto Comemorativo dos 750 Anos da Cidade de Berlim**
- 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
- 17.10 - **Telenovela - «Imigrantes»**
- 18.00 - **Ponto Por Ponto**
- 19.00 - **Formula One**
- 20.00 - **Série - «Cidade Nua»**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.55 - **Não Faça Comidas**
- 22.55 - **Ballado - «Paul Taylor Dance».**

## Terça

### RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
- 12.15 - **Telenovela - «Tudo ou Nada»**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Ciclo Preparatório TV**
- 17.35 - **Sumário**
- 17.40 - **A Idade da Razão**
- 17.55 - **Fábulas da Floresta Verde**
- 18.25 - **Passelo Taurino**
- 18.55 - **Série - «Guilherme Tell»**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vamos Jogar no Totobola**
- 20.25 - **Telenovela - «Roque Santeiro»**
- 21.20 - **Programa da Direcção de Informação**
- 22.15 - **Série - «Acção em Miami»**
- 23.10 - **24 Horas**
- 23.40 - **Remate.**

### RTP2

- 13.15 - **Totally Live**
- 14.10 - **Dois Dedos de Conversa**
- 15.40 - **Série - «Dallas»**
- 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
- 18.00 - **Ponto Por Ponto**
- 19.00 - **Formula One**
- 20.00 - **Série - «Cidade Nua»**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.35 - **Série - «Lá em Casa Tudo Bem»**
- 22.00 - **Cinema Dois - «Masculino Feminino».** real. Jean-Luc Godard (França/Suécia/1966).

## Quarta

### RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
- 12.15 - **Telenovela - «Tudo ou Nada»**
- 17.35 - **Sumário**
- 17.40 - **Bertha**
- 17.50 - **Alice no País das Maravilhas**
- 18.20 - **Espeleologia**
- 18.55 - **Série - «Guilherme Tell»**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Telenovela - «Roque Santeiro»**
- 21.05 - **Lotação Esgotada - «Madame De...».** real. Max Ophüls (França/Itália/1953)
- 22.40 - **24 Horas**
- 23.10 - **Remate.**

### RTP2

- 13.15 - **Totally Live**
- 14.00 - **Dança no Gelo**
- 16.00 - **Plano Bar**
- 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
- 17.10 - **Telenovela - «Imigrantes»**
- 18.00 - **Ponto Por Ponto**
- 19.00 - **Formula One**
- 20.00 - **Série - «Cidade Nua»**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **Fantasia e Realidade**
- 22.00 - **Clube de Imprensa**
- 22.45 - **Série - «O Fim do Império Britânico».**

**edições Avante!**

63.10/300 p.p./750\$00

CD - a distribuição

vsevolod kniajinski

## A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

**edições Avante!**

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORANEO

vsevolod kniajinski

## A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

A Editorial «Avante!» tem o prazer de anunciar a sessão de lançamento do livro a **Integração Europeia Ocidental**, de Vsevolod Kniajinski, que terá lugar hoje, às 18.30 horas, na Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, n.º 20, em Lisboa. O livro será apresentado pelo Dr. Luís Sá.

**edições Avante!**

**A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO**

# Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
<b>B</b>	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b>	Debaixo de Olho	—	★★	★★	—	—
<b>D</b>	Diabo no Corpo	★	★★★★	★★★★	★★★★	—
<b>E</b>	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>F</b>	Wall Street	★★★	★★★	★★★	★★	—

**A** — Real. Adrian Lyne — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15; Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**B** — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**C** — Real. John Badham — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) Lisboa.  
**D** — Real. Marco Bellocchio — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/2 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**E** — Real. Bernardo Bertolucci — S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa  
**F** — Real. Oliver Stone — Hollywood/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Las Vegas/2 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★



Música, debates, etc.

## ...e ainda

**Música**  
Dois concertos pela Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Silva Pereira, com o pianista

Dmitri Alexeev, preenchidos ambos com obras de Mozart, Beethoven e Bruckner — Hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, no Grande Auditório Gulbenkian.  
 Na mesma sala:  
 — segunda-feira, 21, às 18.30, recital de violoncelo por Luís Claret;  
 — quarta-feira, 23, às 18.30, obras para canto e piano interpretadas por Samuel Ramey, barítono, e Warren Jones;  
 — ainda quarta-feira, às 21.30, concerto preenchido com a interpretação de «Stabat Mater» de Poulenc e «Requiem» de Mozart. Pela Orquestra e Coro Gulbenkian e os cantores solistas Naoko Okada, Bernarda Fink, Hans Peter Graf e Anton Schäringer, com direcção do maestro Michel Corboz, que repetirão o concerto no dia seguinte às 18.30.

**Música do Mali**  
Raridade em termos de espectáculo musical é a apresentação conjunta na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna de Ali Farka Touré, tido como o melhor guitarrista de blues da África Ocidental, Jali Musa Jawara e um grupo de oito outros músicos do Mali.  
 Os espectáculos realizam-se nos dias 20 às 21.30 e 22 e 24 às 18.30, com bilhetes ao preço de 300\$00.

lectividades da zona, uma Mostra do Cinema Português, com projecções em vários espaços e entrada sempre gratuita.  
 Para esta semana estão programados:  
 — hoje, às 15.00 e 21.15, A Noite e a Madrugada, de Artur Ramos, na Casa da Cultura dos Trab. da Quimigal;  
 — sábado, às 21.00, Crónica dos Bons Malandros, de Fernando Lopes, na Soc. Cultura e Recreio 1.º Agosto «Pai-vence»;

— domingo, às 16.00, O Diabo desceu à Vila, de Teixeira da Fonseca, no Galitos;  
 — segunda, dia 21, às 21.30, Os Abismos da Mela-Noite, de António de Macedo, na Soc. 1.º de Dezembro (Sto. António da Charneca);

— segunda, às 21.30 e terça, às 15.30 e 21.30, A Estrangeira, de João Mário Grilo, no Cine Estúdio «Os Franceses»;

— terça, às 21.15, De Uma Vez Por Todas, de Daniel Del Negro, na Sociedade Filarmónica Lavra-dense.

— também na terça, às 15.00 e às 21.15, A Culpa, de António Vitorino de Almeida, na Casa da Cultura da Quimigal.

Em Lisboa, na Cinemateca Portuguesa, destaca para o ciclo Samuel Fuller — quer realizador, quer argumentista —, que vai prosseguir até fins de Março, esta semana com filmes dos anos 40 e 50, e ainda para os filmes franceses programados: hoje, às 21.30, Les Enfants du Paradis, de Marcel Carné; segunda-feira, às 18.30, O Vagabundo dos Sonhos, de René Clair, com Gerard Philipe; quarta, dia 23, às 18.30, Peregrinação Exemplar, de Robert Bresson.

Destaque final para Os Gerais — primeira exibição de um filme sobre oito generais (um deles Costa Gomes), «soldados convencionais que a vida transformou em estrategas da Paz». Amanhã, sexta-feira, às 21.00 e com entrada livre, no Teatro Maria Matos, em sessão promovida pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação

# Exposições

• LISBOA

**Acender a Noite** — Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.  
**António Castilho e Margarida Dias** — Fotografia. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 2/4).  
**Artur Varela** — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. Diariamente das 14.30 às 19.00 (até 30/3).  
**Arte Contemporânea** — Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c eq. (até 31/3).  
**Azulejos** — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menz, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.  
**Batarda** — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.  
**Brinquedos Cabo-Verdianos** — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).  
**«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Colectiva** — Fotografia. Junta de Freguesia de Santiago, Rua de Santiago. De 3.ª a 6.ª das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 18.00 (até 19/3).

**O Corpo e a sua Imagem** — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.  
**Cristina Ataíde** — Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00. (Até 27/3).  
**Diane Guilman** — Pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (Até 17/3).  
**Domingos Rebelo** — Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 22/3).  
**Fotografia e Ambiente** — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 23.30, sáb. e dom. das 12.00 às 23.30 (até 21/3).  
**Helena Sanpayo** — Pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 26/3).  
**Isabel Laginhas e Maria José Mateus** — Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 6/4).  
**Ivo** — Pintura. Galeria Quadrum. Coruchêus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 26/3).  
**Jorge Ribello** — Fotografia. Ass. Port. de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17-2.º dt.º. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 29/3).  
**José Manuel Soares** — Pintura. Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da

Trindade, 20. Diariamente das 16.00 às 24.00 (até 8/4).  
**Leonel Moura** — Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 26/3).  
**Manuel Filipe** — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até 9/4).  
**Maria José Jorge** — Gravura. Espaço 43, Rua Elias Garcia, 43. De 2.ª a 6.ª das 17.30, às 19.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.30 (até 25/3).  
**Mário Bismarck** — Pintura. Galeria St.ª Justa. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 4/4).  
**Miguel Horta** — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 31/3).

**Museu da Água de Manuel da Maia** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.  
**Pedro Fazenda** — Escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 19/3).  
**Retrospectiva Aureliano Lima** — Fundação Calouste Gulbenkian.  
**Retrospectiva de António Da Costa** — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**Rui Chafes** — Poligrupo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.  
**Ruth Rosengarten** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 26/3).  
**Sérgio Pombo** — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 20/3).  
**Vieira-Baptista** — Pintura «O Trapo Vermelho». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 19/3).  
**Victor Fortes** — Pintura. Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (Até 26/3).

às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 3/4).  
**Cargaleiro** — Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. Inaugura amanhã.  
**Carlos Carrelo** — Pintura. Galeria JN, Rua Gonçalo Cristóvão, 195. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (Até 17/3).  
**Colectiva** — Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.  
**Isabel e Rodrigo Cabral** — Escultura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.  
**Nuno de Santa Cruz** — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 10/4).

**• OUTRAS LOCALIDADES**

**Ward Janssen** — Pintura e desenho. Centro Cultural São Lourenço (até 18/3) ALMANSIL.  
**Artur Bual** — Galeria Municipal. Diariamente das 15.00 às 23.00 (até 27/3) AMADORA.  
**José Pastor** — Fotografia. Galeria Maria Isabel, Rua Direita, 29 (Até 30/3) MOITA.  
**A Classe Operária e a Máquina** — Museu Municipal de Etnografia (até 3/4) PÓVOA DE VAREZIM.  
**Sérgio Eloy** — Fotografia. Forum do Centro Cultural Regional, Rua Dr. Joaquim Luis Martins, 16. SANTARÉM.  
**Gente do Espectáculo** — «Os Albinos» — Museu/Convento de Jesus (até 10/4) SETÚBAL.  
**Helder Cerqueira** — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.  
**Maria e Carlos Santos** — Galeria de Exposições Temporárias do



Margarida Dias e António Castilho, na Voz do Operário, com «Plantas Domésticas e Outros Interiores»

Museu Regional. SINTRA.  
**Projecto Álvaro de Campos** — Ourivesaria-atelier e exposição. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 TAVIRA.  
**Pedro Tudela** — Pintura/Instalação. Forum/Viseu, Casa Museu Almeida Moreira (até 6/3) VISEU.

**“OS ALBINOS”**  
 GENTE DO ESPECTÁCULO E PIONEIROS DO TURISMO CULTURAL EM SETÚBAL.  
 EXPOSIÇÃO  
 MUSEU DE SETÚBAL/CONVENTO DE JESUS  
 8 MARÇO — 10 ABRIL 1988

## EXPOSIÇÃO “A ÁRVORE NA POESIA”



COMEMORAÇÕES DO DIA DA ÁRVORE  
 21 DE MARÇO  
 BIBLIOTECA MUNICIPAL DA MOITA  
 21 de Março a 4 de Abril

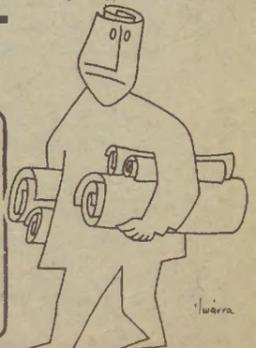
• PORTO

**Barata Feyo** — Desenho e escultura. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, lj. 8. Diariamente das 10.00

# Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado, aumentando progressivamente a nebulosidade para domingo, quando poderão ocorrer períodos de chuva fraca.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# a TV

## Dizer e fazer...

Cavaco foi a Londres. Falou com a senhora Thatcher. Teleg Jornal mandou o seu enviado especial. Ninguém sabe porquê, mas enfim.

Tal enviado passou de Londres numa longa, enfadonha, propagandística entrevista, transmitida no *Jornal de Sábado*: um escândalo.

Então o homem não podia ser entrevistado quando chegasse a Lisboa?

Foi notória a subserviência do entrevistador, do género: «Permita, senhor Primeiro-Ministro que o interrompa...»

O respeitinho é muito bonito...

\*

Nessa entrevista houve um pormenor que não pode deixar-se passar em claro.

A certa altura, falou-se de Angola. Cavaco dizia que era um problema complexo. Porquê?

Cavaco explicou. Era complexo devido à presença de militares cubanos e conselheiros soviéticos, de um lado, e forças da África do Sul, do outro...

Ou seja: para Cavaco tanto vale a presença de amigos chamados em auxílio pelo governo de Angola, como a presença de invasores sul-africanos!!!

Será preciso algum comentário?

\*

Uma das características mais notórias deste Governo é a sua arrogância. Ele «não aceita» ele «não admite» ele «não consente». Quero, posso e mando. De tal modo que até os seus amigos começam a afastar-se, a tomar distâncias.

Exemplo flagrante dessa arrogância tivemos-lo na última emissão da rubrica «Parlamento». O deputado Manuel Moreira, do PSD, levou a sua arrogância aos limites do ridículo.

Embora o moderador da rubrica tivesse aconselhado a interrupção, como forma de restabelecer o diálogo e quebrar o monólogo, Moreira não admitia que lhe quebrassem a meada do discurso. Mas não se coíbia de interromper os outros...

Beneficiou do maior tempo de intervenção. E se, a muito custo, não o interrompessem, o homem ainda lá estava, por estas horas, a debitar o rosário de palavras ocas, de propaganda, de lugares-comuns.

Quem foi que disse que os autómatos não falam?...

\*

Nessa mesma emissão o representante do PS, Oliveira e Silva, para referir os progressos no fortalecimento do Poder Local democrático, lembrou que eles foram prejudicados «pelas forças conservadoras que têm estado sempre no poder».

Cada qual sabe de si...

Voltando ainda ao Parlamento.

A representante do PCP, Ilda de Figueiredo, mostrou possuir grandes aptidões para intervir na televisão. Tem essa indefinível qualidade que se chama telegenia. Para se saber o que é ter ou não telegenia, olhe-se para Ilda de Figueiredo e para Manuel Moreira...

Às cassetes deste, a deputada do PCP respondeu com o esclarecimento simples, inteligente. A uma cara fechada dinossáurica, opôs-se uma expressão aberta, um sorriso. E no justo momento Ilda de Figueiredo encontrava a expressão justa e oportuna. Por exemplo, quando Moreira exaltava o fervor do PSD pelo poder democrático, ela comentou:

— Uma coisa é dizer, outra é fazer...

Ou quando o mesmo deputado apregoava o interesse pela regionalização:

— Então porquê o PSD é o único partido que até hoje não apresentou o projecto de regionalização na Assembleia da República?...

Claro, por estas e por outras é que o deputado do PSD não gostava de ser interrompido...

Nem sempre os representantes do PCP que vão à televisão dão mostras de capacidade de adaptação a este meio. É natural. Cada qual tem as suas próprias qualidades e as suas limitações. Este facto tem de ser bem ponderado para que se retire o máximo proveito de um instrumento tão valioso como a TV.

Ilda de Figueiredo passou com distinção a prova de fogo. Foi simples, natural. Reflexos rápidos. Palavras ao alcance de todos. Foi simpática.

Reparem: foi simpática. Não será isso a telegenia?

■ **Ulisses**

## Síntese semanal da IMPRENSA

### Pacote laboral, um não de todas as cores!

Em 19 de Julho, ou mesmo há poucas semanas, não era facilmente imaginável que sectores e estruturas de todos os quadrantes políticos viriam a manifestar-se, tão pouco tempo depois e desta maneira, contra o Governo da «maior maioria!» Neste dia da Jornada Nacional de Luta contra o pacote laboral, à vista a greve geral, vale a pena repescar dos jornais notícias-propósito aparentemente miúdas que a televisão não passa. E registar também — pela elegância... — o mais meritório esforço feito até agora por dirigentes-plumitivos da direita para minimizar entre os seus pares menos dotados de imaginação o perigo que estão a viver. Que isso de dizer como Cavaco que não vai perder uma hora de sono, neste momento não basta para tranquilizar o mais sereno dos patrões...

### Jovens: apoios e convergências

«A Juventude Centrista considerou, ontem, que o projecto de legislação dos despedimentos apresentados pelo Governo “penaliza excessivamente os jovens” e acusou-o de contribuir para um aumento da instabilidade social e política.

Na reunião do Conselho Nacional que decorreu no fim-de-semana a JC analisou a situação política actual e considerou que o Governo “finalmente comete a proeza histórica de unir a UGT com a CGTP, e pela sua acção está a contribuir para um aumento da instabilidade social e política”.

Tal situação, acrescenta o comunicado da JC, “contrária, frontalmente, as expectativas de estabilidade que estiveram na origem do voto de muitos portugueses na maioria absoluta do PSD».

(«Diário Popular», 14 Março)

«Registemos a posição que assumiu a JSD em todo este processo, significando que nesta matéria a oposição começou por ser interna ao partido governamental. Enquanto decorriam as negociações com o Conselho Permanente de Concertação Social e o Governo escutava os jovens, Carlos Coelho dizia que “ia trepar pelas paredes” contra este pacote tão “indefensável” nalguns dos seus pontos. Agora que ele foi aprovado o jovem líder social-democrata reduziu-se ao silêncio, mas convém não esquecer que Carlos Coelho não é Pedro Pinto.»

(«Diário de Lisboa», 14 Março)

«A Juventude Socialista (JS) e a Juventude Comunista Portuguesa decidiram conjugar esforços na denúncia das implicações do pacote laboral, informaram deputados que pertencem a essas duas organizações juvenis.

José Apolinário (PS) e Rogério Moreira (JCP) anunciaram que vão “apelar a todos os jovens portugueses para que, ultrapassando barreiras partidárias, se oponham a esta peça negra da política do Governo”.

(«Diário de Notícias», 14 Março)

«Quanto ao pacote laboral a opinião das várias organizações de juventude que compõem o CNJ (Conselho Nacional de Juventude) é praticamente unânime, exceptuando as nuances deri-

vaídas do posicionamento no espectro político, e essa opinião resume-se na condenação da proposta de legislação laboral do Governo.

Antes do “golpe de rins” do Governo para que a discussão do seu projecto laboral não caísse mais ao nível da opinião pública, o Conselho Consultivo de Juventude reunia-se com Couto dos Santos e dava-lhe conta da má ideia que fazia das propostas apresentadas. A receptividade foi boa e, no dizer do ministro da Juventude, o ministro do Emprego, Silva Peneda, esperava a posição das organizações juvenis para proceder a alterações e adaptações.

As alterações prometidas não passaram da terminologia, de modo que as críticas levantadas pelo Conselho Nacional de Juventude e pelo Conselho Consultivo mantêm-se. António José Seguro enumera-as ao “DL”: a questão dos contratos a termo, penalizando os jovens menores de 25 anos; as “situações injustas” criadas pelos indeferimentos tácitos dos despedimentos colectivos, levando à “insegurança no trabalho” e à utilização dos jovens como mero “mercado supletivo”; o tema da não obrigatoriedade da reintegração do trabalhador despedido, “que dá mais força ao despedimento indemnizado”; ou a alegação de justa causa, permitindo “que esta se confunda com as questões disciplinares”.

(«Diário de Lisboa», 14 Março)

### Governo e CIP, o aparente desacordo

«Nesta fase sociolaboral algo agitada que o País está a atravessar, em grande parte provocada pelos projectos governamentais que constituem o chamado Pacote Laboral, julga-se útil desmitificar o sacrossanto direito do trabalhador ao seu posto de trabalho, direito que seria, segundo parece, inatacável e vitalício.

Aqueles que criticam, às vezes, em termos de profunda ignorância e com laivos de perfeito histerismo, o referido Pacote, por algumas das normas que o compõem introduzirem um tímido princípio de flexibilidade — bem pouca, é verdade — em matéria de cessação do contrato de trabalho, esquecem as realidades que se passam por esse Mundo fora...»

(Documento da CIP, «Semanário», 12 Março)

«Por seu turno, o PSD desencadeia (e 22 a 26) uma invasão, no País, de folhas-volantes (dois milhões) com os seus pontos nos ii sobre a nova legislação laboral.

O texto do planfeto contempla quatro pontos específicos: o primeiro considerando a actual legislação injusta; o segundo dizendo que a actual proposta é boa porque compatibiliza o desenvolvimento das unidades empresariais com a defesa dos direitos dos trabalhadores; o terceiro classificando-a de «mais justa» do que a proposta do Bloco Central, comparando-a ponto por ponto; e o quarto item desenvolvendo um estudo comparativo com legislação de outros países comunitários e atribuindo, à portuguesa, um saldo positivo por «defender os trabalhadores mais do que qualquer outra.»

(«Semanário», 12 Março)

### (Isso, chame-lhe teatro...)

«Ninguém pode dizer que não à greve geral, mas no fundo ninguém quer a greve geral. Não querem, em primeiro lugar, os sindicalistas social-democratas. Não foi a fazer greve que subiram nos sindicatos, a sua base de apoio eleitoral mesmo a nível de sindicatos não é muito entusiasta com as greves, a luta será contra o Governo que apoiam — muitos deles como deputados na Assembleia da República (...)

Não quer a greve geral a Tendência Socialista e sobretudo o seu líder. O poder de Torres Couto baseia-se na gestão criteriosa e hábil do diálogo com o Governo e da ameaça ao Governo. O poder da UGT reside na sua diferença específica em relação à CGTP. Para um enfrentamento brutal e constante com o Governo os homens da Intersindical são melhores e mais adestrados.

Não quer a greve geral o Governo e o PSD (por razões óbvias), o Presidente da República (por muito que se esteja a preparar para evitar prejuízos e a tentar colher vantagens de uma guerra que não causou), o CDS (pois fica de fora do conflito) e nem mesmo o PS (Constantino precisa de se reforçar e não de reforçar Torres Couto) ou o próprio PCP (pois nesta fase de pré-Congresso é difícil andar a gritar contra os “modernizadores” e a aliar-se aos “uetistas”). Ninguém quer a greve geral, mas provavelmente ela é ja inevitável. (...)

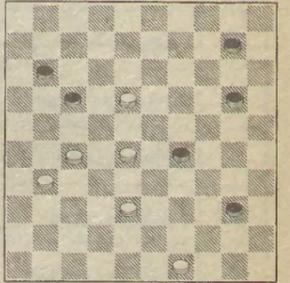
O País irá viver um dia de enorme confusão, com bicbas de carros intermináveis, empresas a trabalhar a meio ritmo, avarias nos telefones, desorganização geral e irritação difusa.

Não será uma tragédia (os tempos não estão para isso, Soares vela e o sol brilha), não será uma comédia (pois também seria ilusório pensar que tudo isto tem apenas a ver com guerrilhas partidárias, como a queda da popularidade do Governo em certa medida revela). Pode ser que seja um drama, mais ou menos romântico, ou uma tragicomédia. Depende muito dos actores, que o teatro moderno à portuguesa dispensa encenador, não usa ponto, esquece o contra-regra e é mal ensaiado.»

(J. M. Júdice, «Semanário»)

## Damas

CXLV – 17 de Março de 1988  
Proposição N.º 145  
Por: Jean Gamen – Alès/França, 1979  
Pr.: [6]: 10-11-17-20-29-40  
Br.: [6]: 18-27-28-31-38-49

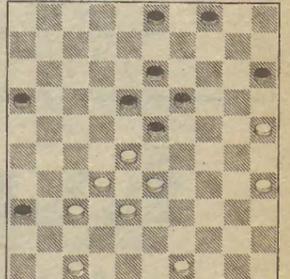


Jogam as brancas e ganham

.....

### Golpe N.º 145

Por: Patrick Fosse – Toulouse/França  
«La Dépêche du Midi», 79-XI-11  
Pr.: [9]: 3-4-13-15-16-18-19-23-36  
Br.: [9]: 25-28-32-33-35-37-38-47-49



As brancas, após forcing, fazem Dama!

.....

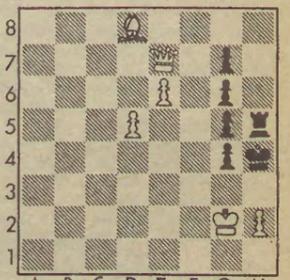
### Soluções do N.º CXLV

N.º 145 (JG): 28-22 (17x28) 49-44 (40x49=d) 27-22 (49x36) 22x4=D (36x13) 4x6+ Golpe n.º 145 (PF): 35-30 [(forcing), ameaçando B+1] (3-8)? 37-31 (36x27) 32x21 (23x43) 49x38 (16x27) 38-32 (27x29) 20-24 (ad libitum) 25x3+

■ A. de M.M.

## Xadrez

CXLV – 17 de Março de 1988  
Proposição N.º 145  
Por: D. Huelle – «Parallèle 50», 1949  
Pr.: [6]: Ps.g4,g5,g6,g7 – Th5-Rh4  
Br.: [6]: Ps. d5,e6,h2-Bd8-De7-Rg2



Mate em 2 lances

.....

### Jogo N.º 145

Torneio da Liga Alemã, Fevereiro/1988  
Br.: Lobron (Sdingen)  
Pr.: Cick (Heidelberg)

1. e4,c5; 2. Cf3,e6; 3. d4,c4; 4. C:d4,Cc6; 5. Cc3,d6; 6. g4,Cg6; 7. Bb3,C:d4; 8. D:d4,Cc6; 9. Dd2,Bé7; 10. 0-0-0,a6; 11. g5,0-0; 12. h4,Dc7; 13. h5,Ce5; 14. f4,Cc4; 15. B:c4,D:c4; 16. g6,b5; 17. h6,f:g6; 18. h:g7,Tf7; 19. b3,Dc6; 20. T:h7,R:h7; 21. Dh2+,R-g7; 22. Th1,Bb7; 23. Dh7+,Rf6; 24. Bd4+,e5; 25. f:e5+,d:e5; 26. Tf1+,Rf6; 27. D:f7+,Rd7; 28. Td1,e:d4; 29. T:d4+,Rc8; 30. D:e7,Rb8; 31. Td6,D:c3; 32. Dd8+,Dc8; 33. Db6 e as Pretas abandonam.

.....

### Solução do N.º 145

Chave:

1. D:g7! blocus!

1. ... T joga;

2. D:T ++

1. ... g3; 2. Dd4 ++

■ A. de M.M.